



Isabel Silvestre Santos

**Gênero e cuidados de longa duração de
idosos em âmbito familiar**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro

Abril de 2020



Isabel Silvestre Santos

**Gênero e cuidados de longa duração de
idosos em âmbito familiar**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências
Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo assinada.

Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Ariane Rego de Paiva

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Rita de Cássia Santos Freitas

UFF

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Isabel Silvestre Santos

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2017. No período de graduação, foi bolsista de iniciação científica da pesquisa intitulada “Violação de Direitos e Violência contra a Pessoa Idosa: Captação de Denúncias e Ações desenvolvidas pelos Órgãos na Defesa dos Direitos, na Prevenção e no Combate à Violência Contra Idosos no Estado do Rio de Janeiro”, sob coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Espaços Públicos e Serviço Social da UFF. Atua como bolsista do Programa Bolsa Nota 10 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Ficha Catalográfica

Santos, Isabel Silvestre

Gênero e cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar / Isabel Silvestre Santos; orientador: Antonio Carlos de Oliveira. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2020.

164 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2020.

Inclui bibliografia

1. Serviço Social - Teses. 2. Envelhecimento. 3. Família. 4. Cuidados. 5. Interpretação de sentidos. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

Ao professor Antonio Carlos por ser um orientador tão solícito, preocupado, compreensível e participativo. Sinto-me felizada por ter tido você comigo nesse processo. Meu objetivo de vida é ser tão querida por onde passo assim como você. Espero que em breve nossos caminhos se cruzem novamente.

Às professoras Ariane Paiva e Rita Freitas pelas contribuições a este estudo e por terem gentilmente aceitado participarem da banca de qualificação, assim como da defesa. À professora Ariane agradeço-lhe por todo o conhecimento compartilhado e abraços afetuosos durante o período do mestrado. À professora Rita, sou grata por tido a oportunidade de lhe dizer o quanto as suas aulas, durante a graduação, auxiliaram na realização desse trabalho.

Aos demais professores do Departamento de Serviço Social PUC-Rio por saberes e experiências partilhados que certamente colaboraram para o desenvolvimento do trabalho. Além disso, agradeço também aos funcionários do Departamento por toda gentileza, orientações e disponibilidades.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. À PUC-Rio e a FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), pelo apoio e auxílio concedido, sem os quais esse estudo não poderia ser realizado.

Aos profissionais do CREAS Maria Lina de Castro Lima, sujeitos dessa pesquisa, que me receberam de braços abertos, foram compreensivos quanto aos percalços para a concretização do estudo e aceitaram prontamente me auxiliar.

À minha mãe, meu companheiro Wallace, irmã e Laurinha, obrigada por tudo! Amo tanto vocês e sou tão grata por todos os momentos que vivemos juntos que qualquer palavra parece não conseguir expressar. Sei que para vocês a minha conquista é como se fosse um pouquinho de cada um. Assim, prefiro abraçar-lhes, olhar em seus olhos e dizer: nós conseguimos!

Resumo

Santos, Isabel Silvestre; Oliveira, Antonio Carlos de. **Cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar**. Rio de Janeiro, 2020, 164p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação analisa os sentidos atribuídos ao cuidado por profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Maria Lina de Castro Lima, inseridos em dinâmicas familiares de cuidados de longa duração de idosos. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, cujo principal instrumento para a produção de dados consistiu em entrevistas narrativas, realizadas no mês de dezembro de 2019, com cinco profissionais na qualidade de filhos e/ou sobrinhos de uma pessoa idosa que necessita de apoio afetivo, material ou financeiro. A análise dos dados obtidos se deu através do método de interpretação de sentidos, sendo possível identificar percepções dos sujeitos da pesquisa acerca dos desafios, possibilidades, desigualdades, acordos e concessões ao desempenharem essa tarefa. Dentre os resultados alcançados, se constatou que se por um lado o sentimento de reciprocidade se destacou como uma das motivações para desempenharem essa função, em contrapartida apreendeu-se a obrigação também como uma das razões expressas. Além disso, percebeu-se a relevância para os entrevistados em preservar a autonomia desse familiar. Resultados que foram analisados a partir das fundamentações teóricas que basearam esse estudo, considerando as principais categorias de análise – família, gênero e cuidado – que nortearam a pesquisa.

Palavras-chaves

Envelhecimento; Família; Cuidados; Interpretação de sentidos.

Abstract

Santos, Isabel Silvestre; Oliveira, Antonio Carlos de (Advisor). **Gender and long term care of the elderly in the family.** Rio de Janeiro, 2020, 164p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation analyzes the meanings attributed to care by professionals from the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) Maria Lina de Castro Lima, inserted in family dynamics of long-term care for the elderly. This is a research with a qualitative approach, whose main instrument for data production consisted of narrative interviews, held in December 2019, with five professionals as children and / or nephews of an elderly person who needs support affective, material or financial. The analysis of the data obtained was done through the method of interpretation of meanings, making it possible to identify the research subjects' perceptions about the challenges, possibilities, inequalities, agreements and concessions when performing this task. Among the results achieved, it was found that, if on one hand the feeling of reciprocity stood out as one of the motivations for performing this function, on the other hand, obligation was also comprehended as one of the reasons expressed. In addition, it was noticed the relevance for the interviewees in preserving the autonomy of this family member. The results were analyzed from the theoretical foundations that based this study, considering the main categories of analysis - family, gender and care - that guided the research.

Keywords

Ageing; Families; Care; Interpretation of meanings.

Sumário

1. Introdução	13
2. Construção histórica das famílias brasileiras	25
2.1. Coisa de mulher: entendendo a imagem de “rainha do lar”	33
2.1.1. A quem serve a imagem de “rainha do lar”	41
2.2. O poder do macho	45
2.2.1. O fardo masculino de “chefe do lar”	49
2.3. Família ou Famílias? Transformações e permanências do ser e do fazer nas famílias brasileiras	54
2.3.1. Refletindo sobre as famílias brasileiras contemporâneas	55
3. Cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar	62
3.1. Famílias e Envelhecimento	62
3.1. 1. A inserção do idoso na família	69
3.1.2. O que é cuidar? Uma análise acerca dos cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar	72
3.2. Dinâmica intrafamiliar nos cuidados de longa duração de idosos: uma reflexão a partir das dimensões de gênero e classe	80
3.3. Cuidar do idoso: Afinal, de quem é a responsabilidade?	90
3.3.1. Os desafios de cuidar de um idoso no atual contexto neoliberal	95
3.3.2. O Programa Melhor em Casa	99
4. Sentidos atribuídos às práticas de cuidado ao idoso em dinâmicas familiares de profissionais do CREAS Maria Lina de Castro Lima	103
4.1. Percurso metodológico	103
4.1.1. Mudança de campo e dos sujeitos da pesquisa: a criatividade como um ingrediente que produz conhecimento	108
4.1.2. Aspectos metodológicos e éticos da pesquisa	110
4.1.3. A atuação do CREAS e a escolha pelo campo de pesquisa empírica	113
4.1.4. Caracterização dos sujeitos da pesquisa e as histórias de cada família	118
4.2. Sentidos atribuídos por profissionais do CREAS Maria Lina de Castro Lima às suas dinâmicas familiares nos cuidados cotidianos com idosos	120

4.2.1. Apoio afetivo, financeiro e/ou material que desempenham aos idosos	121
5. Considerações Finais	138
6. Referências Bibliográficas	143
7. Apêndices	157
7.1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	157
7.2. Questionário	160
8. Anexos	162
8.1. Parecer Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio - (CEPq/PUC-Rio)	162
8.2. Declaração à Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da SMASH	163
8.3. Parecer aprovado pela Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente	164

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Pirâmide etária – Censo 1940	63
Gráfico 2 - Pirâmide etária – Censo 1960	64
Gráfico 3 - Pirâmide etária – Censo 2010	64

Lista de quadros

Quadro 1 - Distribuição de produções selecionadas na plataforma CAPES
22

Quadro 2 - Núcleos de sentido e ideias associadas oriundos das narrativas
121

Lista de siglas

AVCs	Acidentes Vasculares Cerebrais
AVDs	Atividades da Vida Diária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CASDH	Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos
CEPq	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centros de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTI	Centro de Tratamento e Terapia Intensiva
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MPPR	Ministério Público do Paraná
MS	Ministério da Saúde
NUPPES	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Espaços Públicos e Serviço Social

OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNI	Política Nacional do Idoso
PSB	Proteção Social Básica
PSF	Programa de Saúde da Família
PSE	Proteção Social Especial
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SMASH	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFF	Universidade Federal Fluminense

1.

Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos atribuídos por cuidadores de longa duração de idosos em âmbito familiar, com ênfase na dimensão de gênero e classe. Para isto, discutiremos a relação entre famílias e cuidados a partir de um resgate histórico acerca da construção social da família brasileira ao longo dos anos. O estudo terá como corte temporal desde o período colonial até a atualidade, buscando compreender como as profundas transformações, não apenas nas famílias, mas igualmente no Estado, nesses quatro séculos de história, influenciaram nas formas de cuidar e de significar esse cuidado.

Análise que se apresenta relevante principalmente quando se consideram as recentes transformações em um determinado segmento da sociedade, o idoso. Se outrora esse grupo era apenas relacionado à dependência e fragilidade, graças aos avanços medicinais e tecnológicos, a partir da década de 1960, testemunha-se hoje uma velhice cada vez mais ativa, autônoma e com mais longevidade.

Em parâmetros mundiais, de acordo com o relatório Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio, em parâmetros mundiais, dois indivíduos a cada segundo completam 60 anos¹ de idade. Para mais, se as projeções das Nações Unidas - ONU e da Organização Mundial da Saúde – OMS se concretizarem para determinados países, como o Brasil, esses índices tendem a ser ainda maiores, uma vez que se estima que serão mais de 32 milhões de pessoas idosas brasileiras até 2025, e para o ano de 2050, se acredita que ocorrerá algo inédito: o número de crianças com idade abaixo de 15 anos será menor que o número de idosos.

Os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE indicam que o envelhecimento da população brasileira já é uma realidade, visto que se a estimativa, até a década de 1960, de acordo com o Censo, era de 48

¹ Durante a Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em 1982 se estabeleceu que os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos seriam considerados idosos nos países em desenvolvimento, enquanto que nos países desenvolvidos seria igual ou acima de 65 anos. Esta diferenciação é justificada pelas distintas condições socioeconômicas entre os países. Para maiores detalhes, ver Nações Unidas (2002).

anos de vida para os indivíduos, quando comparado com a última pesquisa realizada pelo IBGE – Censo 2010, observa que a atual expectativa de vida alcança aproximadamente os 73,4 anos. Podendo-se deduzir, assim, que nos últimos anos houve uma melhoria nas condições de vida da população idosa.

Entretanto, não se pode considerar uma generalização de todos os indivíduos que compõem esse grupo, uma vez que no país é incluído na mesma faixa etária idosos pertencentes a considerada “terceira-idade” (indivíduos com idade compreendidas entre os 60 e 79 anos) e a “quarta-idade” (idade igual ou superior a 80 anos. Desta forma, é composto por sujeitos com idades extremamente díspares, e, por isso, demandam atenções diferentes, além do (in)acesso² a direitos básicos ao longo da vida desses sujeitos seguramente influenciarem durante a sua velhice.

Assim sendo, pensar o envelhecimento é considerar as complexidades desse tema, uma vez que não é um fenômeno homogêneo, como assinalado por Faleiros (2014) e Camarano e Pasinato (2004). Mas, antes de tudo, deve ser ponderada a sua heterogeneidade e a diversidade social, cultural, biológica e psicológica que abarca esse segmento.

Tendo em vista que na atualidade o Brasil já é reconhecido como um “novo país de velhos”, questão essa que deve se evidenciar nos próximos anos devido às projeções de crescimento acentuado da população muito idosa (80 anos ou mais), e que geralmente são indivíduos que requerem maiores cuidados e apoio, essa pesquisa se deterá nos cuidados de longa duração de idosos dependentes, seja de forma afetiva, material e/ou econômica de seus familiares.

Entretanto, é preciso alertar que a representação da velhice como estágio da vida caracterizado por um processo contínuo de perdas, negligências e abandonos não tem por objeto reafirmar a estigmatização acerca do *velho*³, mas

² Se destaca que o (in)acesso a direitos básicos não se constituirá como uma categoria principal de análise nessa pesquisa. Porém, a saber o compromisso desse estudo com o reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de direitos, se buscará, ao longo do trabalho, que o leitor possa refletir a partir da escrita, seja de forma implícita ou explícita, acerca dessa questão.

³ Ressalta-se que em dados momentos poderá ser utilizado, nesse estudo, o termo *velho a fim de romper* com a sua associação a designações negativas tanto presentes no senso comum, como demonstrado por Alcântara (2004). De qualquer modo, Bourdieu ao declarar em sua célebre frase “A “juventude” é apenas uma palavra” reafirma que ser jovem ou velho é uma concepção socialmente construída, nas quais as divisões entre as idades seriam arbitrárias e os relacionamentos se revelariam na sua forma mais vazia. Assim, as classificações na realidade impõem limites e produzem um ordenamento no qual cada um deve ser mantido e todos os sujeitos devem permanecer em seu lugar.

sim também percebê-la como elemento primordial para a identificação dos sujeitos a fim de conceder direitos, como por exemplo, a universalização da aposentadoria (DEBERT, 1997). Contudo, como ressalta Camarano e Pasinato (2004), como toda classificação, a de “idoso” pode simplificar a heterogeneidade desse segmento, o que pode vir a incluir ou excluir indivíduos que necessitam ou não dessas políticas.

Como apontado por Santos e Rifiotis (2006), aproximadamente 40% da população idosa necessita de auxílio para realizar atividades, como cuidar das finanças, compras, limpar a casa e preparar refeições, enquanto que 10% requerem auxílio até mesmo para tarefas básicas como ir ao banheiro, alimentar-se, tomar banho e vestir-se.

De acordo com importantes marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso - PNI (Lei nº 8.842/04) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar e proteger as pessoas idosas, garantindo-lhes sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e assegurando-lhes o direito à vida, como fixado no artigo 230 desta Constituição e artigo 3º da PNI. Contudo, observa-se que tanto na forma da lei como na prática essa responsabilidade não é partilhada.

Ao contrário, nos parece que no atual contexto neoliberal, segundo Schneider (1980 apud DRAIBE, 1993), quando é pregado ter prioridades, não exigir programas, crescimento em vez de distribuição, e, acima de tudo, tratar do futuro e repudiar o passado, há um ataque a universalidade do acesso aos direitos sociais sob a justificativa de que os gastos públicos com programas sociais ocasionariam diversos males, não apenas como a inflação e a ampliação do déficit público, mas igualmente como o desestímulo ao estudo e ao trabalho e até mesmo a destruição da família. Havendo, assim, um desmonte no sistema de proteção social⁴.

⁴ Segundo Silva (2018), a proteção social caracteriza-se pela promoção de um conjunto de ações, serviços e políticas que objetivam o enfrentamento de situações que colocam em risco pessoal e social a vida do sujeito. A partir de Di Giovanni (1998 apud SILVA, op. cit.), compreende-se que todas as sociedades humanas desenvolveram algum tipo de proteção social, sejam por meio de organizações mais simples, como a família, ou por meio de instituições especializadas, ou, em outras situações, em uma forma mista, envolvendo o setor público (Estado) e o privado (família, sociedade, mercado).

A ação do Estado deve limitar-se, apenas quando necessário, à programas assistenciais de forma a complementar o que os indivíduos não puderam solucionar via recursos familiares ou mercado. Esse ideário ao criticar os modelos tuteladores sugerem que haveria uma maior ampliação da liberdade tanto dos sujeitos quanto das famílias em buscarem alternativas de serviços sociais que melhor lhes atendam, principalmente, no que tange aos “serviços sociais pessoais”. Sinalizando, desta maneira, a tendência familista da política social brasileira.

Isto posto, há uma crescente responsabilização especialmente às famílias que são tidas como as principais – e em muitos casos, as únicas – encarregadas do apoio à pessoa idosa. Problemática justificada pelas famílias serem compreendidas como instâncias *naturais* e *eficientes* de cuidados e proteção a seus membros vulnerabilizados, como as crianças e os idosos.

Desta forma, a construção sócio-histórica de seu sentido como necessariamente protetora e provedora de cuidados certamente implicará sobre processos de elaboração e implementação de políticas públicas no Brasil. Revela-se, desta forma, que se houve conquistas, como a desfamiliarização do sustento da pessoa idosa por meio da universalização dos benefícios de renda (previdência e assistência social) nos últimos anos, por outro lado, não se avançou na normatização de uma política de cuidados de longa duração. Longe disso, se observa processos de desproteção e penalização às famílias, o que ocasionarão importantes impactos nos indivíduos e nas relações familiares.

Como demonstrado por Santos e Rifiotis (2006), o cuidado como caráter público nunca de fato chegou a ser efetivo no Brasil. Porém, hoje, há cada vez mais uma “reprivatização do cuidado”, no qual essa tarefa é desinstitucionalizada e retornada ao contexto domiciliar, e “tudo se passa como se houvesse uma redescoberta da dimensão afetiva, uma revalorização das relações domésticas (...)” (SANTOS e RIFIOTIS, op. cit., p.106).

Quando analisada a realidade de milhares de famílias brasileiras, Camarano (2010) em sua pesquisa afirmou que em aproximadamente 80% dos registros os filhos eram os principais responsáveis pelo cuidado do idoso que possuía perda de capacidade funcional ou instrumental para as atividades da vida diária. A percepção de que os cuidados com os pais idosos é uma responsabilidade

dos filhos é formada, sobretudo, por aspectos culturais e pela ausência de serviços prestados pelo Estado.

Assim, à medida que em diferentes países, como o Japão e alguns países europeus, observa-se nos últimos anos uma desfamiliarização do cuidado, no Brasil, ocorre o movimento inverso. Por exemplo, no inciso 1º do artigo 230 da Constituição citada, é recomendado que os programas de amparo aos idosos sejam executados de preferência em seus lares, argumentando-se que o melhor lugar para o paciente estar seria junto de sua família. Assim, não a considerando como uma instituição idealizada e um espaço de disputa de poder entre gênero e gerações (OLIVEIRA, 2017).

Como demonstrado por Santos e Rifiotis (2006), o modo como as famílias se organizam no cuidado à pessoa idosa se diversifica à medida que suas decisões normalmente são norteadas por práticas sócio-culturais. Desse modo, a escolha de quem será o cuidador principal é um processo permeado por conflitos e disputas.

Estudos, como IPEA (2010) e Moser e Prá (2016), demonstram que historicamente a tarefa do cuidar é relacionada como uma função feminina. Em geral, os cuidados de longa duração de idosos são realizados pelas esposas, filhas, noras e irmãs que são escolhidas por supostamente disponibilizarem de maior tempo e/ou possuírem intimidade e melhor relacionamento com a pessoa idosa.

Podem ser diversos os motivos pelos quais os/as cuidadores/as informais domiciliares se dedicam a esta tarefa, seja pela reciprocidade, o dever moral, a culpa ou evitar o julgamento de conhecidos. Além disso, as mulheres, em especial, ao desenvolverem outras inúmeras funções, como o cuidar dos filhos, da casa, do companheiro e ainda conciliar com atividades remuneradas, pode ocasionar diferentes consequências, como atritos nas relações familiares, malefícios para a saúde do cuidador e abandono de projetos pessoais (MOSER e PRÁ, 2016).

Para mais, compreende-se a gravidade da questão quando se pensa nas famílias da classe trabalhadora, uma vez que, além de não disponibilizarem de serviços prestados pelo Estado, em geral, não podem custear a maioria, seja medicamentos, camas hospitalares e aparelhos específicos, por exemplo, o acompanhamento de profissionais da saúde e até mesmo a inexistência da

possibilidade de contratação de um cuidador formal⁵ ou de deixarem de trabalhar de forma remunerada – embora, acredita-se que mesmo que haja essa alternativa, não deve ser um fator que contribua para tal, mas sim esse estudo defende a proteção social concebida e implementada em sua forma universal pelo Estado, não apenas às pessoas idosas, mas igualmente para todos os indivíduos da sociedade.

Assim sendo, quais são os suportes dos serviços públicos nos quais essas famílias dispõem para cuidarem de seus idosos? Em muitos casos inexistentes, as famílias acabam por desenvolver formas singulares de cuidar de seus membros. Atividades que assumem práticas específicas e significados próprios de cada família e de cada sujeito responsável pelo cuidado, e que para aqueles que não consideram essas complexidades, essas diferenças podem ser alvos de julgamentos e desconfianças e visto como de forma negligente.

Ademais, a responsabilização do cuidado pela família à pessoa idosa pode ser cruel quando muitas vezes, por exemplo, houve uma ausência de comunicação afetiva e/ou comunicativa ao longo da vida entre os pais e os filhos ou desvio de caráter do indivíduo agora idoso que o afastou da família. Assim, não havendo o desejo do filho adulto em dar assistência ao idoso.

Desta forma, como alertado por Lemos (2013 apud GIACOMIN e COUTO, 2013), embora a Constituição e o Estatuto do Idoso propiciem forçar a aproximação dos filhos, muitas questões ainda devem ser consideradas, como: Contribuiria para a sua dignidade o apoio de um filho mesmo que seja clara a sua insatisfação por estar sendo obrigado? Isso não poderia aumentar ainda mais o sentimento de rejeição? Exemplos de dúvidas que exprimem que apesar da determinação de leis, a efetivação destas não necessariamente se relaciona à efetivação de dignidade, tampouco conseguem instituir um afeto ausente e, por vezes, potencializa um afeto destrutivo muito presente.

Assim, compreendendo que a família é composta por um emaranhado de relações, emoções e ações, e é perpassada por constantes processos de negociações, acordos, conflitos, concessões e desigualdades que se desnudam

⁵ De acordo com Camarano (2010), não há uma definição única do que significam os cuidados de longa duração, porém pode compreendê-los como o apoio material, emocional e instrumental, formal (oferecido pelo Estado ou instituições privadas) ou informal (provido pelas famílias, amigos e/ou vizinhos) prestado por um longo período aos indivíduos que o necessitam. Cabe ressaltar que esta pesquisa se deterá aos cuidados informais domiciliares.

quando se pensa a responsabilidade de cuidar – e, assim, de se doar - do outro, pode-se questionar: Como é para esses cuidadores a tarefa de cuidar de seus idosos? Será essa questão que buscaremos compreender nessa pesquisa.

A motivação para a realização desse trabalho está, sobretudo, relacionada à minha experiência acadêmica. Durante o ano de 2014, enquanto aluna de graduação no curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), houve a minha primeira aproximação com a temática da velhice. Nesse período, houve a inserção como bolsista de iniciação científica na pesquisa “Violação de Direitos e Violência contra a Pessoa Idosa: Captação de Denúncias e Ações desenvolvidas pelos Órgãos na Defesa dos Direitos, na Prevenção e no Combate à Violência Contra Idosos no Estado do Rio de Janeiro” em parceria com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro com o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Espaços Públicos e Serviço Social (NUPPESS).

Esse projeto se fundamentou na utilização de dados de Órgãos de captação de denúncias, em especial, do Programa Disque Denúncia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para, dentro dos objetivos do estudo, analisar os registros de violações de direitos praticadas contra as pessoas idosas, como os índices ano após ano, os locais com maior número de ocorrências e os principais tipos de violências cometidas. A partir disso, pretendia-se investigar quais, e se de fato eram efetivas, as ações de Órgãos, como Conselhos e Fóruns, na defesa de direitos e prevenção e combate à violência contra esse segmento.

Este período potencializou a percepção de que a população idosa ainda é acometida por constantes, naturalizadas e aprofundadas formas de violências. Percebe-se, contudo, que embora sejam violações tanto de ordem intrafamiliar como institucional, o estudo majoritariamente corroborava pesquisas que culpabilizam quase que exclusivamente a família, como demonstrado por Minayo (2003), que aponta que estudos internacionais comprovam que 90% dos casos de violências acontecem no seio familiar e 2/3 dos autores de violência seriam filhos e cônjuges da vítima.

Dessa forma, a partir do interesse gerado acerca desses dados, esse tema se tornou objeto de estudo do Trabalho de Conclusão Curso. Ao final da graduação, buscando uma futura atuação profissional efetiva e consciente,

apreendi a necessidade de ampliar o estudo, e, desta forma, ingressei no curso de Mestrado com a proposta de aprofundar a pesquisa.

No decorrer do curso, me foi lançado, pelo orientador dessa pesquisa, Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira, o desafio de novas leituras, particularmente, acerca das famílias e do cuidado – estudado como contraponto da violência. Nesse momento, percebi que a minha proposta não considerava de forma totalizada os desafios de cuidar de um idoso, principalmente quando essa responsabilização, muitas vezes, é acompanhada de sobrecarga, culpa e censura sob a roupagem de uma solidariedade familiar útil à classe dominante.

Concepção apenas que polarizava a vítima e o autor de violência, uma vez que ao fundamentar-se, por exemplo, em artigos, como o 3º do Estatuto do Idoso, que fixam a obrigatoriedade da família em assistir seus idosos, não considerava as complexidades que permeiam essas dinâmicas familiares, como o dever de cuidar do outro sem ao menos o apoio apropriado e continuado.

Para mais, compreende-se que a pesquisa também possui relevância pessoal, uma vez que se trata de reflexões, como indicado por Rifiotis (2007), que são sobre a nossa própria condição humana, já que todos são seres envelhecetes. Dessa forma, à medida que o estudo se constitui sobre um “outro”, simultaneamente é sobre nós mesmos. Para mais, a partir do estudo, almeja-se, assim como para a presente autora, que cause ao leitor reflexões críticas tanto do seu próprio processo de envelhecimento, como de demais idosos.

Pois, arrisco dizer, que essas relações/tensões familiares ocorrem na maioria das famílias brasileiras, como na minha quando a filha mais velha abdicou de seus planos pessoais (desejos externalizados, como casamentos, viagens e filhos), diferentemente dos outros irmãos, para cuidar de minha bisavó, e que permaneceu cuidando já velha de outros irmãos idosos até a sua morte.

Isto posto, avalia-se que a pesquisa possui relevância acadêmica, pois embora haja o reconhecimento sobre a relevância da família na vida social, e, assim, deve receber proteção do Estado, como determinado pelo artigo 226 da Constituição Federal de 1988, o que se verifica é que a realidade tem dados sinais de penalização e desproteção à essas famílias, uma vez que são culpabilizadas por “falharem” na responsabilidade do cuidado e proteção a seus membros, enquanto que simultaneamente o segmento idoso e as famílias são acometidas de modo

agravante pela omissão do Estado quanto a programas de proteção específicos, como as políticas de cuidados de longa duração de idosos.

Além disso, se acredita que a pesquisa possui grande relevância tanto para a formação acadêmica da pesquisadora como para contribuir com o aprofundamento do tema para outros pesquisadores, uma vez que almeja compreender os significados e os sentidos atribuídos pelos cuidadores de longa duração de idosos em ambiente familiar. Assim, o que pode ser mais rico para a compreensão das complexidades dessas relações se não o estar atento para os sujeitos como a(u)tores de suas trajetórias? Importância essa que se apresenta explícita, uma vez que as pesquisas que abordam sobre questões referentes ao envelhecimento ainda são recentes e escassas (BEZERRA et al., 2012).

Percebe-se, por meio da aproximação com diferentes autores, a citar, Camarano (2010) e Pasinato e Kornis (2010), por exemplo, que o tema do cuidado familiar tem adquirido centralidade em diversos estudos, devido às suas múltiplas abordagens possíveis e à complexidade do objeto de estudo. Fato esse que pode ser apreendido quando se considera o quanto esse assunto tem interessado estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, o que se evidenciou na trajetória de pesquisa.

Dessa forma, a partir do questionamento “Para você, como é cuidar de uma pessoa idosa?” objetivamos compreender os sentidos atribuídos por familiares cuidadores de idosos. Assim, os sujeitos de nossa pesquisa foram profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Maria Lina de Castro Lima, inseridos em dinâmicas familiares de cuidados de longa duração de idosos, na condição de filhos e/ou sobrinhos de um idoso.

A metodologia empregada se baseou nos princípios de pesquisas qualitativas, e o caminho que percorremos para analisarmos os dados se fundamentou no método de interpretação de sentidos. Para a produção de dados, nosso principal instrumento se constituiu em entrevistas narrativas, realizadas em dezembro de 2019, com cinco sujeitos de pesquisa. O critério de escolha dos participantes era que fossem cuidadores de ambos os sexos, possuísem idade entre 30 e 65 anos, o vínculo entre cuidador e idoso ser de filho/a, companheiro/a, sobrinho/a ou irmão/a, além de dedicação não exclusiva. Todo o percurso metodológico está detalhado no capítulo 4.

Desta maneira, a partir da análise dos dados obtidos nas entrevistas, identificamos percepções desses cuidadores sobre as suas relações e dinâmicas familiares, assim como, acerca do cuidado afetivo, material e/ou econômico que exercem sobre os seus idosos, sejam eles autônomos ou dependentes.

Para desenvolver o estudo, inicialmente, foi realizado um levantamento da produção acadêmica na base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES entre os meses de setembro a outubro de 2018. Na plataforma de busca foram consultadas 3 expressões: “famílias e cuidados”, “violência contra idosos” e “famílias, cuidados e idosos”, como apresentadas a seguir (Quadro 1):

Quadro 1 - Distribuição de produções selecionadas na plataforma CAPES

Expressões	Total de produções selecionadas	Anos de produção	Tipos de produção	
"famílias e cuidados"	9 produções acadêmicas	2001 - 2017	8 artigos	1 tese de doutorado
"violência contra idosos"	15 produções acadêmicas	2003 - 2016	14 artigos	1 livro
"famílias, cuidados e idosos"	9 produções acadêmicas	2002 - 2017	6 artigos	9 livros

Fonte: Autoria própria / Base de dados CAPES no período entre 2001 e 2017.

Foram procuradas, nos inspirando no trabalho Schäffer (2017), expressões que estivessem em qualquer parte do texto. As produções acadêmicas foram escolhidas mediante a análise do título, resumo e palavras-chaves, nas quais foram selecionadas, totalizando, 33 produções, dentre elas, 28 artigos, 10 livros e 1 tese de doutorado, todas elaboradas entre os anos de 2001 a 2017.

Não foram utilizados filtros e não foram mantidas produções que estivessem de acordo com os seguintes critérios de exclusão: a) produções repetidas; b) produções cujos resumos não versavam acerca dos cuidados de longa duração idosos em âmbito familiar; e c) produções cujos resumos não se centravam nas dinâmicas e/ou conflitos pessoas e familiares. Assim, reunindo, ao total, 39 produções que possibilitaram o primeiro mergulho na temática.

A partir da leitura destas produções, além de artigos, livros e dissertações indicados pelo orientador dessa pesquisa, foi possível compor grande parte da bibliografia da pesquisa, uma vez que foi por meio das reflexões dos autores, muitas vezes se fundamentando, contrapondo ou aprofundando outras análises,

seja nas notas de rodapé ou nas referências bibliográficas, que houve a aproximação com outras produções.

Para compreender a relação entre família e cuidado, e, assim, os sentidos atribuídos por cuidadores de longa duração de idosos em âmbito familiar, o trabalho encontra-se estruturado em 3 capítulos, além da introdução e das considerações finais, sendo eles:

No primeiro capítulo buscará compreender a construção sócio-histórica da família como instância natural de cuidado e proteção. Mais especificamente, apreender de forma aprofundada como as famílias brasileiras ao longo da história foram constituindo, inventando e reinventando suas formas de ser e de conviver (MIOTO, 2003). Além disso, como os papéis sociais estabelecidos para os homens e para as mulheres, considerando a dimensão de classe, foram se constituindo no decorrer dos anos e como influenciaram e foram influenciados nas dinâmicas familiares.

No segundo capítulo pretende-se que seja apreendido o que são os cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar, perceber quem são (e por quais motivos foram designados) os principais cuidadores e os desafios de cuidar de uma pessoa idosa no atual contexto neoliberal. Assim, esse capítulo deverá reafirmar que a capacidade de proteção e cuidado das famílias está diretamente relacionada à proteção e ao cuidado que lhes são assegurados por meio das políticas públicas. Assim, mais do que ser reconhecida como instância natural e eficiente de cuidados, deve ser reconhecida como instância a ser cuidada.

Já no terceiro capítulo, propõem-se a aproximação com os cuidadores familiares – profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) Maria Lina de Castro Lima na qualidade de filhos e/ou sobrinhos de uma pessoa idosa – na qual será realizada entrevistas narrativas a fim de que se possa refletir acerca dos processos vivenciados pelos sujeitos a partir da fala espontânea (ARAÚJO, 2015), objetivando analisar os sentidos atribuídos por eles na tarefa de cuidar de uma pessoa idosa.

[...] O amor não é um ato natural. É uma coisa humana e, por definição, *a mais humana*, isto é, uma criação, alguma coisa que nós fizemos e que não ocorre na natureza. Alguma coisa que fizemos, que fazemos todos os dias e que todos os dias desfazemos. (PAZ, 1984, p. 178).

Assim, é por meio dessa citação de Octávio Paz que se acredita que essa pesquisa encontra sua principal elucidação, pois ela apresenta algumas máximas que precisam ser revistas. Dentre elas, destacam-se: a compreensão de que a imagem que se tem da família é algo que lhe foi impresso por diversos fatores externos inventados pelo homem e que o amor, assim como o cuidado, não é algo natural, mas uma criação humana.

Assim, se a família e o cuidado já nos parecem categorias tão triviais que por vezes, equivocadamente, podem apresentar-se evidentes e que dispensam análises, conforme refletido por Oliveira (2017), essa pesquisa buscará, corroborando Velho (1978, p. 124), transformar o “exótico em familiar e o familiar em exótico”. Isto é, observar com empatia e colocar-se no lugar do outro para compreender as vivências e experiências particulares. Desta forma, esse estudo reafirma que a mudança (e a realidade) social não acontece somente no nível das grandes transformações históricas, mas também como resultado de decisões e interações cotidianas.

2.

Construção histórica das famílias brasileiras

De acordo com Boarini (2003), dentre os animais existentes e conhecidos sobre a face da Terra, nenhum outro é mais dependente ao nascer do que o homem. Ele necessariamente precisa de outros para ser higienizado, alimentado, aquecido, afagado, em suma, obter mínimas condições para manter-se vivo.

Para além das concepções de Boarini (op. cit.), percebemos que essa dependência do homem não se restringe apenas ao primeiro estágio da vida, quando consideramos, por exemplo, a velhice, em que muitos idosos necessitam de cuidados que possibilitam a sua sobrevivência.

Contudo, como afirmado pela autora, referindo-se à espécie humana, não basta estar vivo. Ao estar no mundo, o homem se incorpora em uma organização social nutrida pelos mais diversos simbolismos, o que o põe em indefinida e contínua dependência do outro.

Boarini (2003) estabelece um paralelo entre as relações humanas e uma rede rodoviária. Para ela, não há vias de mão única, mas sim um complexo de caminhos pavimentados de paixões, angústias, parcerias, conflitos, contradições e embates.

Convencionalmente denominado de família, este é o primeiro grupo no qual o ser humano pertence. De acordo com Rocha-Coutinho (1994), parece não haver cultura que não tenham alguma forma de família reconhecida e legitimada socialmente.

E apesar de ser uma instituição muita antiga, paradoxalmente, é muito nova (BOARINI, 2003). Isso se deve ao fato do conceito ser simultaneamente velho e novo, uma vez que, velho, se considerarmos que homem precisa de um grupo de pessoas que lhe proveja cuidados necessários, e novo, já que a família se remodela segundo os contornos da sociedade em que está inserida.

Neste mesmo sentido de compreender as constantes transformações das famílias, Morgado (2001) e Bruschini (1993) sinalizam que ela não é uma instituição inalterável, mas uma criação humana mutável, que se modifica

conforme as mudanças históricas e adquire, assim, particularidades em diferentes sociedades.

Assim sendo, essas reflexões permitem apreender que a família humana é uma construção social, rompendo, desta forma, com a concepção naturalizada acerca das relações e das dinâmicas familiares. Seus membros sempre estiveram ligados por uma complexa rede de proibições e direitos sexuais, obrigações econômicas e, mais modernamente, por vínculos afetivos normalmente acompanhados de laços religiosos e legais (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Dessa forma, Sarti (2003, p.23) entende que quando analisados os acontecimentos ligados à família, torna-se possível refutar a ideologia que a naturaliza, já que os seus movimentos, em diferentes contextos históricos específicos, ultrapassam a lógica de respostas biológicas frente às necessidades humanas. Mas, na realidade, configuram-se como respostas sociais e culturais, como se pode apreender a seguir:

Sabemos que o mundo de significações humano não tem uma relação mecânica com as possibilidades materiais da existência, sendo mediado pelas “traduções” sociais, culturais e psíquicas dessas possibilidades, ou seja, dependem de como são incorporadas pela sociedade e internalizadas pelos sujeitos. (SARTI, 2003, p.23)

Por meio de Kehdi (2017), infere-se que os primeiros estudos brasileiros direcionados à família datam a partir das primeiras décadas do século XX, sendo, portanto, relativamente recentes. De acordo com a autora, as pesquisas podem ser situadas por duas perspectivas: as que sustentam a família como uma instituição social fundamental da qual dependem todas as outras; e aquelas que recuperam três modelos básicos de família – a patriarcal, a nuclear e a atual, a fim de analisar o modelo histórico da família brasileira, para que em seguida, esse modelo possa ser revisto.

Assim, fundamentando-se em diferentes autores, a citar, Oliveira (2011), nossa argumentação prosseguirá sob esse segundo viés, pelo intento de reconhecer o caráter histórico das formas de organização familiares ao longo dos tempos a fim de romper com a imagem idealizada de família.

Através de Oliveira (op. cit.), pode-se compreender que predominantemente, no Brasil, na contemporaneidade, a constituição da organização familiar é nuclear e burguesa. Entretanto, essas bases da estrutura de

família não foram estabelecidas repentinamente, mas são produtos de um longo caminho histórico percorrido pela sociedade.

Por meio de Rocha-Coutinho (1994) pode-se compreender a importância de analisar sobre a transição da família feudal para a família burguesa, já que é possível indicar traços-chaves que encerram desde as relações de produção até a constituição das subjetividades, em que evidenciam, dentre outros aspectos, a individualidade, a intimidade e as identidades pessoais.

Isto posto, Kehdi (2017) fundamentada em Oliveira (2011) afirma que houve um primeiro período em que o casamento endogâmico era permitido. Em princípio por interesses econômicos, ocorre a passagem para um segundo momento definido por restrições a esse tipo de união até dar início a estrutura de família monogâmica patriarcal.

Reportando-se à época feudal, Oliveira (2011) indica que a autoridade e a obediência eram extremamente valorizadas, sendo permitido, inclusive, o uso de castigo físico para manter a ordem e disciplina. Nesse período, atribuições que hoje são ditas como próprias da família, como a privacidade, a proximidade afetiva e os cuidados maternos, não eram questões para elas.

No modelo patriarcal nuclear burguês, no caso brasileiro, introduzido com a colonização, nas famílias havia uma estrutura de parentesco extensa, isto é, os membros podiam estar ou não vinculados por laços de consanguinidade. Assim, as famílias eram compostas por representantes principais, como, o patriarca – chefe da família –, sua esposa, filhos e netos, além de membros secundários – núcleo constituído por filhos ilegítimos, parentes, serviçais, agregados e escravos⁶.

Como elucidado por Ariès (1986), essa família tinha por incumbência – sentida por todos – a prática comum de um ofício, a conservação dos bens e a ajuda mútua cotidiana num mundo em que o homem, e ainda mais a mulher, não podiam sobreviver isolados.

De acordo com Rocha-Coutinho (1994), eram nesses espaços que se desenrolavam as funções domésticas – o que compreendemos hoje como trabalho doméstico, atenção às crianças e socialização primária – e as funções sociais – que

⁶ Situa-se aí a origem da palavra família, uma vez que, de acordo com Ratti et al. (2005, p.62), “tem origem latina, significa servo ou escravo, sugerindo que, primitivamente, se considerava a família como um conjunto de escravos ou criados de uma mesma pessoa”.

englobava a aprendizagem de habilidades e técnicas precisas para executar-se na produção familiar. A autora sinaliza que é devido a este caráter que a análise marxista nesse momento considera a família como unidade de produção e consumo.

Visto que a família e o trabalho não estavam separados, as mulheres trabalhavam simultaneamente na produção e na reprodução, e a educação e os cuidados com as crianças eram partilhados com toda a comunidade. Assim sendo, por aprenderem, sobretudo, por meio dela as normas sociais do grupo, não tinham seus pais como referências centrais.

Kehdi (2017) fundamentada em Freyre (1933) afirma que no modelo patriarcal a família por exercer papéis extremamente relevantes, como a procriação, a administração econômica e a direção política, deveria ser resguardada a todo custo.

O poder dentro e fora da família – dado que a figura masculina não reconhecia sequer a autoridade religiosa dos padres – se manifestava de modo desigual, uma vez que há a legitimação da autoridade do homem branco e proprietário. Desta forma, todos deveriam estar submetidos à vontade do patriarca (OLIVEIRA, 2011).

Em consonância, Saraiva (1998) demonstra que o patriarcado é a exaltação dos valores masculinos, enquanto que as mulheres são vistas como sem valor. Assim, “entre cada ponto do corpo social, entre homem e mulher, entre membros de uma família, (...) entre cada um que sabe e cada um que não sabe, existem relações de poder” (FOUCAULT, 1980, p. 187).

No entanto, é preciso ressaltar que esse modelo não se sucedeu de modo uniforme em toda sociedade. Em determinadas famílias, pesquisas, como Samara (1989), apontam que dependendo do nível social da mulher, o seu papel no interior se modificava, como, por exemplo, em casos de viuvez, situação na qual a mulher acabava por gerir as propriedades. Contudo, necessário estabelecer que esses casos não podem representar o todo, uma vez que, além dessas ações serem incipientes, esta liberdade era restringida pela concordância do homem (KEDHI, 2017).

Da mesma forma que Oliveira (2011) indica que ainda que o padrão patriarcal fosse característico das famílias abastadas, observa-se que, ressalvadas

as suas diferenças e especificidades, a figura masculina como referência de autoridade e moral prevalecia também nas famílias pobres.

A partir de gradativas transformações político-econômicas da sociedade, as famílias vão se modificando e perdendo a sua estrutura ampla de parentesco. As funções domésticas e sociais vão se distinguindo, até constituírem o que se denomina hoje, respectivamente, de âmbito privado e público.

Essas esferas passam a desenvolver lógicas próprias, cujos eixos básicos, de acordo com Rocha-Coutinho (1994), são a afetividade no mundo doméstico e a racionalidade e eficácia no exercício do poder no mundo público.

Assim, resultando em profundas consequências para as famílias, já que a produção agora ao se situar no âmbito público, a família vai se constituindo como unidade de consumo. Ela utiliza para a sua sobrevivência o salário que alguns membros recebem ao vender seu trabalho no mercado. E como indicado por Rocha-Coutinho (1994), essa sobrevivência é indispensável para a sociedade, uma vez que é na família que se realiza a reprodução biológica, social e da força de trabalho.

Desta forma, é apenas a partir do século XVIII, com o estabelecimento, no contexto europeu, da família burguesa, em que a família se fecha e se volta em si mesma, surgindo a noção de privacidade familiar (OLIVEIRA, 2011). Caráter solidificado a partir da reorganização da casa, em que há o estabelecimento de entradas particulares e de cômodos, nos quais os pais e os filhos partilham esse espaço de privacidade e intimidade⁷ que reforça os laços afetivos familiares.

Já na história social do Brasil, a transição para esse modelo familiar, o qual hoje é conhecido e aprendido como universal (FREITAS et al., 2011), ocorreu a partir do século XIX com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro. Essa estrutura familiar difere-se das formas anteriores por reduzir-se exclusivamente aos pais e seus filhos legítimos.

Scott (2005) elucida a relevância do contexto de urbanização e higienização sobre a organização das famílias. Essa modificação nas famílias acompanha essa orientação para a urbanização modernizadora, tanto nos países

⁷ Medrado et al. (2010) fundamentados em Arendt (1988), afirmam que o âmbito da vida privada sempre foi o espaço da privação e não o lugar da privacidade ou da intimidade. Apesar disso, se ressalta que essa pesquisa, fundamentada em Sawaia (2003), rejeita a família exclusivamente como espaço do intimismo alienador, mas busca explorar igualmente a sua função emancipadora.

desenvolvidos, como também ocorre nos países em desenvolvimento, como no Brasil.

Nesse momento, pode ser identificado uma tendência à nuclearização dos grupos domésticos, com a diminuição do tamanho das famílias, na qual deve se centrar na tríade mãe-pai-filhos legítimos, assim, anunciando o término das famílias tradicionais extensas e patriarcais.

Assim, durante esse período vai se constituindo o grupo familiar restrito (nuclear), no qual, segundo Rocha-Coutinho (1994), se estabelece um novo tipo de contrato matrimonial, o por amor. Além disso, as crianças passam a ser vistas com uma nova importância, uma vez que são frutos por excelência desta família.

Nesse momento, decorrem relevantes modificações no âmbito familiar, dentre elas, as crianças passam a ser tidas como dependentes da mãe e a figura materna a ser reconhecida como responsável por atender suas necessidades materiais e afetivas. Sendo denominado por Shorter (1975 apud ROCHA-COUTINHO, 1994) por Revolução Sentimental do Século XVIII.

Ou seja, é o surgimento do amor conjugal, do amor materno e do sentimento doméstico de intimidade, que modificaram as formas, tanto contratuais como subjetivas, de enlacs entre os membros da família. É neste período que o romantismo passa a ser utilizado como meio cultural para dificultar a mulher de tomar consciência da sua verdadeira condição de opressão, uma vez que “a mulher passa a viver para o amor: amor a seus filhos, a seu esposo, a sua casa” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.29).

Assim, as dinâmicas familiares se demarcaram pela naturalização da responsabilidade da mulher na execução e supervisão de tarefas referentes ao atendimento das necessidades afetivas e materiais de seus filhos, visto que a pureza e a capacidade de cuidar e amar seriam inatas a ela (SARAIVA, 1998), e a sua não execução denotaria traição à sua essência feminina.

Desta maneira, as esposas devem tornar o lar um ambiente sólido e acolhedor. Como demonstrado por Rocha-Coutinho (1994), é em casa, cuidando física e emocionalmente do marido e dos filhos, que é o lugar da mulher na sociedade.

Oliveira (2011) indica que o aparecimento dessa nova organização das experiências familiares implicará, sobretudo, nas atividades femininas e na distribuição do tempo, posto que é exigido delas que dediquem muito mais tempo

para a realização dessas responsabilidades, que outrora eram partilhadas por um grupo amplo.

Segundo Rocha-Coutinho (1994), ainda que essas atividades sejam um trabalho social, ao passo em que satisfazem uma necessidade da sociedade – a reprodução presente e futura da força de trabalho –, elas estão organizadas de modo individual e privada, o que possibilita que lhes confira um caráter de não trabalho.

Desta forma, é assim que o esforço, valor e a contribuição ao bem-estar social do trabalho doméstico não é reconhecido e não possui prestígio social, sendo tratado de ser esquecido pela economia do sistema extrafamiliar que se serve e se apoia nesse sistema econômico familiar (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Assim sendo, como assinalado por Duran (1983 apud ROCHA-COUTINHO, 1994), “à força de ignorá-lo, de excluí-lo de seus cálculos, e de sua linguagem, chega a parecer que é imutável, gratuito, não custoso, não valorizado... e a um passo de supor que, uma vez que é improdutivo, quase não tem valor” (p.11).

Se a mulher era desobrigada de qualquer papel produtivo, o mesmo não se observou quanto à figura masculina. A concepção amplamente reforçada destina o homem ao espaço público, no qual deve se inserir para manter o sustento da família e buscar suas realizações profissionais.

Assim, aos homens é naturalizado a virilidade, a força e a responsabilidade de manter o sustento da família. Aquele que deve se dedicar aos negócios, tomar decisões importantes e assegurar a respeitabilidade familiar ao exercer sua autoridade sobre os demais membros. Características tomadas como inerentes ao ser homem, o que resulta no seu afastamento da responsabilidade do cuidado na vida privada.

Ocasionalmente, para eles, uma liberação das responsabilidades quanto ao cuidado, ao passo que foi sendo reconhecido como o “chefe do lar”. Desta forma, as relações de gênero dentro do âmbito familiar foram se revelando cada vez mais hierarquizadas, uma vez que as relações de poder se configuraram profundamente desiguais.

Como apresentado por Kedhi (2017), o "status" social da mulher era o do marido, e as suas qualidades individuais eram valorizadas pela sua competência de gerenciar a casa e formar os filhos para se tornarem cidadãos honrados. À vista

disso, há uma rígida divisão sexual do trabalho, na qual para a mulher era destinada a reprodução da força de trabalho na esfera privada e sem remuneração – embora seja necessário sinalizar que as mulheres pobres sempre trabalharam, sejam como domésticas e lavadeiras, por exemplo –, e ao homem, o trabalho produtivo extra lar e remunerado (BRUSCHINI, 1993).

A mulher-mãe se torna parte central da família, dado que além de ser responsável pelo bem-estar de todos, deve fazer a intermediação entre: I) o pai e os filhos, uma vez que o marido encarregado do sustento da família⁸ ausenta-se cada vez mais do âmbito privado; II) entre a família e dois principais atores: o médico (fortemente presente nessa sociedade que começa a se importar com a saúde) e com a escola (substituta da transmissão de conhecimentos por meio da aprendizagem dentre gerações).

Essa família burguesa, ao se centrar nas crianças, há, de certa forma, uma constante supervisão sobre a mulher, uma vez que são responsabilizadas pela criação dos filhos. De acordo com Rocha-Coutinho (1994), o status inferior, tanto das mulheres como das crianças, são disfarçados por concepções de fragilidade, delicadeza e pureza, necessitando, portanto, da proteção dos homens. Consolidando, assim, o discurso de dependência, emotividade e instinto maternal que ratificam o “lugar feminino”.

No que se refere às atividades e ao papel social de cada membro familiar, compreende-se que aos filhos é exigido submissão aos valores e autoridade dos pais, principalmente, para as filhas. Como ressalta Oliveira (2011), esses aspectos vão se solidificando nos anos posteriores, o que colabora para praticamente anulação total de formas de oposição dos filhos, além da subalternização das mulheres.

Isto posto, por meio de Rocha-Coutinho (1994) e Oliveira (2011) pode-se constatar que a desigualdade de gêneros e os discursos que a naturalizam e objetivam legitimar as diferenças hierárquicas entre os sexos são antigos e se revelam ao longo do processo civilizatório.

E embora esta desigualdade, até pouco tempo atrás, ainda era considerada natural – apenas intensamente questionada pelos movimentos feministas

⁸ O papel social do homem como provedor da família resultou para as mulheres a sua crescente dependência do marido, propiciando, desta forma, o controle sobre seus corpos e sexualidade, privando-as do direito ao prazer e reduzindo-as à procriação. Para maiores detalhes, ver Castel (1998).

contemporâneos – tal confinamento da mulher ao âmbito doméstico só começa a ser constatado a partir da ascensão da burguesia. Ou seja, foi apenas no contexto da sociedade industrial que a divisão sexual dos papéis tomou contornos mais delineados, fazendo com o que a mulher se visse reduzida ao papel de mãe e esposa.

Para mais, analisar a construção histórica das famílias é compreender que as imagens que se tem dela, assim como, da mulher e do homem, que lhes é conferido como natural o amor, o cuidado, a virilidade e a racionalidade, respectivamente, não são sentimentos ou atos naturais, mas criações humanas, nas quais, como elucidado por Paz (1984), são coisas que foram feitas e são feitas todos os dias.

[A mulher] nunca é dona de si. Seu ser se divide entre o que é realmente e a imagem que faz de si. Uma imagem que lhe foi impressa por família, classe, escola, amigas, religião e amante. Sua feminidade nunca se expressa, porque se manifesta por meio de formas inventadas pelo homem. O amor não é um ato natural. É uma coisa humana e, por definição, *a mais humana*, isto é, uma criação, alguma coisa que nós fizemos e que não ocorre na natureza. Alguma coisa que fizemos, que fazemos todos os dias e que todos os dias desfazemos. (PAZ, 1984, p. 178).

Para além, em concordância com Paz (1984), Rocha-Coutinho (1994) e Saraiva (1998), são naturalizações que todos os dias precisamos desfazer, uma vez que quando analisada a realidade de diversas famílias brasileiras na atualidade, mesmo transcorrido tanto tempo, se constata que ainda são profundos os efeitos do modelo patriarcal sob essa sociedade.

Fato que, em geral, os homens ainda permanecem exercendo sua autoridade sobre a família e há a identificação do masculino como referência social, enquanto que as mulheres se veem e são vistas como moralmente obrigadas a serem e a viverem para os outros, negando-se, desta forma, como pessoa.

2.1.

Coisa de mulher: entendendo a imagem de “rainha do lar”

A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo,

logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

A partir das reflexões acerca da construção histórica das famílias brasileiras – embora não seja um processo exclusivo do país –, pode-se compreender que homens e mulheres ao longo dos tempos não ocuparam posições igualitárias. Situação expressa tanto no âmbito privado, no que se refere aos cuidados com o lar, com os filhos menores e com os idosos, assim como, no âmbito público, no qual o homem, em geral, ocupou lugares de prestígio social.

Desta forma, parece-nos que para "entender processos de construção/reconstrução das práticas das relações sociais, que homens e mulheres desenvolvem/vivenciam no social" (BANDEIRA e OLIVEIRA, 1990, p.8), torna-se necessário apreender a identidade social da mulher e do homem.

Identidade que, como analisada por Saffioti (1987), é construída por meio da atribuição de distintos papéis que a sociedade tem por expectativa em ver realizados pelas diferentes categorias de sexo. Assim, de acordo com a autora, a sociedade define, com bastante precisão, os domínios nos quais as mulheres podem operar, do mesmo modo, como determina as esferas em que os homens podem atuar.

Estudos, como Goldani (2000) e Cardoso (2018), indicam que nas últimas décadas, nas sociedades ocidentais modernas, há uma significativa modificação do papel social da mulher. Hoje pode-se considerar, inclusive, uma igualdade jurídica entre os sexos, que possibilita, por exemplo, a sua presença cada vez maior ocupando postos de influência no espaço público.

Isto posto, apesar de assistidas importantes mudanças sociais, políticas e econômicas que propiciaram uma maior autonomia, liberdade e igualdade para elas nos últimos tempos, não se pode, como indicado por Rocha-Coutinho (1994), superestimar a profundidade dessas transformações, nem tampouco crer que as desigualdades entre homens e mulheres tenham sido superadas.

Desigualdades que não foram superadas, quando, por exemplo, constata-se que a educação dos filhos, o apoio, sobretudo, emocional e material, aos membros idosos e as atividades domésticas permanecem sendo tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres.

Mesmo quando exerce trabalho remunerado extraluar, em geral, ainda é de sua responsabilidade preparar as refeições para todos os outros membros familiares, auxiliar o idoso nas atividades da vida diária, como alimentar-se e tomar banho, e contribuir no desenvolvimento das crianças para a fase adulta.

De acordo com Saffioti (1987), a sociedade até permite que a mulher delegue essas funções à outras pessoas, normalmente, outras mulheres, de forma remunerada ou não. Entretanto, essa autorização só é verdadeiramente legitimada em dois casos: quando ela necessita ganhar seu próprio sustento a fim de que possa manter seus filhos e a si própria; ou quando é preciso complementar o salário do cônjuge.

Contudo, apreende-se que há nuances ao ser comparada a condição feminina nas relações intrafamiliares nas diferentes classes sociais, uma vez que, por exemplo, nas famílias da classe dominante, a delegação de tarefas de responsabilidades da mulher-mãe à outras mulheres não exige a necessidade de trabalhar (SAFFIOTI, 1987). Porém, essa mulher não está escusa de supervisionar o trabalho da outra mulher que foi contratada.

Assim, *a vida de mulher*, certamente, como ressaltado por Saffioti (op. cit.), varia de acordo com a classe social. Enquanto que a mulher da classe trabalhadora precisa dividir seus horários entre o tempo em que se desloca de sua residência ao trabalho, mais o tempo em que se ocupa das atividades remuneradas, acrescidas das tarefas do âmbito privado, a mulher burguesa dispõe de funcionários que realizam as suas obrigações domésticas.

Compreende-se que essa diferenciação é ainda maior quando se consideram as classes médias, uma vez que dentro delas, há mulheres que se configuram apenas como donas de casa, enquanto que outras aliam esses deveres ao trabalho extraluar, e contam ou não, parcial ou integralmente, remunerado ou não, com o trabalho de outras mulheres.

Assim, ainda que haja todas essas diferenças, que tornam *a vida de mulher* mais ou menos difícil (SAFFIOTI, 1987), é de sua responsabilidade final a atenção aos filhos, idosos e casa. Desta forma, o cuidado ao permanecer sendo recaído sobre elas, permanece, portanto, a identidade básica que caracteriza todas as mulheres.

Compreende-se que essa identidade básica é constantemente naturalizada pela sociedade, sob a justificativa de que a mulher teria como capacidade

imane o cuidar do outro. A paciência, a fragilidade, a mansidão e a amorosidade são tidos como próprios do ser mulher, e, assim, ela passa a ser reconhecida como a pessoa que melhor sabe cuidar, e, portanto, a que deve ser responsabilizada. Assim, como aludido por Beauvoir (1967, p.9):

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. (BEAUVOIR, 1967, p.9)

Corroborando Beauvoir (1967), Santos e Bezerra (2017) afirmam que é longo o caminho da formação da mulher. De acordo com as autoras, são diversos os processos de aprendizagem ao longo da vida que objetivam ensinar aos indivíduos as diferenças entre machos e fêmeas.

As meninas, durante a infância, são disciplinadas a serem meninas, através de como devem se comportar e do que devem gostar. Já na adolescência, as transformações no corpo reforçam a sua inferioridade. Nessa fase, a menina deve assumir sua condição de ser mulher e preparar-se para seu destino, uma vez que na adolescente, durante a puberdade, a menina não pode tornar-se adulta sem assumir a sua feminilidade (BEAUVOIR, 1967).

Já na condição de mulher casada, a sua felicidade deve consistir no casamento e no amor ao marido, aliando-se, assim, a condição de ser mãe – situação recorrente na contemporaneidade, quando ainda está presente no senso comum “como ser mulher, e não ser mãe?”. Na passagem da maturidade para a velhice, “a mulher carrega nesta fase todo o seu medo de envelhecer” (SANTOS e BEZERRA, 2017, p.10), pois ao perder sua fecundidade e o seu encanto erótico, aos olhos da sociedade e a seus próprios olhos, não há mais justificativa para a sua existência (BEAUVOIR, 1967).

Cabe ressaltar que os sentidos específicos de um fenômeno, como indicado por Saffioti (1987), é concebido de diferentes formas por distintas sociedades em diferentes tempos históricos. Por exemplo, se na sociedade contemporânea brasileira é admitido que a mulher se ocupará quase que exclusivamente dos primeiros cuidados de um recém-nascido, nas tribos indígenas

brasileiras, esse repouso era realizado pelos pais (homens), e as mães logo após o parto retornavam às suas atividades de caça.

Desta maneira, comparações como estas permitem compreender que ser homem ou ser mulher não é a mesma coisa em todas as sociedades, sendo, portanto, concepções socialmente construídas. E, assim, ser homem ou ser mulher, segundo Rocha-Coutinho (1994), é produto de uma intrincada rede de significações sociais.

Pode-se inferir, de acordo com Saffioti (1987) e Guedes (1995), que biologicamente, todos os indivíduos nascem machos ou fêmeas. Ou seja, é o modo como a sociedade normalmente divide os seres humanos a partir de seus sexos.

Já a identidade social, isto é, aquilo que se refere ao que se espera de cada sexo – o que cada cultura considera desejável ou reprovável (GUEDES, 1995) – é socialmente construída. Inclusive, Guedes (op. cit.) demonstra que a língua de um povo reflete a própria construção cultural daquela comunidade, a partir das representações sociais, de atribuições de características comuns, que atravessam os indivíduos e as instituições sociais.

De acordo com a autora, as normas e valores sociais estabelecidos socialmente são expressos em códigos de comportamento sociais. Ela indica que ao buscarmos o significado da palavra mulher, é possível encontrar tal afirmação: "O ser humano do sexo feminino capaz de conceber e parir outros seres humanos e que se distingue do homem por essas características" (FERREIRA 1986, p. 1168 apud GUEDES, 1995)⁹.

No que se refere ao significado de homem, Guedes (1995) indica que no dicionário consta como qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que expressa o maior grau de complexidade na escala evolutiva, o ser humano "dotado" das chamadas características viris, como força, coragem e vigor sexual (FERREIRA, 1986 apud GUEDES, 1995).

⁹ Guedes (1995) ainda ressalta que no dicionário dentre todas as designações referentes a mulher, como, "Mulher à toa", "Mulher de rua", "Mulher de comédia", "Mulher da vida", "Mulher fatal", "Mulher perdida" e outros, apenas duas denominações de mulheres não têm o significado assinalado como meretriz. Fazendo com que, a partir de sentidos dicotomizados da língua, o mesmo termo "*mulher*" acabe sendo apreendido também ou como *Santa e reprodutora* ou como *Prostituta*. Para maiores detalhes, ver Guedes (1995).

Assim, diferentemente dos sentidos atribuídos à mulher, ao homem todas as designações do termo se referem ao “mais alto grau de complexidade na escala evolutiva”. Desta forma, percebe-se que não há apenas uma dualidade de sentidos, mas, sobretudo, uma desigual atribuição de poderes para os termos (GUEDES, 1995).

Apreende-se, por meio de Rocha-Coutinho (1994), que os elementos que legitimam o discurso acerca da condição de inferioridade da mulher são naturalizados. A divisão, que tem raízes biológicas na reprodução da espécie, é transportada para a cultura, onde se cristaliza em valores e instituições, deixando de ser natural para se transformar em produto da cultura.

Discursos que são, por sua vez, e, na maioria das vezes, reproduzidos pelas próprias mulheres em seu papel de socializadora e reprodutora de valores e normas que sustentam esta forma de organização social fundamentada na divisão de trabalho por sexo (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Santos e Bezerra (2017) fundamentadas em Beauvoir (1970) argumentam que, na sociedade, esse lugar inferior para a mulher foi construído, de forma geral, pelas ciências, em especial, pela biologia. Para Beauvoir (op. cit.), em diversas construções científicas e morais, o conceito de mulher foi vinculado a uma condição de apêndice do homem. Assim, esse termo – assim como sua condição de fêmea – tornou-se um conceito relacionado ao outro, com uma relação em detrimento a condição de macho.

A MULHER? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto "fêmea" soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: "É um macho!" O termo "fêmea" é pejorativo, não porque enraíze a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. E se esse sexo parece ao homem desprezível e inimigo, mesmo nos bichos inocentes, é evidentemente por causa da inquieta hostilidade que a mulher suscita no homem; entretanto, ele quer encontrar na biologia uma justificação desse sentimento. (BEAUVOIR, 1970, p. 25).

Dessa forma, é sob esse legado secundário, de naturalização da inferioridade desse sexo, que milhares de indivíduos, ao longo da história, tornaram-se mulheres, se constituíram como o Outro, e a elas foi determinado seus lugares e suas funções sociais.

Isto posto, se esses estudos científicos se voltaram para a afirmação da inferioridade da mulher em relação ao homem, ao longo dos anos, as questões se revelam tão complexas que pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento compreenderam a necessidade de adentrar em um campo inteiramente novo, e, assim, levar adiante seus trabalhos nos âmbitos teóricos e práticos acerca dos mitos e estereótipos sobre homens e mulheres.

Por meio de Rocha-Coutinho (1994), apreende-se que, mesmo de forma implícita, no bojo destas novas descobertas, está a rejeição da antiga concepção de um determinismo biológico que seria o principal responsável pela diferença sexual. Isto é, defende-se que a cultura, o social, o político e econômico são elementos primordiais que atuam no comportamento social e produzem padrões específicos entre os indivíduos.

Tendo em vista as recentes transformações na vida familiar e no cotidiano das pessoas, como a entrada da mulher no mercado de trabalho e a queda da taxa de fecundidade, Rocha-Coutinho (1994) aponta que os estudos históricos hoje se abrem mais para o desenvolvimento de uma história da mulher, compreendendo, assim, que a história só é completa quando a considera.

Além disso, infere-se que na antropologia foi possível, mediante a análise de sistemas de imagens constitutivas da experiência feminina em diferentes culturas, questionar a visão de uma essência feminina. Isto é, perceber que ser mulher é uma categoria socialmente construída, enquanto que a psicologia social buscou interpretar discursos, práticas sociais e representações do universo tanto masculino quanto feminino.

Desta maneira, estes estudos foram primordiais para ampliar a consciência de que essas discussões acerca da família, da mulher e do homem se referem à processos culturais e sociais extremamente complexos, conformando, na grande parte das universidades norte-americanas e europeias, os Estudos da Mulher em Estudos de Gênero.

Por meio de Scott (1995, p.11), apreende-se que gênero é uma categoria que pode ser compreendida como um “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, revelando-se também como uma forma crucial de dar significado às relações de poder.

Pode-se compreender, através de Rocha-Coutinho (1994), que gênero é a forma social que manifesta cada sexo, isto é, é o que se obtém por meio do

processo de socialização que ordena, normatiza, os sujeitos para que adequadamente cumpram o papel que lhes foi definido. Para serem, deste modo, o que afirmam que são por natureza. Assim, “ser mulher” ou “ser homem”, e, portanto, os comportamentos que são desejáveis a eles, correspondem a cumprir com o estereótipo de gênero.

Refletir sobre essa categoria é fundamental, uma vez que, de acordo com Lisboa e Manfrini (2005), está presente em absolutamente todas as relações sociais, sejam elas étnico-raciais, de classe social ou quaisquer outras.

Para mais, infere-se que apenas é possível pensar na formação das identidades dos sujeitos – sejam elas masculinas ou femininas –, no nível da subjetividade, quando se considera a categoria gênero. Manifesta-se, portanto, como uma das dimensões que constrói a identidade dos indivíduos.

Ou melhor, para esses autores, gênero deve ser compreendido mais do que uma categoria. É uma abrangente teoria que abarca interpretações, hipóteses e outras categorias referentes ao conjunto de fenômenos históricos construídos em torno do sexo (LISBOA e MANFRINI, 2005). Desta forma, a fim de buscar refletir a construção de um tipo de diferença entre os seres humanos, essas análises não podem ser reduzidas somente à mulher.

Concepção esta corroborada por Mesquita (2011), uma vez que ao passo que sexo designa uma diferenciação anatômica inscrita no corpo, o gênero refere-se a uma construção simbólica, social e material. Apesar disso, sexo e gênero estão interligados e sendo construído um pelo outro.

E esta construção, como pode-se constatar por diversos autores, dentre eles, Ariès (1981) e Samara (1989), pautou-se no modelo patriarcal de família, no qual as representações de masculinidade são permissivas para os homens, enquanto que as de feminilidade são repressivas para as mulheres (SCOTT, 1996).

Dessa forma, essa desigualdade entre os homens e mulheres é reafirmada pela cultura, valores e regulações religiosas acerca da histórica divisão sexual do trabalho, em que, nas sociedades brasileiras, desde o período colonial, as mulheres são responsabilizadas pelos cuidados com a casa e com os demais membros familiares. Assim, tendo sua imagem atrelada à “rainha do lar”, à medida que o homem desempenha suas atividades de provedor, como “chefe do lar”.

Desta maneira, apesar de mudanças no interior das famílias, como, a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, por exemplo, percebe-se que na

realidade não há de fato significativas modificações nas relações sociais expressas nas práticas cotidianas familiares, uma vez que a elas ainda recaem os tradicionais papéis de gênero no que se refere aos cuidados com as crianças, doentes, idosos e com o lar.

2.1.1.

A quem serve a imagem de “rainha do lar”

Pode-se inferir que a dominação da mulher é legitimada por diferentes instituições, como a religião e a educação formal e informal, por exemplo. Quando se analisa a realidade de diversas mulheres, apreende-se que a sua subordinação ao homem não é exclusiva de uma classe social, mas atravessa todas as relações sociais, sejam aquelas que se circunscrevem na classe operária, nas classes médias ou na burguesia.

Saffioti (1987) ao buscar analisar a posição social subalterna das mulheres brasileiras, afirma que diferentemente do que se possa inferir, a igualdade social entre os sexos não ocorre de modo espontâneo com o desenvolvimento econômico, uma vez que coisa alguma, na vida social, acontece espontânea ou automaticamente.

Dessa forma, se ratifica que sempre é preciso lutar para que mudanças ocorram, sobretudo, no que se refere à preconceitos milenares que reafirmam a posição de inferioridade da mulher, ao passo que é reiterado, de forma constante e naturalizada, a superioridade masculina.

Questão que se apresenta complexa, já que em nenhuma classe social o homem espontaneamente renuncia seus privilégios. Porém, nessas camadas privilegiadas, há uma consciência mais profunda da identidade dos interesses econômicos comuns entre homens e mulheres. Assim, ainda que o homem não ceda facilmente seus privilégios, em algumas atividades, a participação feminina não ameaça o interesse básico da família burguesa: ampliar a sua própria riqueza (SAFFIOTI, 1987).

Ainda de acordo com a autora, no que tange as famílias da classe trabalhadora, apreende-se que o processo de construção de solidariedade em muito deve-se avançar, e a luta pela sobrevivência é ainda mais brutal. Razão pela qual, uma vez que todo trabalhador possuir vínculos com alguma mulher, seja ela

esposa, mãe, irmã ou afins, e toda vez que uma dessas receber salário inferior ao do homem – apenas pelo fato de ser mulher –, os prejuízos estendem-se por todo grupo familiar, inclusive à parte masculina.

Assim, nas classes trabalhadoras o poder do macho representa não uma conquista dos trabalhadores, mas sim uma vitória da classe patronal (SAFFIOTI, 1987). Dessa forma, concluindo que a dominação feminina em muito serve ao capital, e a sua emancipação representa, portanto, uma ameaça.

Emancipação muitas vezes vista, pelo próprio operário, não por um viés de consciência de classe, já que para eles a mulher pode representar uma perigosa concorrência, como pode-se apreender em Beauvoir (1970, p. 17):

Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apega-se à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos. A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc. Quando muito, consentia-se em conceder ao outro sexo "a igualdade dentro da diferença". (BEAUVOIR, 1970, p.17)

Compreende-se que no interior das famílias a subordinação feminina se manifesta em quase todas as situações, pois, ainda que ela trabalhe extral¹⁰, ainda lhe cabe realizar todas as atividades domésticas. Situação ainda mais aprofundada, quando se pensa que a dominação masculina também se sucede no terreno econômico, já que, em geral, as mulheres majoritariamente trabalham mais do que os homens no mercado informal, seja no trabalho a domicílio ou no emprego doméstico. Assim, ficando à margem de legislações trabalhistas e benefícios.

¹⁰ Importante ressaltar que não se deve considerar que as mulheres se inseriram no mundo do trabalho a partir do advento do capitalismo, como alerta Saffioti (1987). Compreender isso de forma equivocada é assinalar que elas não exerciam atividades produtivas em outros regimes, quando na realidade, eram responsáveis, dentre outras tarefas, pela produção e conservação dos alimentos e confeccionavam roupas. Desta maneira, à medida que essas atividades foram industrializadas, as mulheres, gradativamente, foram se transformando em trabalhadoras extral.

Assim sendo, percebe-se que a mulher ao acumular duas jornadas de trabalho, aliando o trabalho remunerado e o trabalho não pago, é duplamente explorada, tanto no plano familiar, como quando deve aceitar menores salários. Desta forma, como ressalta Saffioti (1987), na dimensão do patriarcado, ressaltam-se a dupla dimensão: a dominação e a exploração.

Compreende-se que a exploração é ainda mais aprofundada quando a mulher além de pertencente a classe operária é negra. Para elas, de acordo com o modelo oficial, cabem-lhes apenas o papel de subalternidade, uma vez que são ínfimas suas possibilidades de acesso ao trabalho e remunerações mais justas. Mal remunerada, essa mulher passa a ser triplamente discriminada por ser mulher, negra e pobre.

Desta forma, a constante e naturalizada reafirmação do machismo, seja pelos homens, como o discurso que o reproduz pelas mulheres, que a tomam como a “rainha do lar”, aquela que deve cuidar de tudo e de todos que se refere ao âmbito doméstico, contribui, como assinalado por Saffioti (1987), para a perpetuação do “estado das coisas” vigentes no país.

Situações que são carregadas de injustiças, seja nas relações entre homens e mulheres, entre as classes sociais ou entre as etnias. Assim, esses três sistemas de dominação se imbricam de tal forma que é impossível a superação da discriminação em um deles, sem a transformação dos outros.

Portanto, esse trabalho ao incorporar a perspectiva de gênero na discussão acerca da construção das famílias brasileiras em suas formas de ser e de fazer, corrobora Lisboa e Manfrini (2005) ao fixarem a necessidade de ressignificar a história da cultura e da sociedade, a partir das mulheres, e, sobretudo, com as mulheres.

Desta forma, deve-se buscar questionar a legitimidade do mundo patriarcal, e, assim, desconstruir a ordem que determina os lugares, os papéis e os estatutos da mulher e do homem no âmbito público, e, principalmente, no âmbito privado, no qual as desigualdades e os poderes entre os gêneros se expressam cotidianamente nas relações intrafamiliares. Almejando, assim, contribuir para a superação das múltiplas opressões de classe, etnia, gênero e geração nas quais mulheres e homens são acometidos.

Compreende-se, por meio de Souto (2013), que as influências ideológicas das relações de gênero são transmitidas socialmente ao longo das gerações. Essas

relações constituem importantes referências para o entendimento das diferenças de papéis e comportamentos que foram admitidos por homens e mulheres nas famílias.

Como já indicado anteriormente, pode-se compreender que essencialmente os seres humanos nascem machos e fêmeas. Assim, como aludido por Beauvoir (1967), as crianças não se percebem sexualmente diferenciadas. Se os indivíduos se tornam mulheres por meio da educação que recebem, de igual modo pode-se inferir que ocorre com os indivíduos que se tornam homens.

Portanto, conclui-se que as identidades sociais de ambos os sexos são socialmente construídas, e a função natural, tanto dos homens quanto das mulheres, passou por uma elaboração social, como, diga-se de passagem, de acordo com Saffioti (1987), se sucede com todos os fenômenos naturais.

Desta forma, ao longo dos tempos foi-se estabelecendo um modelo dicotômico que ao atribuir, legitimar e naturalizar diferentes papéis sociais aos homens e às mulheres, esses indivíduos foram sendo relacionados, respectivamente, ao mundo público *versus* mundo privado, força *versus* fraqueza, superioridade *versus* inferioridade e dominação *versus* subordinação.

Isto posto, corroborando Saffioti (1987), percebemos que é de grande importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais referentes aos comportamentos e responsabilizações, assim como, discriminações, acerca das mulheres (juntamente a outras categorias sociais) se revelou como o melhor meio para legitimar a superioridade masculina, em especial, dos homens brancos, ricos e heterossexuais.

Assim, apesar da relevante contribuição do movimento feminista – que emergiu durante a década de 1970 no Brasil – para a redefinição das identidades de gênero, ao afirmar como moralmente injustas as desigualdades entre homens e mulheres (SOUTO, 2013), compreende-se, por meio de Sorj (2003), que em muito ainda deve-se avançar para que esse ideal igualitarista se realize.

Para mais, se cada um desses indivíduos se situa socialmente, como analisado por Saffioti (1987), em diferentes polos da relação de dominação e exploração, acreditamos que não se apresenta apropriado abordar sobre a mulher desconsiderando o homem, assim como, não seria possível o processo inverso.

Assim sendo, ao compreendermos que longe de ser uma questão simples, em conformidade com Medrado et al. (2010), buscamos pensar esses campos

simbólicos e materiais de poder, em que diferenças são transformadas em desigualdades (OLIVEIRA, 2017), como espaços em que se formam feminilidades e masculinidades, em que são construídas sim estratégias de opressão, mas que também podem ser traçados meio de libertação.

2.2.

O poder do macho

Por meio de Lyra et al. (2003), ao se fundamentarem nos estudos feministas acerca da construção da feminilidade, pode-se compreender que desde cedo a personalidade da mulher é construída alicerçada nas noções de ligação, relacionamento e cuidado, sob a justificativa de que seria inerente ao *ser mulher* a fragilidade, a compaixão e a amorosidade.

Essas características são tomadas como centrais do modelo de feminilidade, e, desta forma, seu papel social referente à reprodução social, isto é, atividades relacionadas ao âmbito privado, é naturalizado, o que resulta no sentimento de responsabilidade pela manutenção das relações sociais e pela prestação de serviços a outros membros familiares.

Em contrapartida, simultaneamente a este processo de subordinação das mulheres, os homens são estimulados a atacarem e a defenderem, por serem designados como detentor da razão, viril, forte. Eles são socializados para corresponderem às expectativas sociais, em que o risco deve ser enfrentado e superado, não evitado e prevenido (LYRA et al., 2003). Desta forma, na condição de dominadores, devem desempenhar o seu papel na produção social, isto é, enquanto provedores da família, do “chefe do lar”.

De acordo com Saffioti (1987), calcula-se, aproximadamente, que o homem tenha estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. De acordo com a autora, são diversos os planos de existência cotidiana em que se revela essa dominação, seja no mundo privado ou mundo público¹¹.

¹¹ Por exemplo, no que diz respeito ao poder político. Percebe-se que, por meio de Saffioti (1987), ao longo dos tempos, a política se evidenciou como um nível significativo dessa dominação, já que, em linhas gerais, na história da humanidade, frequentemente, os homens assumiram a função de decidirem questões que afetam a vida de toda uma sociedade. Caráter, inclusive, que perdura até a contemporaneidade, visto que, embora crescente, a participação da mulher na política, tanto em nível nacional como internacional, ainda é recente e ínfima. Assim, apreendendo que as políticas, em geral, são feitas por homens para as mulheres.

Ao analisar o funcionamento das famílias, Souto (2013) indica que autores, como, Minuchin (1982) e Szymansky (2005), afirmam que os comportamentos familiares são influenciados tanto por condições intrafamiliares, como os processos psíquicos de cada membro familiar, como por diversos sistemas extrafamiliares, que abrangem desde as ideologias e os valores que atravessam a sociedade até as instituições sociais.

Apreende-se que, ideologicamente, os valores são criados para serem compatíveis com as necessidades daquele período. Assim, concepções referentes ao poder, honra, dominação e soberania passam a definir a masculinidade, formando, desta forma, a identidade masculina, cujo modelo todos os homens devem cumprir (SARAIVA, 1998).

Segundo Lyra et al. (2003), o termo cuidado tem sido empregado em diversas situações, com distintos sentidos. Apreende-se, de acordo com os autores, a relevância de situar a própria estrutura familiar num contexto histórico e social, considerando os muitos modos que as relações de gênero se processam e como os papéis sociais masculinos, a citar, a paternidade, por exemplo, foram exercidos em diferentes momentos históricos.

Muraro (1994 apud LYRA et al., 2003) afirma que em um primeiro momento na história da humanidade era desconhecida a participação masculina na reprodução da espécie. Os seres humanos viviam da caça de pequenos animais e da coleta de vegetais. As estruturas sociais e familiares não eram bem definidas; não havia público e privado; o grupo constituía uma espécie de unidade que era orientado pela solidariedade e compartilhamento.

O cuidado e a educação das crianças eram partilhados pelo grupo. Além disso, nesse período, as funções dos homens e das mulheres não eram hierarquizadas. A mulher era socialmente valorizada devido a sua capacidade de gerar vidas, e, assim, possibilitar a permanência do grupo, fazendo com o que a estrutura protofamiliar fosse centrada na mãe.

Com as modificações ambientais, foi necessário caçar animais de grande porte e lutar por territórios, uma vez que a atividade de coleta se tornou insuficiente. Neste momento, as divisões de trabalho adquiriram mais contornos e foram mais definidas. Por ser essencial para a subsistência do grupo, a força física se revelou como fundamental, e, desta maneira, instaurou a supremacia masculina.

Embora fosse visível seu envolvimento na instrução das crianças na caça, lutas e ritos, esse homem não tinha consciência de sua condição de pai.

Com o avanço das possibilidades na agricultura e técnicas de fundição de metais, os seres humanos tornaram-se sedentários, isto é, não viviam mais como nômades, o que ocasionou grande modificação na estrutura social. Começam a se formar as primeiras cidades, governante e servos e comércios e propriedades. A supremacia masculina permanece, uma vez que o poder é conquistado pela força e avaliado pela posse (LYRA et al., 2003).

Simultaneamente, de acordo com Lyra et al. (2003) fundamentados em Dupuis (1989), há cerca de sete mil anos, dá-se a descoberta da paternidade por meio do conhecimento da função reprodutiva do homem pelos egípcios e indo-europeus. Desta forma, se sucede, gradativamente, a transição das sociedades matrilineares para sociedades patrilineares. Assim, as instituições socioculturais passam a refletir a dominação masculina na religião, na moral, nos mitos, na família e no Estado.

Por conseguinte, com a questão da propriedade e da descoberta da paternidade, os homens passam a controlar as mulheres ao exigir a virgindade até o casamento e a fidelidade, instituindo, a partir desse momento, a família monogâmica e patriarcal, a afim de que garanta a transmissão da herança aos filhos de paternidade incontestável (LYRA et al., 2003).

Dentro do lar, o homem passa a ser requerido, sobretudo, para as “grandes decisões”, e torna-se uma figura inacessível para os filhos dominando a família com a sua autoridade e poder. Aliado a isto, há o estabelecimento de uma rede de significados e práticas que exigem da mulher a responsabilização pelo cuidado.

Pode-se inferir, por meio de Souto (2013) e Lyra et al. (2003), que essa polarização entre mulheres e homens e seus respectivos âmbitos de atuação configuraram uma relação de subordinação/dominação que resultou um “enquadramento” tanto na limitação da participação feminina nas decisões sociopolíticas, tanto quanto à exclusão da figura masculina no cuidado.

Desta forma, na sociedade patriarcal passa a ser evidente a representação do homem como superior à mulher. Com a instituição da industrialização, ocorre como consequência uma crescente valorização do trabalho remunerado, e, desta forma, a imagem do homem passa a ser referendada às características

fundamentais à reprodução do modo de produção capitalista emergente: a racionalidade e a capacidade de trabalhar.

Foi assim que, durante a modernidade, a identidade do homem trabalhador foi sendo reconhecida como a verdadeira identidade masculina. Legitimando-o como “chefe da casa” e possibilitando que exerça seu domínio sobre a família. Isto posto, percebe-se que, ao longo dos anos, diferentemente da mulher, coube ao homem a não participação em qualquer esfera do cuidado, uma vez que é exigido deles que assumam seu papel de produzir e administrar riquezas a fim de que garanta o sustento, a segurança e os valores morais da família.

Inclusive, o homem é o que garante a respeitabilidade da família no mundo público. Quando na prática o homem não garante a moradia e o alimento da família, por diversos motivos, como, o desemprego ou a ausência do pai biológico, o que se observa é a transferência de autoridade masculina para outros homens, em geral, para o irmão ou pai da mãe.

Cabe ressaltar, entretanto, que não se pode considerar a sociedade simplesmente como dividida entre homens dominadores e mulheres subordinadas. Dentro dessas relações há homens que dominam outros homens, assim como há mulheres que dominam outras mulheres, além de mulheres que dominam homens.

Ou seja, como explicitado por Saffioti (1987), apreende-se que o patriarcado – sistema de relações sociais que assegura a subordinação da mulher ao homem – não se institui como o exclusivo estruturador da sociedade brasileira. A dominação também se revela na divisão da população em classes sociais.

Contudo, embora diversos homens e mulheres estejam sob o domínio de uma mulher, devido à sua riqueza, percebe-se que ela, via de regra, se sujeita a um homem, seja ele seu pai, irmão ou companheiro. Desta forma, percebe-se que o poder do macho, ainda que revele diferentes nuances, está presente em todas as classes sociais, quer sejam dominantes ou subalternas, nos segmentos brancos e não brancos (SAFFIOTI, 1987).

Para mais, compreende-se, por meio de Saffioti (1987, p.29), que assim como só existem ricos se há pobres, a construção da superioridade masculina só é possível devido a construção da inferioridade feminina. Desta forma, pode-se deduzir que a supressão desta só é viável com a supressão daquela.

Assim, torna-se bem claro o processo de *construção social da inferioridade*. O processo correlato é o da *construção social da superioridade*. Da mesma forma como não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferiores. Logo, a *construção social da supremacia masculina* exige a *construção social da subordinação feminina*. Mulher dócil é a contrapartida de homem *macho*. Mulher frágil é a contrapartida de *macho forte*. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do *macho superior*. (SAFFIOTI, 1987, p. 29)

Isto posto, como sinalizado por Lyra et al. (2003), essa abordagem de gênero permite entender que a noção de cuidado está diretamente associada ao feminino, e quando na atualidade essa noção permanece (inclusive sendo tomado como parte de uma ética feminina, ao passo que o homem continua, em grande parte das vezes, sendo excluído e se incluindo dessas responsabilidades), percebe-se que na sociedade moderna a representação da superioridade masculina é ressignificada (SOUTO, 2013).

Apesar desse modelo hegemônico ter como função ser referencial na construção das identidades femininas e masculinas, Lyra et al. (2003) ressaltam que do mesmo modo que para as mulheres foi possível um “estranhamento” do seu lugar na sociedade, e, assim, iniciar movimentos que criticam essas relações de poder, reivindicando mais espaço no mundo do trabalho e modificando a vivência da sexualidade e da estrutura familiar, da mesma forma os homens também sentem esse “estranhamento”.

Isso se dá pelo fato de que cada sujeito assume a masculinidade de uma forma singular dentro desse universo, havendo, portanto, masculinidades que se constroem em torno do modelo hegemônico. Desta forma, segundo os autores, apreende-se que o poder social dado a eles possui uma dupla face, uma vez que ainda que seja fonte de poderes e privilégios, concomitantemente é uma fonte de sofrimento e alienação de seus afetos e sentimentos.

2.2.1.

O fardo masculino de “chefe do lar”

Como pode-se compreender por meio de Saffioti (1987), os homens e as mulheres são seres complementares, tanto no processo de reprodução biológica, como também no processo da reprodução social. Aprender que numa sociedade em que a ideologia, as instituições sociais e as práticas cotidianas mutilam

múltiplas dimensões da personalidade feminina, é considerar, portanto, que aos homens, igualmente, são impostas determinadas condutas que limitam e impõem desafios para o seu desenvolvimento.

Ou seja, em outras palavras, segundo a autora, a mutilação das mulheres corresponde, obrigatoriamente, a mutilação dos homens. Assim, apreende-se a imprescindibilidade de, ao refletir acerca das discriminações cometidas contra elas, igualmente analisar as discriminações sofridas pelos homens.

Diferentemente do que se possa imaginar, as relações desiguais entre mulheres e homens não derivam prejuízos apenas para as mulheres, mas para ambos. E é justamente por isso, como ressalta Saffioti (1987), que a luta das mulheres não se refere apenas a elas, mas também aos homens, já que é impossível almejar a modificação de comportamentos femininos sem que haja uma redefinição dos papéis masculinos.

Desta forma, para que a luta seja travada devidamente a fim de que ocorra de fato a concretização de uma redefinição dos papéis sociais de ambos, é preciso considerar as discriminações fundamentais sofridas por homens e mulheres, embora elas sejam frequentemente os principais alvos.

De acordo com Beauvoir (1967), apesar da forma tradicional do casamento está sofrendo modificações, ele ainda permanece a constituir uma opressão para os dois cônjuges, e estes a sente de modos diferente.

Compreende-se que as dinâmicas familiares se caracterizam pela mulher como responsável pelo atendimento das necessidades afetivas e materiais de seus filhos, além do cuidado com o lar. Em contrapartida, ao homem foi incutido o imaginário de que deve se estabelecer como o chefe da família, e, desta forma, deve se dedicar aos negócios para que garanta a respeitabilidade familiar, e, assim, possa exercer sua autoridade sobre os demais membros.

Isto posto, o homem é considerado o indivíduo responsável por prover as necessidades da família. Mesmo que outros membros familiares, como a esposa, por exemplo, contribuam para o orçamento doméstico, infere-se que sob ele recai a obrigação de receber o maior salário para que possa exercer sua função dentro do âmbito doméstico, o da dominação.

E, independentemente de ser o único ou o principal provedor das necessidades familiares, ao homem não é permitido fracassar na sua função, uma vez que a ideologia dominante exige que ele tenha êxito econômico a fim de que

garanta a sua respeitabilidade no mundo público e a sua autoridade no mundo privado.

Se considerar que no atual contexto econômico do país é cada vez mais reduzido o número de empregos oferecidos, assim como, há o aumento da instabilidade nas vagas ofertadas, e, mesmo que o homem ocupe um determinado cargo, percebe-se a dificuldade, principalmente, para os homens da classe trabalhadora, de custear determinados serviços e até mesmo necessidades básicas de sua família, como alimentação, moradia, saúde e educação, como exigir de todos os homens que garantam seu próprio sustento e de toda a sua família?

Segundo Saffioti (1987), dentre dez brasileiros, seis vivem em condições de precariedade. Desta forma, como impor que todos os homens tenham êxito econômico? Como poderiam ser responsáveis pelo seu “fracasso”? Como evitar possíveis sentimentos de incapacidade?

Questões que podem muitas vezes desencadear, como assinalado por Saffioti (op. cit.), no decorrer de um longo período, o alcoolismo por buscas em vão por emprego, a impotência sexual pelo sentimento de incapacidade de desempenhar seu papel de macho, tornarem-se violentos com as esposas e com os filhos e até mesmo a falta do desejo de viver mediante a impossibilidade de cumprir com o seu dever.

Compreendendo, desta maneira, que a castração se expressa em todas as esferas da vida do homem, seja no trabalho, no âmbito sexual ou nas relações familiares. Podendo reconhecer, portanto, o quão pesado é o fardo masculino de provedor do lar.

Para mais, pode-se entender também que o fardo masculino não apenas relaciona-se à dimensão econômica, mas abarca igualmente outros aspectos, principalmente, no que tange os sentimentos. Souto (2013) demonstra que ao ser definido para o homem o mundo do trabalho, lhe foi fixado o mundo da razão.

Ser macho é sempre estar associado a valores como a virilidade, a força e a coragem, afastando-se, assim, de tudo que se correlaciona à emoção, envolvendo expressões de sentimentos como o amor, a sensibilidade, o afeto, a preocupação e o cuidado. De acordo com a ideologia dominante, por estas habilidades serem da natureza feminina, os homens não devem demonstrar sua afetividade, timidez ou supostas vulnerabilidades. Sendo obrigados, desta forma, a castrarem, diversas vezes, até mesmo qualidades e aptidões por serem vistas como femininas.

Ao se perpetuar esse modelo de virilidade masculina, que se manifesta pela agressividade, força, posse e determinação, os problemas devem ser enfrentados com coragem e força, uma vez que o endurecimento da mesma forma que deve ser muscular, também deve ser psíquico (SOUTO, 2013).

Saraiva (1998) percebe que dentre os homens há um grande receio à feminização, e, por essa razão, eles buscam se afastar do que culturalmente diz respeito ao feminino. Em conformidade, Saffioti (1987), afirma que o homem só é considerado macho ao passo que for capaz de inibir seus sentimentos, uma vez que na própria educação do homem já é imbuído a frase: “Homem (com H maiúsculo) não chora” (SAFFIOTI, 1987, p. 25).

Estudo apresentado pela autora demonstra que em determinados homens as glândulas lacrimais chegam a atrofiar-se devido ao desuso. Desta forma, quantos homens não puderam demonstrar seus sentimentos diante de situações como a perda, a tristeza, o luto ou a angústia em virtude da norma de conduta? Assim, como pode-se apreender por Saffioti (1987), o processo de castração do homem é físico, psicológico e orgânico.

Tanto o mundo público como o mundo privado são marcados pela divisão sexual que produz, naturaliza e legitima formas de ser para ambos os sexos. Como indicado por Medrado et al. (2010), no caso dos homens, masculinidades dissonantes também são alvos permanentes de suspeitas, regulações e violências, sugerindo, desse modo, que assim como para as mulheres, os homens também estão sujeitos à violência normativa no privado.

Pode-se identificar que a partir do século XX até o início do século XXI há expressivas alterações nas organizações familiares, no mundo do trabalho, nas tecnologias reprodutivas, nos sistemas educacionais e nas políticas públicas no mundo ocidental (MEDRADO et al., 2010). Questões que influenciaram na vida das mulheres, uma vez que houve gradativamente o aumento de sua escolarização, a maior entrada delas no mercado formal de trabalho e também (embora de forma menos intensa) na esfera política.

Entretanto, observa-se que, apesar de hoje serem maiores as possibilidades de as mulheres alcançarem os tradicionais espaços masculinos, isso não significou que houve uma maior participação dos homens nas tarefas historicamente femininas.

Assim sendo, como indicado por Souto (2013 apud RIDENTI, 1998), só é permitido aos homens, em geral, que assumam esses espaços tradicionalmente femininos se mantiverem, como o seu papel principal, a sua própria provisão e de sua família.

Sendo assim, ainda que haja pais que reivindicuem dimensões femininas na masculinidade (COSTA, 2002), seus papéis como provedor do lar ou rainha do lar permanecem sendo definidores de suas identidades masculinas e femininas, respectivamente. Isto posto, as tradicionais percepções acerca dos comportamentos que são compreendidos como *desejáveis* e *próprios* do ser macho vêm impondo limites para que os homens assumam novas posições, e, assim, rompam com o modelo hegemônico de masculinidade.

Inclusive, podendo ser vítimas de preconceitos e discriminações, a citar, homens que buscam demonstrar afetividades, em geral, possuem sua sexualidade questionada, assim como, ocorre com aqueles que desejam ser mais participativos nos cuidados aos outros membros familiares e nas atividades domésticas (SAFFIOTI, 1987; SARAIVA, 1998; SOUTO, 2013).

Desta maneira, as discussões realizadas até o momento buscaram demonstrar que pensar sobre as famílias é ponderar também as desigualdades nas relações e dinâmicas estabelecidas dentro delas, tendo em vista o quão complexas são essas questões.

Além disso, pode-se compreender que, embora não se possa mais admitir uma rigidez nas atuais configurações das identidades masculinas e femininas (SOUTO, 2013), ainda hoje há uma permanência fortemente naturalizada de desigualdades nas relações de gênero nas dinâmicas intrafamiliares, nas quais prevalecem a subordinação feminina e a autoridade masculina.

Sendo assim, em que medida as tradicionais atribuições femininas e masculinas influenciam nas relações e dinâmicas familiares? A seguir buscaremos analisar as transformações e permanências do ser e do fazer nas famílias brasileiras na contemporaneidade.

2.3.

Família ou Famílias? Transformações e permanências do ser e do fazer nas famílias brasileiras

A análise acerca da construção da imagem impressa à mulher como “rainha do lar” e ao homem como “chefe da família” possibilitou compreender, de acordo com Oliveira (2017), que as diferenças entre gêneros e gerações, quando consideradas naturais, são corriqueiramente convertidas em desigualdades, e resultam em relações intrafamiliares, sejam elas entre pais e filhos, homens e mulheres, em que os relacionamentos são fortemente demarcados por padrões hierárquicos.

Segundo Sarti (1994), os indivíduos se constituem ao passo que essas hierarquias são reafirmadas. A autora indica que ao longo dos anos é criado um universo moral que é constituído por relações sociais, em que há um sistema formado por três obrigações fundamentais: dar, receber e retribuir.

Para mais, Sarti (op. cit.) afirma que acentuar a reciprocidade é o fundamento da ordem social, sobretudo, para os pobres, uma vez que, na sociedade brasileira, as relações sociais estão estruturadas de modo a fazer valer este princípio organizador de sua percepção do mundo.

Desta forma, mesmo que haja uma perspectiva de uma democracia cujos valores estão fundamentados no princípio da universalidade da cidadania, deve-se considerar que na realidade há um apego à moral familiar, e, assim, à persistência da hierarquia (SARTI, 1994).

Aspecto firmado em diferentes marcos legais, como por exemplo, o artigo 230º da Constituição Federal de 1988, em que estabelece que o amparo e a defesa da dignidade, bem-estar e direito à vida à pessoa idosa devem ser partilhados pela família, sociedade e Estado. Contudo, no mesmo artigo deixa-se evidente a preferência pela responsabilização das famílias a esse segmento.

Isto posto, de acordo com Sarti (1994, p. 204), ‘os valores “tradicionais” persistem não porque ainda não chegamos lá’, mas sim devido a eles terem um sentido estrutural em uma sociedade em que a esfera pública não opera de modo a substituir o padrão dessas relações.

Assim sendo, apesar da permanência desses valores tradicionais referentes às famílias e aos papéis sociais nos quais as mulheres e os homens

devem exercer, compreende-se, igualmente, que, com o passar dos anos, nem todos os aspectos relacionados às famílias continuaram intactos, a citar, a maior possibilidade de as mulheres alcançarem hoje a esfera pública, a diminuição das taxas de fecundidade, ao passo que a população brasileira torna-se mais envelhecida, e o maior reconhecimento da diversidade de arranjos familiares.

2.3.1.

Refletindo sobre as famílias brasileiras contemporâneas

De acordo com Bosi (1994), em nenhum outro espaço social o lugar do sujeito é tão fortemente determinado quanto na família. Para a autora, mesmo que um homem mude de país; se brasileiro, naturalize-se finlandês; se leigo, torna-se padre; se solteiro, torna-se casado; se filho, torna-se pai; se patrão, torna-se criado, o vínculo que o ata à sua família é irreversível. O indivíduo sempre será o filho da Antônia, o João do Pedro e o "meu Francisco" para a mãe.

Contudo, apesar desses laços de parentesco geralmente serem os principais aspectos que demarcam, no senso comum, o que é uma família, se observa que essa instituição passou por diversas modificações ao longo dos tempos, e hoje, não cabe reconhecê-la apenas como um conjunto constituído por indivíduos que possuem o mesmo sangue. Mas, sobretudo, a considerar como a união de pessoas que se apoiam, se respeitam, se confiam e que partilham de mesmo gosto pela vida. Deste jeito, possibilitando redimensionar o conceito de família.

Desta forma, se infere que ao longo dos anos as famílias foram se modificando. Ao refletir sobre famílias, Soares e Cronemberger (2015) sinalizam que é de extrema importância levar em conta os aspectos históricos e culturais na formação social. Fundamentadas em Engels (2005), as autoras indicam que muito amplo na sua origem, o círculo compreendido na união conjugal comum pouco a pouco se estreita, até que por fim, abrange exclusivamente o casal isolado, modelo que predomina na atualidade.

Pode-se compreender que o sangue e a habitação, na sociedade burguesa, constituem-se em aspectos determinantes da formação da família, cuja via de regra, é composta por pai, mãe e filhos legítimos, cada qual exercendo seu papel

social. De acordo com Boarini (2003), a união entre o homem e a mulher é tida como eterna ou até a morte, e o seu principal intuito deve ser a reprodução.

Assim, ainda que na atualidade a família nuclear burguesa ainda seja amplamente reconhecida como “estruturada” e o modelo “ideal”, não deve ser admita como o único modo apropriado dos indivíduos se organizarem, uma vez que há o reconhecimento, no Mundo Ocidental, que hoje a formatação das famílias adquiriu outros contornos (BOARINI, 2003).

Compreende-se, a partir de Miotto (2003), que na história da humanidade as famílias se revelam como um importante espaço no qual os indivíduos aprendem a ser e a conviver. É um espaço de cuidados fundado em preocupação mútua, atenção e carinho (categorias, de acordo com Miotto (2013), da família contemporânea)¹².

Soares e Cronemberger (2015) afirmam que as famílias se manifestam como o primeiro local de socialização que o sujeito tem contato. Além disso, é um espaço extremamente complexo, constituído por indivíduos que diariamente negociam e estabelecem com a sociedade, de modo geral, e entre si, regras que possibilitam uma melhor convivência.

De acordo com Miotto (1998, p.21), a família pode ser compreendida por:

[...] um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido. (MIOTTO, 1998, p.21)

Já em Oliveira (2011), encontra-se que a família pode ser apreendida como totalidade, sistema ou grupo familiar constituído por indivíduos que se relacionam entre si, tendo ou não laços de parentesco, contudo com sentimento de pertença a esse contexto. De acordo com o autor, em modo ideal, as relações nesse âmbito configuram-se por união e por atuação recíproca direta, intensa e duradoura, mesmo que não obrigatoriamente signifiquem interações construtivas.

Além disso, Oliveira (op. cit.) também indica que enquanto interagem mutuamente, os membros familiares crescem, se desenvolvem e se modificam. Eles encarregam-se de diferentes papéis e partilham igualmente outras funções.

¹² Essas categorias são pertinentes à família contemporânea devido o matrimônio em sua origem ter como objetivo salvaguardar o patrimônio e garantir aos homens quais dos indivíduos eram seus filhos legítimos. Para maiores detalhes, ver Soares e Cronemberger (2015).

Pode-se ainda compreender que as famílias são constituídas por interações próprias, e funções que podem se alterar ao longo dos anos, e ao passo que as famílias são influenciadas por interações com a sociedade, esta é influenciada, simultaneamente, por aquela.

Petzold (1996 apud FACO e MELCHIORI, 2009) propõe a definição de família como “um grupo social especial, caracterizado por intimidade e por relações intergeracionais” (p. 39). Em sua análise¹³, Petzold (op. cit.) apresenta que esse conceito abrange diferentes variáveis, dentre eles, por exemplo, casais casados ou não; morar juntos ou separados; dependência ou independência financeira; com ou sem crianças; filhos biológicos ou adotivos e cultura igual ou diferente.

De acordo com o autor, estas e outras variáveis, quando combinadas, oferecem cerca de 196 tipos diferentes de família. Ou seja, pode-se considerar que o modelo nuclear de família não basta para compreender a nova realidade familiar brasileira que abrange, também, famílias compostas por pessoas ligadas pela rede de relações e afinidades (FACO e MELCHIORI, 2009).

Boarini (2003) demonstra que ao longo dos anos a família vem vivenciando profundas transformações. Dentre elas, pode-se considerar a necessidade da mulher se introduzir no mercado de trabalho – não sendo poucos os casos em que é a única provedora do sustento financeiro da família –, o que vem ocasionando a terceirização da socialização das crianças, por meio das creches, por exemplo, e o afastamento precoce dos filhos do convívio familiar.

Além disso, também é um dado importante a limitação do número de filhos, fato possibilitado pelo desenvolvimento de métodos contraceptivos, o que resulta na desvinculação entre sexualidade e procriação.

Boarini (2003) indica, ainda, que na perspectiva sociológica há uma crescente predominância de valores individualistas, que têm beneficiado o “viver só”. Assim, são diversas as situações de pais e mães solteiros ou separados que se encarregam da responsabilidade dos cuidados com os filhos.

Outra relevante modificação nas famílias brasileiras se refere ao aumento da longevidade. Devido aos avanços na medicina e na biologia, nesta década

¹³ Apreende-se que apenas uma pequena fração do estudo desenvolvido por esse autor foi aqui apresentada. Dessa forma, para melhor compreender as análises de Petzold (1996) acerca de sua definição ecopsicológica da família, fundamentado no modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1994; 1996), conferir Faco e Melchiori (2009).

vivenciamos uma questão pouco frequente em tempos passados: o maior número de idosos vivendo só e recebendo (no melhor dos casos) regularmente a visita de seus familiares.

Já no campo científico, segundo Boarini (2003), a fertilização e reprodução assistida possibilita a reprodução sem o contato entre os progenitores, enquanto que no campo jurídico há a legalização do divórcio e o reconhecimento das relações homoafetivas.

Nessa mesma direção de sinalizar as diferentes formatações das famílias, Facó e Melchiori (2009) demonstram a obrigatoriedade da sociedade em reorganizar regras básicas para amparar essas novas famílias. De acordo com as autoras, no código de 1916 a “família legítima” era definida exclusivamente pelo casamento oficial. A partir janeiro de 2003, passou-se a vigorar o Novo Código Civil, no qual foi incorporado diversas novidades, sendo uma delas a definição de família.

Foi estabelecido que a sua definição passaria a abranger as unidades constituídas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendentes. Deu-se que o casamento passou a ser dito como a comunhão plena de vida, fundamentado na igualdade de direitos e deveres de ambos os cônjuges, e os filhos concebidos fora do casamento ou adotados possuiriam os mesmos direitos do que aqueles nascidos dentro do matrimônio (FACO e MELCHIORI, 2009).

Além disso, Facó e Melchiori (2009) indicaram que a palavra “homem” foi substituída por “pessoa”, e o “pátrio poder” que o pai exercia sobre os filhos foi reformulado para “poder familiar”, e, assim, atribuído também à mãe.

No campo jurídico também houve avanços no que tange a guarda dos filhos, uma vez que a Lei do Divórcio de 1977 determinava que os filhos deveriam ficar com o cônjuge que não tivesse provocado a separação, e em caso de não haver acordo, à mãe. Na atualidade é estabelecido que a guarda deve ser atribuída para o que apresentar melhores condições de exercê-la.

Dessa forma, essas pesquisas demonstram as diversidades dos arranjos familiares, reafirmando, assim, a sua pluralidade e elasticidade (SARTI, 2003). Logo, é preciso estabelecer que este estudo, em consonância com Oliveira (2011; 2017), deve lançar mão do termo no singular em favor de “famílias”, a fim de

considerar as suas diferentes formas de ser e de fazer, e, portanto, questionar a sua imagem idealizada.

Já que, embora constata-se avanços no que se refere ao reconhecimento de famílias, elas continuam perpassadas pelo modelo de família nuclear burguesa, marcada pelas desigualdades nas relações de gênero e geração, no qual os lugares e os papéis – tanto masculinos quanto femininos, assim como do adulto, da criança e do idoso – ainda não se materializaram como igualitários.

Oliveira (2011) também ressalta que é importante compreender que o reconhecimento da pluralidade das famílias não quer dizer o acolhimento das diversidades e das diferenças. O autor alerta para a aplicação do saber construído para regulação de determinados setores, tidos como marginais, como ocorreu com as propostas higienistas.

Apesar desse modelo de família nuclear burguesa não ser vivido de fato por inúmeras famílias brasileiras, compreende-se que esse padrão permanece sendo pensado e idealizado, uma vez que no imaginário social esta ideia subliminar está tão naturalizada que famílias com arranjos e modos de funcionamento diferentes muitas vezes são vistos como produtores de “desajustes” (OLIVEIRA, 2011).

Problemática essa demonstrada por Faco e Melchiori (2009). Essas autoras defendem que para definir o que é uma família, é preciso analisar o que os indivíduos pensam a esse respeito. Para elas, a concepção subjetiva que as pessoas têm de suas próprias formações familiares é uma definição particular, e, portanto, individual, baseada nas crenças, valores e sentimentos de cada um, possibilitando, assim, teorizar e aprender os eventos da vida cotidiana através das informações que passam por meio dela.

Faco e Melchiori (2009) buscaram compreender a família a partir da perspectiva de adolescentes brasileiros de zona rural e urbana. Por meio de respostas espontâneas sobre quem os participantes consideravam sua família, foi possível classificá-las em diferentes categorias: I) família nuclear: composta de pai, mãe e filhos; II) família extensiva: inclui pais e filhos e outros parentes, como avós, tios, primos; III) família extensiva ampliada: parentes e amigos e empregada doméstica; IV) família extensiva ampliada incluindo animais de estimação.

No que tange as funções da família, tanto no sentido genérico, como das suas próprias famílias, os adolescentes as classificaram em cinco categorias¹⁴: I) suporte emocional/afetivo: “pessoas íntimas que trazem amor”, “muito unida”, “é quem me apoia”; II) fonte de alegria e paz: “lugar onde se sente bem”, “brinco com meus pais”, “pais tranquilos”; III) suporte educativo: “compartilhar vida escolar”, “dão boa educação”, “sempre me mostraram o melhor caminho sem por pressão”; IV) fonte de conflito: “confusão”, “padrasto acha que não tenho nada de bom”, “meu pai fala que vai matar minha mãe”; V) outros: “tenho muito que agradecer à família”, “é onde moro”, “sou acostumado com meus pais”.

Porém, a questão apresentada por Faco e Melchiori (2009) que nos parece mais ressaltar é como esses adolescentes percebem os novos arranjos familiares. Percebe-se que, no geral, os adolescentes, tanto da zona rural como urbana, aceitam a maioria dos novos arranjos familiares apresentados, dentre eles, produção independente, casais homossexuais e casal sem filhos.

Contudo, em suas falas, foi possível identificar que não possuíam uma opinião bem definida, uma vez que muitos deles se contradiziam, como: “se gostam um do outro, por que não têm filhos?”, “família são três: pai, mãe e filhos”, “não é uma família completa”, “não dá para ser pai e mãe ao mesmo tempo”, “ninguém é perfeito, acho vergonhoso”, “os filhos não vão ter amor paterno e materno”, “não é uma opção certa”, “o filho vai sentir preconceito” e “pra ser família tem que morar junto”.

Assim, esses resultados demonstraram que apesar das muitas modificações nas famílias através dos tempos, a concepção conservadora e tradicional acerca delas permanece considerando o modelo de família nuclear burguesa como o ideal.

A partir da discussão realizada, buscou compreender, também, que discutir a categoria família é, corroborando Velho (1978, p. 124), transformar o “exótico em familiar e o familiar em exótico”, uma vez que esse termo ainda é pouco discutido, já que se aparenta tão trivial, seja nas produções acadêmicas ou na prática profissional, que por vezes, equivocadamente, podem apresentar-se evidente e que dispensa análises, conforme refletido por Oliveira (2017).

¹⁴ Ressalta-se que apresentamos apenas uma fração dos dados e da análise realizada pelas autoras. Para maiores detalhes, ver Faco e Melchiori (2009).

Além disso, infere-se que por mais que tenham ocorrido diversas modificações ao longo dos anos nas famílias, elas permanecem sendo idealizadas, e compreendidas como uma instituição necessariamente protetora e provedora de cuidados por excelência, não a considerando, assim, como uma instituição idealizada e um espaço de disputa de poder entre gênero e gerações (OLIVEIRA, op. cit.).

Para mais, em consonância com Boarini (2003), apreende-se que a instituição família apresenta sempre novas roupagens em atendimento à demanda da sociedade, o que a faz nova na sua configuração e na sua dinâmica interior. Desta forma, é nesse tocante, de acordo com a autora, que localiza um dos pivôs da crise de paradigmas na atualidade: Exigem-se das famílias responsabilidades que não possuem condições de assumir.

3.

Cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar

3.1.

Famílias e Envelhecimento

Por meio de Mioto (2003) compreende-se que as transformações das famílias estão intrinsecamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas. Dessa forma, observa-se que nos últimos anos a família vem experimentando diversas modificações, sobretudo, quanto a um maior reconhecimento de diferentes arranjos familiares, como famílias monoparentais e uniões homoafetivas, por exemplo, assim como, a inserção ainda maior das mulheres no mercado de trabalho e a diminuição nas taxas de fecundidade.

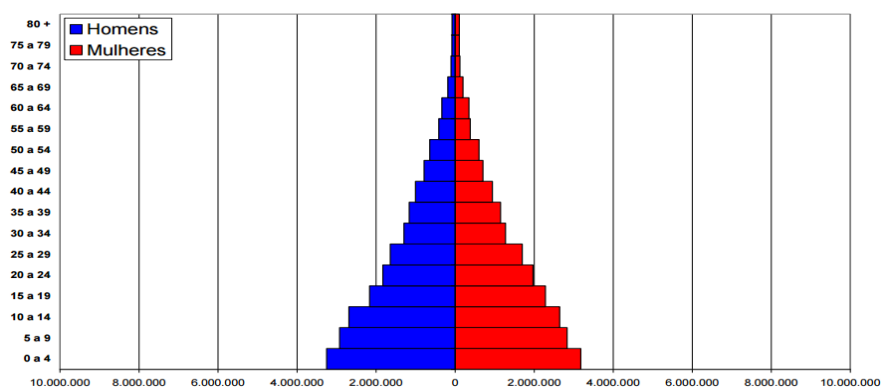
Questões essas que influenciam diretamente nas dinâmicas familiares, principalmente quando se considera que a população brasileira adquire cada vez mais um perfil envelhecido, como demonstrado por recentes pesquisas, apresentadas a seguir. Como indicado pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG (2019), na atualidade o número de indivíduos brasileiros acima dos 60 anos¹⁵ ultrapassa a marca de 29 milhões de pessoas, e se estima que em 2060 este número aumente para 73 milhões, o que representa um crescimento de 160% deste segmento.

Estudos, a citar, Miranda et al. (2016), apontam que quando se compara o crescimento da população idosa com o índice de jovens e adultos, constata-se que aquele é o segmento da sociedade que mais tem crescido ao longo dos anos devido a diferentes fatores, tais como: controle epidemiológico, avanço da tecnologia e estudos na medicina e na biologia. Assim, se as projeções se concretizarem, o Brasil se configurará como um “novo país de velhos”.

¹⁵ Durante a Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em 1982 se estabeleceu que os indivíduos com idade igual ou acima de 60 anos seriam considerados pessoas idosas nos países em desenvolvimento, enquanto que nos países desenvolvidos seria igual ou superior a 65 anos. Esta diferenciação é justificada pelas distintas condições socioeconômicas entre os países. Para maiores detalhes, ver Nações Unidas (2002).

Percebe-se, por meio dos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que a pirâmide demográfica brasileira vem se modificando drasticamente ao longo dos anos, seja pelo crescimento total do número de habitantes, como o perfil etário populacional¹⁶, com destaque para o aumento da expectativa de vida do brasileiro.

Gráfico 1 - Pirâmide etária – Censo 1940



(Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 1940)

Embora o primeiro censo demográfico no Brasil tenha sido realizado ainda no período do Império, em 1872, denominado de "Recenseamento da População do Império do Brasil", com a criação do IBGE, em 1936, inaugurou-se no país um novo estágio para os censos, que passaram a ser elaborados a cada dez anos de modo regular e sistemático, sendo o primeiro censo (gráfico 1), sob responsabilidade do IBGE, realizado em 1940 (CARNEIRO, 2016).

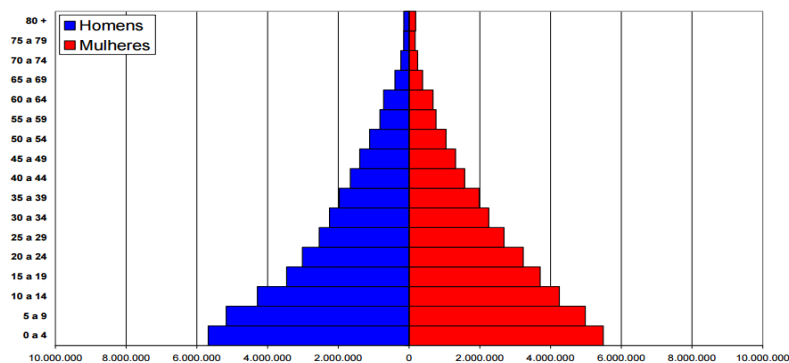
Vinte anos após, já na década de 1960 (gráfico 2), compreende-se o aumento do número de pessoas idosas no Brasil, e se a expectativa de vida alcançava 48 anos nessa época, quando comparado com a última pesquisa, Censo 2010, observa-se que a expectativa de vida chega aos 73,4 anos de idade na atualidade.

Além disso, em contrapartida, constata-se nesses últimos anos, tanto na área urbana como na área rural, uma brusca redução na taxa de fecundidade, motivada pela maior entrada da mulher no mercado de trabalho, receio em relação

¹⁶ Os dados do IBGE do Censo 2010 apontam que as modificações no perfil da população não seguem o mesmo padrão em todas as regiões do Brasil. Esse estudo demonstrou que o Sul e o Sudeste se configuram como as duas regiões mais envelhecidas do país (aproximadamente 8,1% da população constituída por pessoas idosas), seguidas pelo Nordeste (7,2%), Centro-Oeste (5,8%) e Norte (4,6%).

ao futuro, introdução de métodos contraceptivos, apreensão com gastos demasiados e medo de possíveis problemas relacionados à paternidade/maternidade em idade avançada.

Gráfico 2 - Pirâmide etária – Censo 1960

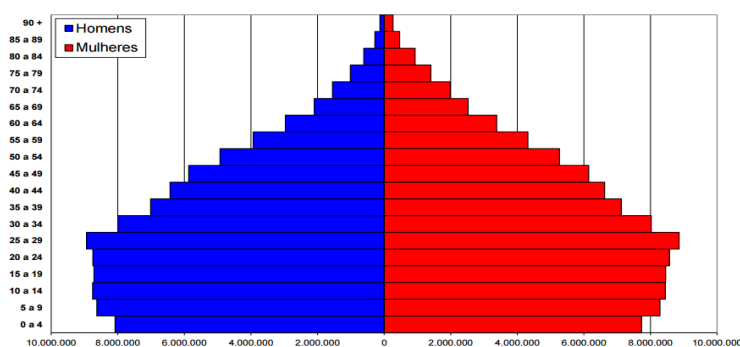


(Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 1960)

Quando analisado o perfil dos idosos, percebe-se que há diferenças entre as áreas rurais e urbanas, por exemplo, quanto ao sexo dos indivíduos. Enquanto que naquelas há uma maior predominância do sexo masculino, nestas há uma forte presença feminina, diferença que pode ser explicada pela maior participação das mulheres no fluxo migratório rural urbano.

Desse modo, em geral, há um consenso de que o Brasil vem seguindo a tendência mundial do processo de feminização da velhice, já que há um maior número de pessoas do sexo feminino durante a velhice do que do sexo masculino, como demonstrado a seguir (gráfico 3). Desta forma, como afirmado por Camarano et al. (2004), o envelhecimento também é uma questão de gênero, pois mesmo que a velhice não seja universalmente feminina, ela apresenta forte componente de gênero.

Gráfico 3 - Pirâmide etária – Censo 2010



(Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2010)

A partir das análises de Salgado (2002), as mulheres vivem mais do que os homens cerca de sete anos, e essa maior longevidade deve-se ao fato de ao longo da vida as mulheres realizarem mais tratamentos de prevenção a doenças, como o câncer, por exemplo, além de majoritariamente os trabalhos que requerem esforço físico demasiado e alta periculosidade serem destinados aos homens.

Contudo, Almeida et al. (2015) ressaltam que essa longevidade não necessariamente relaciona-se ao “viver melhor”, uma vez que as mulheres idosas vivenciam uma maior probabilidade de ficarem viúvas e sofrerem por um maior período de debilitação física antes da morte do que eles. Para mais, desde a infância até a velhice as mulheres são acompanhadas por diversas desvantagens, já que a grande parcela delas – devido à cultura de serem criadas para o espaço privado, ou seja, como “rainhas do lar” – é responsável pelo cuidado da família e da casa.

Além da falácia que é criada desde a infância em torno da velhice feminina, no qual estereótipos como a fragilidade, a feiura e a desvalorização são estabelecidas socialmente. Assim, as mulheres são submetidas a diversas formas de discriminação e dominação, tanto no âmbito privado quanto público. Problemáticas que são expressas, por exemplo, nos salários inferiores aos dos homens e dupla jornada de trabalho.

Inclusive, estudos, como Camarano e Pasinato (2004), ressaltam que a maioria das idosas brasileiras de hoje nunca exerceram um trabalho remunerado durante a vida adulta, e ao contrário do que realizaram durante a sua vida adulta, assumem, progressivamente, o papel de provedoras e chefes de família.

O mundo contemporâneo do adulto de idade avançada, bem como o futuro, é e será predominantemente um mundo de mulheres. O aumento da longevidade ocorrido na população em nível mundial implica a existência de mais de uma geração de velhos(as) em uma mesma família, e as projeções demográficas indicam que, no futuro, essas gerações estarão compostas, principalmente, por mulheres velhas que, possivelmente, estejam cuidando de suas velhas mães ou avós. (SALGADO, 2002, p.9)

Desta forma, como pode-se compreender a partir de Salgado (op. cit., p.9), apesar das mudanças estruturais envolvendo os arranjos familiares e as transformações no papel social da mulher, o processo de envelhecimento populacional parece não estar sendo acompanhado de uma modificação na divisão sexual do trabalho de cuidar (CAMARANO e MELLO, 2010), uma vez que às

famílias permanece a sua imagem idealizada e o seu status, sobretudo, à mulher-mãe, de provedora de cuidados e protetora por excelência a seus membros vulnerabilizados¹⁷. Vulnerabilizados e não vulneráveis, visto que, de acordo com Giacomini e Couto (2013), na realidade todas as idades são frágeis, já que a vida humana é frágil.

Isto posto, para discutir o envelhecimento deve-se considerar as complexidades desse tema, uma vez que não é um fenômeno homogêneo, como assinalado por Faleiros (2014) e Camarano e Pasinato (2004). Mas, antes de tudo, deve ser ponderada a sua heterogeneidade e a diversidade social, cultural, biológica e psicológica que abarca esse segmento, já que é certo que essa faixa etária é composta por indivíduos com idades extremamente díspares¹⁸, e, por isso, demandam atenções diferentes.

Para mais, é preciso analisar que o (in)acesso¹⁹ a direitos básicos ao longo da vida desses sujeitos seguramente influencia durante a sua velhice. Isto é, para que essa fase da vida seja saudável, autônoma e digna depende necessariamente de condições de igualdade no acesso a direitos sociais, como saúde, alimentação, educação, moradia, trabalho, segurança e lazer, ao longo de todo o ciclo vital.

Desta forma, esse trabalho se debruçará, especialmente, acerca das pessoas idosas dependentes, seja de ordem financeira, afetiva e/ou material, ao almejar compreender os sentidos atribuídos pelos cuidadores principais em âmbito familiar. Entretanto, é preciso alertar que a representação da velhice como estágio da vida caracterizado por um processo contínuo de perdas, negligências e abandonos não tem por objetivo reafirmar a estigmatização acerca do *velho* – visão ainda generalizada em grande parte da literatura e debates políticos em que

¹⁷ Corroborando Oliveira (2017), a decisão pela terminologia “vulnerabilizados” em substituição a “vulneráveis” não deve ser relacionada a qualquer perspectiva que possa aludir a alguma característica própria dos sujeitos, mas sim evidenciar a um contexto desigual que demarca a situação desses indivíduos.

¹⁸ São diversos os estudos que demarcam a “terceira-idade” (indivíduos com idade compreendidas entre os 60 e 79 anos) e a “quarta-idade” (idade igual ou superior a 80 anos). Equivocadamente como pode se pensar, esta não é a categoria nova, mas sim aquela, uma vez que essa classificação foi estabelecida para dar conta dos indivíduos que não se enquadravam na idade do trabalho, mas também não apresentavam sinais de senilidade, segundo Laslett (1996 apud CAMARANO e MELLO, 2010).

¹⁹ Se destaca que o (in)acesso a direitos básicos não se constituirá como uma categoria principal de análise nessa pesquisa. Porém, a saber o compromisso desse estudo com o reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de direitos, se buscará, ao longo do trabalho, que o leitor possa refletir a partir da escrita, seja de forma implícita ou explícita, acerca dessa questão.

se considera esse grupo com necessidades e experiências comuns –, mas sim também percebê-la como elemento primordial para a identificação dos sujeitos a fim de que possam acessar seus direitos, como a universalização da aposentadoria (DEBERT, 1997; PAZ, 2000).

Contudo, como ressalta Camarano e Pasinato (2004), como toda classificação, a de “idoso” pode simplificar a heterogeneidade desse segmento, o que pode vir a incluir ou excluir indivíduos que necessitam ou não dessas políticas.

Nota-se a escolha pelo termo *velho* por determinados autores, como Alcântara (2004), como forma de romper a sua associação a designações negativas tanto presentes no senso comum, como “*sou velho de espírito jovem*”; “*panela velha é que faz comida boa*”. Aspecto esse, segundo a autora, que ocorreu de forma semelhante na França, uma vez que o termo *velho* (*vieux*) ou *velhote* (*vieillard*) se referia aos indivíduos que não detinham estatuto social, enquanto que aqueles que possuíam eram denominados de idosos (*personne âgée*).

De qualquer modo, Bourdieu (1983) ao declarar em sua célebre frase “A ‘juventude’ é apenas uma palavra” reafirma que ser jovem ou velho é uma concepção socialmente construída, nas quais as divisões entre as idades seriam arbitrárias e os relacionamentos se revelariam na sua forma mais vazia. Assim, as classificações na realidade impõem limites e produzem um ordenamento no qual cada um deve ser mantido e todos os sujeitos devem permanecer em seu lugar.²⁰

De acordo com Minayo e Souza (2003), usualmente há uma atribuição de poderes para cada ciclo da vida que na prática se volta para um ‘desinvestimento’ social e político na pessoa do velho. Segundo as autoras, a maioria das culturas tende a segregar esses indivíduos, real ou simbolicamente, desejando inclusive sua morte. Situação exemplificada por Rifiotis (2000), como em determinadas tribos africanas em que esse aniquilamento é ritualizado: o velho é conduzido a cavernas distantes de seus povoados para morrerem. Enquanto que, nas sociedades ocidentais, esse desejo se exterioriza, principalmente, nos conflitos intergeracionais.

²⁰ De acordo com Camarano e Pasinato (2004), a aposentadoria compulsória é um exemplo claro dessa coerção, uma vez que o *status* de velho é fixado ao indivíduo, mesmo que não apresente característica de senilidade e dependência associadas à velhice, e, mais significativo, é imposta aos que recusam esse *status*.

Segundo Camarano e Pasinato (2004), hoje há uma “crise do envelhecimento”, no qual apesar da velhice ser desejável sob a perspectiva dos sujeitos, há uma concepção de que o crescimento dessa população ocasiona um peso sobre a população jovem, uma vez que os idosos seriam os grandes consumidores de recursos públicos, principalmente de serviços de saúde e benefícios previdenciários. Desta forma, o custo de mantê-los pode se constituir como uma ameaça ao futuro das nações.

Debert (1998), ao confirmar que a velhice não é uma categoria natural, permite inferir que a idade a partir da qual os indivíduos são classificados idosos, assim como as representações da velhice, a posição social e o tratamento que é dado a eles adquirem significados específicos em contextos sociais, culturais e históricos distintos²¹. Por exemplo, conforme Park (2003 apud ALCÂNTARA, 2004), entre os Iorubás, da Nigéria, a mulher é considerada velha quando se torna avó, já na Índia, quando o filho mais velho se casa, e, em outras culturas, quando atinge a menopausa.

Portanto, como referendado por Camarano e Pasinato (2004), o conceito de idoso, deste modo, abarca mais do que a simples determinação de idades-limite biológicas e exprime, ao menos, três limitações, sendo: a heterogeneidade entre indivíduos no espaço, grupos sociais e tempo; características biológicas existentes de forma independente de características culturais; e a finalidade social do conceito de idoso.

Desta forma, o envelhecimento da população pode ser visto, simultaneamente, como atuante e como resultado de um processo de transformação e desenvolvimento das sociedades (LLOYD-SHERLOCK, 2002 apud CAMARANO E PASINATO, 2004). Se na atualidade parte dos idosos

²¹ Em sociedades como a Grécia Antiga, por exemplo, a velhice era relacionada como triste, assim era pouco valorizada. A própria época romana experimentou dois momentos distintos: um favorável à velhice (sustentada pela ideologia do *Pater Famílias*); e outro desfavorável, o do tempo Imperial, que a rejeitava. Durante a Renascença e até o final do século XVII é incentivado o culto à juventude, enquanto que o século XVIII retorna a reconhecer os idosos como indivíduos completos, empenho esse que se desenvolveu até a época das Luzes. Já o século XIX é marcado pela institucionalização do seu isolamento, e a velhice passou a ser tida como doença social. No início do século XX, devido ao contexto de industrialização, urbanização e nuclearização da família, nesse período se destaca a (re)emergência de uma imagem altamente desvalorizadora da velhice, a qual passou a estar relacionada à improdutividade, surgindo como justificativa para o estabelecimento de um estatuto social de dependência na velhice. Concepções e discursos negativos que permaneceram até os anos de 1980, momento no qual as associações e movimentos políticos – com destaque para os “Panteras Grisalhas” – emergem sob o intento de promover e defender os direitos da pessoa idosa, e, assim, reinauguram um outro entendimento de ser velho. Para maiores detalhes, ver Dias (2005).

exerce cada vez mais papéis importantes junto a sua família, outra parcela, igualmente, revela diferentes níveis de dependência. Isso quando, em expressiva maioria, apresenta os dois aspectos: são dependentes e ao mesmo tempo promovem o sustento de outros.

3.1.1.

A inserção do idoso na família

Compreende-se, a partir de Mioto (2003), que na história da humanidade as famílias se revelam como um importante espaço no qual os indivíduos aprendem a ser e a conviver. Mais do que isso, autores, como Camarano et al. (2004) e Saad (2004), demonstram que as relações familiares, sobretudo, as relações de troca e ajuda mútua entre pais e filhos, ao longo da história, são fatores que têm garantido a sobrevivência dos idosos.

No que se refere à distribuição de recursos e bem-estar dos indivíduos, a família se revela como uma importante instituição. É por meio dela que parte da relação entre mercado e o indivíduo se intermedia, uma vez que distribui os rendimentos entre os membros, bem como realiza a intermediação entre o Estado e o indivíduo, redistribuindo, indireta ou diretamente, os benefícios recebidos (CAMARANO et al. 2004).

Ao considerar a atual conjuntura social, política e econômica do país, no qual se constata a predominância de um modelo de políticas sociais que privilegia ao máximo o enxugamento do Estado, as famílias cada vez mais estão sendo exigidas para que cuidem de seus idosos, revelando-se, inclusive, em muitos países, como a única alternativa de apoio a esse segmento.

Em contrapartida, devido à instabilidade do mercado de trabalho, aumento do desemprego, maior tempo empregado nos estudos e a maior fragilidade das relações afetivas, em quase todo o mundo tem aumentado o tempo em que os filhos permanecem economicamente dependentes de seus pais, na maioria dos casos, já idosos (CAMARANO et al., 2004). Além das situações quando os filhos adultos necessitam, seja material e/ou economicamente, da ajuda de seus pais idosos no cuidado e sustento de crianças e outros idosos da família.

Em ambos os casos, a co-residência (como também a transferência de bens e recursos financeiros) de pais idosos e filhos aparece como uma estratégia

familiar utilizada para beneficiar tanto as gerações mais novas como as mais velhas. Inclusive, Camarano et al. (2004) indica que nos anos 1980 a literatura demonstrava que uma das estratégias de enfrentamento da pobreza na América Latina era a família diminuir ou aumentar de tamanho.

Essas autoras, 15 anos atrás, já alertavam que no caso brasileiro situações como a maior inserção da mulher no mercado de trabalho (tradicional cuidadora dos segmentos vulnerabilizados), queda generalizada das taxas de fecundidade e mudanças expressivas nos arranjos familiares, dificultariam ainda mais a atuação das famílias como provedoras das pessoas idosas. Assim, haveria uma maior demanda por determinadas políticas sociais. Contudo, o que se observa, é que o Estado tem reduzido as suas atividades de proteção social, e outros mecanismos são requeridos para o cuidado com a população idosa (CAMARANO et al., 2004).

Situação agravante quando mais de 15 milhões de brasileiros vivem com até R\$140 por mês, segundo pesquisa recente realizada pelo IBGE (BÔAS, 2018). Desse modo, como poderiam custear serviços privados, assim como medicamentos e profissionais especializados, por exemplo, ao mesmo tempo que possuem necessidades básicas, como alimentação e moradia?

De qualquer modo, segundo Saad (2004), a intensidade e a direção do fluxo de apoio estão fortemente associadas a diferentes condicionalidades, como: o estado conjugal de ambas as partes e a quantidade de filhos. O autor demonstra, por exemplo, que os idosos viúvos tendem a receber mais ajuda do que os casados, enquanto que estes tendem a dar mais assistência do que aqueles. Enquanto que, em relação aos filhos, em geral, os não casados se envolvem mais nesses intercâmbios de apoio do que os casados.

Além disso, se espera que o maior número de filhos vivos aumente as possibilidades de os idosos receberem auxílio, assim como, oferecerem apoio aos seus filhos em determinadas situações, como as que envolvem o cuidado com crianças menores. Para mais, esse estudo revela que as mulheres são mais engajadas nas relações de troca do que os homens.

Em geral, não é raro nessas situações os membros mais velhos passarem a residir na casa de seus filhos, o que pode representar para eles sensação de perda, medo, insegurança e angústia, uma vez que a casa, como assinalado por Alcântara (2004), simboliza uma construção impregnada de valores e sensação de

pertença, na qual o idoso reúne detalhes de toda a sua vida que possuem significados às vezes somente para ele.

De acordo com Bachelard (1988 apud ALCÂNTARA, 2004), a família é o primeiro mundo do ser humano, e não há como dissociar o homem da família, do meio onde se sente acolhido e protegido. Para o autor, a casa é o depósito das lembranças²², além de ser o lugar dos ritos (brincadeiras com as crianças, refeições e comemorações, por exemplo) que ligam os componentes da família.

Desse modo, quando há uma necessidade e/ou insistência²³ dos idosos residirem com seus filhos – muitas vezes contrária ao desejo do próprio idoso – os seus pertences, em geral, são vistos como desnecessários, “coisas velhas” ou “cacarecos”. Desta forma, pode-se compreender que o processo de reconfiguração de moradia não é livre de conflitos.

No que tange às relações de troca, deduz-se que as mulheres ainda são mais engajadas do que os homens, uma vez que atribuídos a elas ainda permanecem os papéis socialmente definidos de cuidados com a casa, as crianças, os idosos e os doentes. Percebe-se que no interior das famílias, as responsabilidades femininas são, em sua grande maioria, compartilhadas ou deslocadas para as avós.

Se aos homens da família há uma transferência de autoridade masculina para o irmão ou pai da mãe quando o homem não garante a moradia e o alimento da família, as avós, como sinalizado em Vitale (2003, p. 94), “[...] são as novas figuras familiares de nosso tempo” e as grandes esquecidas da sociedade.

Compreende-se que desde o início do século XX já há uma significativa presença dos avós na vida familiar. Eles participavam dos cuidados com as crianças em um contexto de flexibilidade da unidade doméstica, uma vez que era recorrente um casal morar com os pais. Como indicado em Vitale (op. cit.), os avós despontavam como um tipo de pais adotivos, e as avós, por certo, recebiam determinados benefícios, como maiores chances de receber ajuda ao cuidarem dos

²² Ferreira (1998 apud ALCÂNTARA, 2004) aponta em seu estudo a concepção de “casas-testemunhos”. Isto é, a casa é concebida como espaço simbólico, e passa a ser integrada ao indivíduo, por meio de suas vivências, sendo importante fator na manutenção da identidade do idoso. Para maiores detalhes, ver Alcântara (2004).

²³ De acordo com Bosi (1994) existe, em muitos casos, na própria família uma cumplicidade para cuidar dos idosos “para o próprio bem”, o que acaba, em geral, estimulando-os a ficarem dependentes e privando-os de sua liberdade de escolha.

netos. Para mais, às avós era quase impossível, devido à censura pública, recusar a sua “missão natural”.

Com o passar dos anos, em muitos casos, os avós são os principais responsáveis pelo sustento dos netos por diversos motivos, a citar, o desemprego, a pobreza ou a perda da guarda. Poucas são as avós que em algum momento não cuidaram de seus netos (PEIXOTO, 2001 apud VITALE, 2003), seja por se disporem voluntariamente, apenas quando solicitadas ou por obrigação.

De acordo com Vitale (2003), os padrões e relações referentes a esse cuidado são construídos social e culturalmente. Assim, de acordo com Faleiros (2014), na atualidade há cada vez mais uma “domesticação” do envelhecimento que se institui por meio de tarefas e responsabilidade dentro de casa.

Isto posto, pode-se compreender, como proposto por Amartya Sen que “a família é um espaço de conflito cooperativo” em que se cruzam não apenas as diferenças intergeracionais, mas igualmente as desigualdades entre homens e mulheres, uma vez que sobre os ambos sexos ainda recaem os ônus de tradicionais papéis de gênero, apesar das transformações no interior das famílias brasileiras.

3.1.2.

O que é cuidar? Uma análise acerca dos cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar

Considerando a heterogeneidade do segmento idoso e as complexidades das relações e dinâmicas familiares, é preciso ressaltar que esse trabalho ao objetivar analisar os sentidos atribuídos pelos cuidadores principais em âmbito familiar, o estudo se deterá, especialmente, acerca das pessoas idosas dependentes, seja de ordem financeira, afetiva e/ou material, de seus familiares.

De acordo com Santos e Rifiotis (2006), aproximadamente 40% da população idosa necessita de auxílio para realizar atividades da vida diária, como cuidar das finanças, compras, limpar a casa e preparar refeições, enquanto que 10% requerem auxílio até mesmo para tarefas básicas como ir ao banheiro, alimentar-se, tomar banho e vestir-se.

Como identificado por Pasinato e Kornis (2010), fundamentados em Jacobzone (1999), na atualidade os indivíduos vivem em média entre dois e quatro anos dependentes de cuidados mais intensivos no fim de suas vidas. De

acordo com os autores, foi devido ao desenvolvimento dos sistemas de seguridade social que expressivas parcelas da população nos últimos anos obtiveram uma melhoria das condições de vida, em parte responsáveis pelo atual processo de envelhecimento. Assim, constata-se cada vez mais nas últimas décadas um acentuado aumento de idosos muito idosos, isto é, indivíduos com 80 anos ou mais.

Desta forma, como indicado pela OMS (2008 apud PASINATO E KORNIS, 2010), há uma maior prevalência, neste grupo, de doenças crônico-degenerativas, que podem ou não estar relacionadas a limitações para a realização das atividades do cotidiano, além do Mal de Alzheimer e as enfermidades demenciais serem mais frequentes, ao passo que há um número cada vez maior de indivíduos idosos convivendo com as consequências de doenças como hipertensão, diabetes e doenças respiratórias.

As definições das capacidades individuais para a realização das atividades da vida diária (AVDs) podem ser divididas em: apoio instrumental (atividades que envolvem tarefas leves, refeições, compras e outros) ou apoio funcional (auxílio para a realização das atividades mais básicas do cotidiano). De acordo com os Pasinato e Kornis (2010), as limitações para a realização das atividades instrumentais implicam a necessidade do apoio de terceiros para a manutenção da autonomia do idoso, enquanto que as limitações funcionais representam a perda concreta dessa independência.

Isto posto, por meio de Oliveira (2011), se pode compreender que nas sociedades ocidentais contemporâneas as famílias adquirem o estatuto de protetora e provedora de cuidados. Dessa forma, são encarregadas do sustento material, afetivo e/ou econômico de seus membros vulnerabilizados.

Embora a desfamiliarização do cuidado em alguns países, como o Japão e a Índia²⁴, por exemplo, já seja uma realidade, os cuidados informais domiciliares predominam em todo o mundo. De acordo com Camarano e Mello (2010), cerca de 80% do cuidado de idosos com perda de capacidade funcional e/ou

²⁴ Resultados apresentados por Pasinato e Kornis (2010) acerca de pesquisas que investigaram as expectativas das mulheres japonesas de meia-idade quanto ao recebimento de apoio por parte dos filhos apontaram que a proporção que declarou que esperava declinou de 65% para 17% entre 1950 e 1994. Já os filhos que se achavam responsáveis pelo cuidado dos pais passou de 80% para 51% no mesmo período. Na Índia, outro estudo de atitudes mostrou que 91% dos filhos adultos, em 1984, reportaram ser sua obrigação cuidar dos pais idosos, e já em 1994, 77%. Em 1984, nenhum dos filhos entrevistados concordara com a ideia de enviar os pais para uma instituição de longa permanência de idosos. Já em 1994, 23% concordaram.

instrumental para AVDs é realizado por seus familiares. Realidade que inclui o Brasil, revelando a família como a única alternativa de apoio em muitos casos (CAMARANO et al., 2004).

O amparo já é algo aguardado, um dever moral arraigado na cultura, e espera-se que a família, em especial, os filhos adultos, se responsabilizem – independente de quaisquer condições, sejam elas emocionais, materiais e/ou econômicas – pelo sustento de seus pais. Questão essa reafirmada em marcos legais, como no artigo 229 da Constituição Federal de 1988 que estabelece que assim como os pais têm o dever de assistir seus filhos menores, estes quando maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice ou enfermidade.

Ou seja, não considerando a família como uma instituição idealizada e um espaço de disputa de poder entre gênero e gerações (CAMARANO e MELLO, 2010), no qual, como ressaltado por Debert (1998), o viver com os filhos não necessariamente é garantia de cuidado adequado, respeito e ausência de maus-tratos. Mas, ao contrário, são muitas as pesquisas, como os dados do Disque Denúncia do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que demonstram os grandes índices de violências intrafamiliares praticadas contra as pessoas idosas²⁵.

Além disso, deve-se considerar, em uma sociedade na qual a expectativa de vida está se expandido, que as dinâmicas de cuidado e as relações familiares criam situações inovadoras sem que haja a maior preparação de seus familiares (ALCÂNTARA, 2004). Questão ainda mais agravante quando esse cuidado tem se dado sem o apoio do Estado e sob diversas, constantes e naturalizadas formas de culpabilização e penalização a essas famílias.

Desta forma, autores, como Camarano et al. (2004) e Saad (2004), partem da hipótese de que, predominantemente, o que se verifica é um modelo de políticas sociais que privilegia ao máximo o enxugamento do Estado, por meio de uma insuficiente oferta de serviços públicos. O serviço de apoio formal praticado por instituições de atendimento à saúde, como centros-dia, hospitais, ambulatórios e unidade de apoio domiciliar, ainda é precário. Assim, como indicado por

²⁵ Embora pesquisas, como Gabrilli (2013) e Minayo (2003), revelem que 90% dos casos de violências acontecem no seio familiar e que em 70% dos casos o autor de violência era o próprio filho da vítima, é necessário alertar que esse estudo não tem por objetivo reforçar a família como a principal violadora dos direitos das pessoas idosas, uma vez que se compreende que a família reproduz as violências nas quais são acometidas por parte do Estado.

Alcântara (2004), diante desse cenário carente de políticas públicas, mesmo sem preparo adequado, a maior parte das famílias brasileiras enfrenta o exercício do cuidado sem apoio formal, configurando negligência estatal quanto à sua função.

Assim, diante desta alta dependência, observa-se, em geral, que em idades mais avançadas há uma inversão dos papéis, nos quais os filhos passam a ser responsáveis pelo cuidado de seus idosos fragilizados. Desta forma, para Waldow (2008), a vulnerabilidade é uma condição que solicita o cuidado, podendo ser uma necessidade que foi expressa ou inferida, e que o ato de cuidar sempre é uma troca transformativa, quer seja para o cuidador, quer seja para o ser cuidado.

De acordo com Moser e Prá (2016), o cuidado domiciliar assumido pelas famílias se expande a partir da década de 1960 devido às necessidades médicas dos doentes de guerra com a falta de leitos hospitalares. Juntamente a este fato, aumentava a expectativa de vida da população, e, com isso, o aumento de doenças crônicas degenerativas, sendo necessários cuidados continuados de Medicina e de Enfermagem.

Cabe fixar que aos cuidados da população idosa se convencionou denominar de “cuidados de longa duração”, termo originado da tradução da expressão inglesa *long term care*. De acordo com Camarano (2010), não há uma definição única do que significam os cuidados de longa duração, porém pode-se compreendê-los como o apoio material, emocional e instrumental, formal (oferecido pelo Estado ou instituições privadas) ou informal (provido pelas famílias, amigos e/ou vizinhos) prestado por um longo período aos indivíduos que o necessitam. Como já sinalizado, esta pesquisa se deterá aos cuidados informais domiciliares.

Segundo Pasinato e Kornis (2010), os cuidados de longa duração, em geral, se situam na interseção entre os sistemas de saúde e os de assistência social, pois além de apresentarem algumas peculiaridades específicas a cada área, os limites entre os serviços ofertados por esses dois sistemas não são muito claros. Já os programas destinados para os cuidadores, de forma ampla, revelam interfaces com a componente previdenciária dos sistemas.

No Brasil, as políticas de cuidados de longa duração são de responsabilidade da assistência social, e nos últimos anos esse sistema vem passando por profundas modificações no que tange à sua concepção, modelo de

gestão e formas de financiamento, como assinalado por Camarano e Mello (2010). Se sabe que a proteção social brasileira na política de assistência social é estruturada em dois eixos, sendo a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

A PSB possui como objetivo a prevenção de situações de riscos e atua junto à população em situação de vulnerabilidade social resultante da pobreza e da fragilização dos vínculos afetivos-relacionais. Suas ações são desenvolvidas, em especial, nos Centros de Referência em Assistência Social (Cras). Já a PSE é demarcada pelo atendimento de situações caracterizadas pela ameaça ou violação de direitos. Ela gerencia dois níveis de serviços, o de média e o de alta complexidade.

O de média complexidade é destinado para aqueles que tiveram seus direitos violados, porém não perderam seus vínculos familiares, enquanto que o de alta complexidade se refere à proteção integral quando não há mais condições de convívio familiar e comunitário. A alta complexidade se divide ainda em dois níveis: o que inclui serviços de acolhimento; e o que se direciona a serviços específicos voltados para casos de violência, cujo atendimento demanda alta qualificação. De acordo com Camarano e Mello (2010), é na PSE que as políticas de cuidados de longa duração de idosos estão inseridas.

De acordo com Camarano e Mello (2010), a institucionalização do sistema de proteção social brasileiro teve como marco inicial a década de 1930, e desde esse período até o final dos anos 1980, esse sistema se fundamentava em um princípio meritocrático. Apesar de os primeiros elementos universalizantes (marcados pela ampliação dos direitos sociais, a universalização do acesso e o afrouxamento do vínculo contributivo, por exemplo) serem introduzidos durante os anos 1960 e 1970, foi apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que se definiu um novo marco jurídico para o sistema de proteção social brasileiro.

Nestes anos, o segmento idoso foi especialmente beneficiado por políticas de acesso a uma renda mínima, o que significou a “desfamiliarização” do seu sustento, mas as famílias permaneceram encarregadas, em sua maioria, dos cuidados aos seus idosos. Pereira-Pereira (2008) aprofunda a discussão ao precisar que na realidade a instituição familiar sempre integrou os arranjos de proteção social brasileiros, e os governos sempre se favoreceram da participação

voluntarista e autonomizada da família (seja na participação masculina no mercado de trabalho, seja na participação feminina no apoio aos dependentes e tarefas domésticas não remuneradas) na provisão de bem-estar de seus membros. Contudo, apesar de fazer parte da história do país, essa questão se tornou mais patente mediante à concepção da partilha entre família, sociedade e Estado da responsabilidade que antes cabia ao poder público.

Desse modo, a construção sócio-histórica de seu sentido como necessariamente protetora e provedora de cuidados certamente implicará sobre processos de elaboração e implementação de políticas públicas no Brasil, e revela que se houve importantes conquistas com a institucionalização de marcos legais, como a Política Nacional do Idoso – PNI (Lei nº 8.842/04) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), por outro lado, não se avançou na normatização de uma política de cuidados de longa duração. Ao contrário, se observa processos de desproteção e penalização às famílias, o que ocasionarão importantes impactos nos cuidadores e nas relações familiares.

Como indicado por Santos e Rifiotis (2006), se pode compreender por cuidador principal o membro familiar que se responsabiliza, na maior parte do tempo, pelos cuidados com o idoso dependente. Ele é escolhido, normalmente, pelo grupo familiar por possuir maior intimidade com o idoso, ser mais habilitado para assumir esses cuidados, pela sua personalidade e supostamente disponibilizar de mais tempo.

Supostamente, pois se sabe que as mulheres – filhas, esposas, noras e irmãs – ao longo da história, e ainda hoje, são as principais responsáveis por esses cuidados, ainda que acumulem outras inúmeras funções, seja pelo trabalho visível (remunerado e exercido no âmbito público) e/ou invisível (não remunerado e realizado no espaço privado). Assim, supõe-se que as mulheres ao assumirem a responsabilidade pelo cuidado pode acarretar a elas diversas problemáticas, como, por exemplo, desgaste físico e emocional, problemas de saúde e alterações em planos pessoais.

Desse modo, sabendo que a família é composta por um emaranhado de relações, emoções e ações, certamente é perpassada por constantes processos de negociações, conflitos, concessões, acordos e desigualdades, sobretudo, quanto ao cuidado. Para mais, ao apreender que a família não é algo natural, mas sim uma instituição social que se constitui de modos variados em tempos e ocasiões

distintos, para responder às necessidades sociais, e, segundo Ratti et al. (2005), ao ser a partir dela que os indivíduos aprendem a perceber o mundo e a situar-se nele, a família se estabelece, assim, como intermediária entre os sujeitos e a sociedade.

Além do mais, compreende-se que o cuidado se apresenta como um fenômeno contextual, uma vez que assume diferenças nas expressões de cuidar mediante o meio e o período em que ocorre, como sinalizado por Waldow (2008). Assim sendo, se o cuidado é influenciado pela cultura²⁶, pode-se pensar que as famílias desenvolvem formas singulares de cuidar de seus membros em contextos específicos a cada grupo, considerando-se o momento histórico.

Assim sendo, as práticas de cuidados assumem significados próprios e características específicas de cada família, e que para o pesquisador menos atento e que apenas considera as suas próprias referências, essas diferentes possibilidades podem ser alvos de julgamentos e desconfianças, desta forma, dificultando a identificação de forças e dificuldades dentro dessas dinâmicas.

Desaprovações ainda maiores, como demonstrado por Alcântara (2004), principalmente, quando o cuidar torna-se demasiadamente difícil, seja por motivos emocionais ou físicos, e a família opta pela institucionalização de seus idosos, já que é esperado que os filhos adultos se responsabilizem, independente de quaisquer condições, de seus pais, não considerando, muitas vezes, por exemplo, a ausência de relacionamento afetivo e/ou comunicativo ao longo da vida entre eles.

Decisão que pode ser difícil por envolver, por parte dos familiares, sentimento de culpa, remorso, impotência ou medo de reprovação da sociedade, cuja tendência é tomar a institucionalização como descaso – mesmo que seja a alternativa mais antiga e frequente (CAMARANO, 2010) –, e pelos idosos, a mágoa e o abandono, como demonstrado por Brum (2001): “[os idosos] foram deixados na porta porque outros decidiram que o tempo deles acabou.”; “Tive de aceitar minha impotência. Não tenho mais competência física para andar lá fora.”;

²⁶ A incorporação do componente cultura no cuidado, oriundo da Antropologia e Enfermagem, respectivamente, foi inaugurada por Madeleine Leininger, a partir de sua Teoria do Cuidado Cultural. A autora ao trabalhar os conceitos-chave diversidade e universalidade, defende que o cuidado está presente em diversas culturas (Universalidade). Contudo, é realizado de modos diferentes de acordo com os valores, crenças e significados existentes nas comunidades (Diversidade). Em conformidade, para Waldow (2008), o cuidado se apresenta como um fenômeno contextual, assim como se expressa como um fenômeno existencial, porque faz parte do ser, e, assim, lhe confere a condição de humanidade, e relacional, por se estabelecer em relação ao outro ser. Para maiores detalhes, ver Ratti et al. (2005).

“No dia em que passei a procuração para minha filha, assinei a abdicação de minha personalidade”²⁷.

No que tange à decisão pelo cuidado ao idoso pelos familiares, situação na qual esse estudo se debruçará, sabendo que a relação entre pais e filhos se estabelece como o único grupo no qual as obrigações são dadas, que *não se escolhem* (WOORTMANN, 1987), quais são os sentidos atribuídos pelos cuidadores familiares nessas relações? Acima de tudo, como defender uma política social que rompa com a tendência histórica de sobrecarregar a família e que a impõe responsabilidades que ultrapassam suas atribuições? Serão essas perguntas que conduzirão as próximas reflexões.

Desta forma, a discussão realizada até o momento buscou compreender que o crescimento acentuado da população idosa brasileira ocorre em um contexto de modificações estruturais acentuadas nas famílias. Transformações como, o maior reconhecimento da diversidade de arranjos familiares, mudanças na nupcialidade, queda da taxa de fecundidade e do ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, que acabam por influenciar, substancialmente, a sua capacidade de ofertar cuidados aos idosos. Assim sendo, como sinalizado por Camarano e Mello (2010), a oferta de cuidado familiar parece reduzir à medida que a sua demanda aumenta.

Questão agravante quando a família brasileira ainda é o principal, e, quase que exclusivamente, o único meio de sobrevivência do idoso, e que a maior entrada da mulher no mercado de trabalho impactou os contratos tradicionais de gênero, onde até outrora a mulher e o homem eram reconhecidos apenas como a cuidadora e o provedor da família, respectivamente.

Assim, se hoje a mulher brasileira está assumindo cada vez mais o papel de provedora – como demonstrado por Camarano e Mello (2010), no qual a sua renda foi responsável por 40,9% da renda das famílias brasileiras em 2009 –, a sua responsabilização quanto aos cuidados aos membros dependentes não diminuiu. Ao contrário, são cada vez mais sobrecarregadas física e emocionalmente, uma vez que, como sinalizado pelas autoras, elas podem até ter mais recursos financeiros para pagar pelo cuidado, mas certamente dispõem de menos tempo.

²⁷ Frases retiradas de *A suave subversão da velhice* de Eliane Brum.

3.2.

Dinâmica intrafamiliar nos cuidados de longa duração de idosos: uma reflexão a partir das dimensões de gênero e classe

A decisão por quem na família se responsabilizará pelos cuidados à pessoa idosa faz-se a partir de diversos aspectos circunstanciais ou históricos que marcam a trajetória familiar, como assinalado por Santos e Rifiotis (2006). Características, como, por exemplo, a personalidade do cuidador e do idoso, as relações entre eles, expectativas relativas ao gênero, idade e estado civil do cuidador, disputas de poder dentro da própria família, o modo como se sucedeu a construção das relações familiares e o significado dos vínculos afetivos na família são fatores que incidem diretamente na escolha do cuidador. De acordo com os autores, a família adensa uma vasta gama de significados subjetivos por meio dos quais os sujeitos analisam e interpretam suas ações (SANTOS e RIFIOTIS, 2006).

Embora em alguns casos o homem seja incumbido de tal tarefa²⁸, sabe-se, por meio de estudos, como IPEA (2010) e Moser e Prá (2016), que historicamente a tarefa do cuidar é relacionada como uma função feminina. Em geral, os cuidados às crianças, doentes e idosos são realizados pelas esposas, filhas, noras e irmãs que são escolhidas por supostamente disponibilizarem de maior tempo, serem consideradas mais habilitadas para assumir os cuidados e/ou possuírem intimidade e melhor relacionamento com a pessoa idosa.

Compreende-se que são diversos os motivos pelos quais os/as cuidadores/as informais domiciliares se dedicam a esta tarefa, podendo ser, dentre eles, o sentimento de reciprocidade, o dever moral, a culpa ou até mesmo evitar o julgamento de conhecidos. Na maioria dos casos, o relacionamento afetivo e/ou comunicativo ao longo da vida, assim como, as condições materiais, afetivas e econômicas não são determinantes quando se é estabelecido, inclusive na forma da lei, a responsabilização da família pelo cuidado ao idoso.

Nessas dinâmicas, infere-se que os cuidadores, em especial, as mulheres, ao assistirem o idoso acumulam outras inúmeras funções simultaneamente, como

²⁸ Como demonstrado por Santos e Rifiotis (2006), casos em que homens idosos atuam no cuidado de suas esposas não apenas devido à aproximação física, mas também pela cumplicidade desenvolvida ao longo do convívio. Realizavam tal tarefa, muitas vezes, para auxiliar no enfrentamento do problema de saúde ou por não contarem com ajuda profissional ou de seus filhos e vizinhos. Desse modo, passavam a desenvolver estratégias específicas de cuidados.

o cuidar dos filhos menores, da casa e de outros idosos da família. Além disso, a maioria das mulheres necessita atrelar essas tarefas – por si só extremamente dispendiosas – ao trabalho extraluar, sendo este, em muitas famílias brasileiras, a principal fonte de renda da família.

Mesquita (2011) alerta que o crescimento do número de mulheres responsáveis pelos domicílios, mais do que representar uma autonomia feminina e uma modificação de gênero na provisão econômica familiar, indica, considerando, sobretudo, as famílias pobres, a condição de vulnerabilidade de tais mulheres. Significa que além de assumirem a provisão da família, também devem exercer os naturalizados papéis que reforçam as desigualdades de gênero.

Assim, as impossibilitando de abandonarem o trabalho remunerado²⁹. Para mais, em muitos casos, nas famílias pobres, essas dinâmicas familiares são alvos de alegações de negligências, não considerando que esse cuidado se realiza, na maioria das vezes, sem o preparo do cuidador e sem o apoio devido do Estado.

Para mais, a responsabilização pelo cuidado aos idosos pelas famílias pobres apresenta-se ainda mais agravante quando estudos, como Lisboa e Manfrini (2005), revelam que de cada sete pessoas que vivem em situação de pobreza no mundo, quatro são mulheres. Elas se constituem como as mais pobres em seus países, em suas etnias, classes, grupos etários e gerações. Segundo os autores, os dados da ONU (2009) confirmam a “feminização da pobreza”, na qual 70% dos pobres do mundo são mulheres, e indica que uma crescente proporção de família, abaixo da linha oficial da pobreza, é chefiada por mulheres.

Constata-se, desta forma, por meio de Sarti (2003), que as famílias pobres³⁰ se organizam de forma que o cuidado ao idoso possa ser realizado da melhor maneira. Nessas situações, a noção de família se configura a partir da rede de obrigações que os membros estabelecem entre si. Isto é, “são família aqueles

²⁹ Importante ressaltar que embora haja a possibilidade de a mulher não trabalhar de forma remunerada, sob a justificativa do cuidado ao outro, acredita-se que este fator não deve contribuir para tal decisão. Ou seja, esse trabalho defende a proteção social implementada em sua forma universal pelo Estado, não apenas às pessoas idosas, mas igualmente para todos os indivíduos da sociedade. Desta forma, reafirmando a responsabilidade do Estado na garantia de direitos a todos os indivíduos.

³⁰ Destaca-se que o número de estudos disponíveis acerca do cuidado de longa duração de idosos em âmbito familiar com o recorte de classe é menor em relação aos que abordam as assimetrias de gênero. Contudo, para o aprofundamento da pesquisa, busca-se, sempre que possível, considerar a importância dessa dimensão para a discussão.

com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar” (SARTI, 2003, p. 33).

Desta forma, na prática o que se observa é que há um deslocamento ou compartilhamento com outras mulheres quando a mulher necessita de auxílio para assistir ao idoso. Esse compartilhamento de responsabilidade pode se dar de forma não remunerada, como a ajuda de vizinhas, por exemplo, ou de forma remunerada.

Quando esse deslocamento ocorre de forma remunerada, normalmente é exercido por outras mulheres, geralmente, pobres e negras. Apesar de se constituir como uma porta de entrada delas para o mercado de trabalho, é uma ocupação perpassada por estigmas e preconceitos – já que se constituiu historicamente no país como uma atividade feminina e negra – e caracterizada pela precarização. Revela-se, desta maneira, o legado histórico escravocrata e patriarcalista perpetuadores das desigualdades de raça e gênero no Brasil. (IPEA, 2010)

Isto posto, pode-se compreender, por meio de Moser e Prá (2016), que ao desempenharem essas diversas tarefas, as mulheres são sobrecarregadas, o que pode ocasionar diferentes consequências, como atritos nas relações familiares, desgastes físicos e emocionais, malefícios para a saúde do cuidador, dificuldades para conciliar vida profissional e vida pessoal e alterações em planos pessoais.

De acordo com Santos e Rifiotis (2006), a pessoa que assume a responsabilidade dos cuidados espera que possa contar com auxílio nesta tarefa e solidariedade dos demais familiares. Porém, se não se concretiza como o esperado, pode se sentir em desvantagem em comparação aos outros familiares, e, portanto, percebe o cuidado como oneroso e sente-se tolhida em suas necessidades, podendo, como demonstrado por Goldman e Faleiros (s.d.), esta sobrecarga acarretar, inclusive, impactos que conduzam à violência.

Além disso, o cuidador tem a expectativa de que o auxílio seja oferecido de forma espontânea, o que nem sempre acontece. Além do mais, há situações em que se estabelece uma certa competição entre os diversos membros familiares, uma vez que o cuidador principal pode-se julgar como sendo o único de fato habilitado para cuidar adequadamente do idoso (SANTOS e RIFIOTIS, 2006). Trazendo, assim, como sinalizado pelos autores, uma certa projeção e poder dentro do grupo familiar, o que pode ocasionar conflitualidades nessas relações.

Como demonstrado por esses autores, o modo como as famílias se organizam no cuidado à pessoa idosa se diversifica à medida que suas decisões normalmente são norteadas por práticas socioculturais. Desse modo, compreende-se, portanto, que a escolha de quem será o cuidador principal – e que funções ocupará, sendo elas determinadas de acordo com a demanda dos cuidados requeridos – é um processo permeado por conflitos, disputas, acordos, concessões e desigualdades.

Isto posto, constata-se que apesar de na modernização haver o maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho, – o que certamente conduziu a mudanças em diversos aspectos da vida social, na família, nas esferas públicas e no trabalho (ARAÚJO e SCALON, 2005) – compreende-se que sob elas ainda permanece recaindo o ônus da responsabilização pelo cuidado ao idoso.

De acordo com Oliveira (2017), se pode apreender que as diferenças entre gêneros e gerações, quando consideradas naturais, são corriqueiramente convertidas em desigualdades, e resultam em relações intrafamiliares, sejam elas entre pais e filhos, homens e mulheres, em que os relacionamentos são fortemente demarcados por padrões hierárquicos.

Desta forma, infere-se que os tradicionais papéis de gênero não apenas se mantêm, mas, acima de tudo, são funcionais. Se na primeira modernidade as mulheres eram dependentes do marido, na segunda modernidade a entrada no mercado de trabalho não foi suficiente para romper com todas as desigualdades, uma vez que sobre elas ainda recaem os papéis clássicos (CARDOSO, 2018).

Constata-se, de acordo com Goldani (2000), que os modelos de igualdade jurídica para mulheres e homens vêm crescendo nos últimos anos, assim como, há uma maior possibilidade de autonomia, opções e condições de vida para elas. Contudo, infere-se que condições sociais e políticas fazem com que as desigualdades perdurem e que se confunda diferenças com desigualdades.

Segundo a autora, foi por meio das pressões internacionais na conjuntura de um crescente multilateralismo nas relações entre os países que houve uma inclusão generalizada de uma perspectiva de igualdade de gênero na formulação de políticas sociais. Situações referentes a isso estão, por exemplo, nas reuniões realizadas pela ONU durante a década de 1990³¹ que reiterou a importância das

³¹ Com destaque para a Conferência das Nações Unidas sobre a igualdade de gênero que ocorreu em Beijing (China) no ano de 1995. Nesta ocasião, governos e chefes de Estado comprometeram-

relações sociais de sexo nas mais diversas esferas, e na promoção de acordos entre países e concretização de propostas na Comunidade Econômica Europeia de políticas para a igualdade de oportunidades entre os sexos.

Além disso, também se deve às próprias mulheres a aceitação dos princípios de igualdade, uma vez que organizadas em redes internacionais e atuando por meio das Organizações Não-Governamentais (ONGs) conseguiram instituir que o respeito pelos direitos humanos dependia necessariamente da consideração das relações sociais de sexo (FERREIRA, 2000 apud GOLDANI, 2000). Assim, portanto, a igualdade entre sexo é uma pré-condição da justiça social.

É preciso estabelecer que se entende por igualdade a igual visibilidade, responsabilidade, autonomia e participação de ambos os sexos em toda e qualquer esfera da vida pública e privada, como fixado pelo Conselho da Europa (1998 apud SILVA, 2000). O princípio da igualdade entre os sexos implica, desta forma, que se reconheça e se valorize de igual forma as diferenças inerentes aos homens e às mulheres e aos papéis que exercem na vida pública e privada.

Desta forma, será que a adoção de uma estratégia de internacionalização da igualdade de gênero possibilitou uma concretização de uma melhor partilha de tarefas e responsabilidades nas duas esferas da vida social? Ainda que haja um enquadramento jurídico de igualdade formal entre os sujeitos, como pensar o cuidado à pessoa idosa – quando esse claramente é demarcado pelo viés de gênero e classe – frente a uma sociedade que é fundada sobre os princípios da desigualdade, seja entre classes, gêneros e gerações, e que parece ser ainda mais reforçada essa sua tendência no atual contexto social, político, econômico e cultural do país?

Compreende-se que a família ocupa lugar fundamental na sobrevivência do idoso, uma vez que é a principal responsável pelo seu sustento material, afetivo e/ou econômico. Ela é a responsável pela distribuição de recursos, pela qualidade de vida dos seus membros e pelo bem-estar dos indivíduos que a compõe.

Contudo, como demonstrado por Silva (2000) e Medrado et al. (2010), apesar de todo o empenho direcionado à afirmação pública do princípio de

se a adotar e concretizar uma estratégia de internalização da igualdade de gênero nas políticas públicas correntes e avaliar o impacto dessa estratégia para a igualdade de gênero. Para maiores detalhes, ver Silva (2000).

repartição equitativa de direitos e de poderes entre mulheres e homens, tanto no sentido da “cidadania pública”, com a maior participação feminina no mercado de trabalho, nas organizações sindicais e políticas, assim como também da “cidadania privada”, com a co-responsabilização nas tarefas domésticas, na educação das crianças e nos cuidados com os demais membros familiares, dentre eles, os idosos, de fato, observa-se que permanece a impender sobre as mulheres o maior peso dessas obrigações.

Isto posto, apesar de na atualidade ser incontestável a maior possibilidade de as mulheres alcançarem a “esfera pública”, isso não significou que foi totalmente desfeito o modelo dicotômico “mulher/espço privado” *versus* “homem/esfera pública”.

Isto é, a maior inserção das mulheres no mundo público não correspondeu necessariamente a uma maior participação do homem na vida privada, uma vez que é particularmente evidente que, em caso de conflito de interesses entre a vida privada e pública, a mulher que, por via de regra, sacrifica o público ao privado, enquanto que é inversa a posição do homem (SILVA, 2000).

Desta forma, como compreendido por Ernesto Sábato apud Rocha-Coutinho (1994, p.31), “Haverá sempre um homem que, embora sua casa desmorone, estará preocupado com o Universo. Haverá sempre uma mulher que, embora o Universo desmorone, estará preocupada com sua casa”.

Embora estudos, como Wainerman (2002), ao analisar os homens na família³² indiquem que os cuidados com os filhos é onde se sucede a menor assimetria de gênero na família, mesmo que ainda significativa, as outras tarefas, como o cuidado com a casa, ainda são quase que exclusivamente realizadas pelas mulheres. Isto é, os homens estão mais comprometidos com os cuidados com os filhos do que com o lar.

Assim sendo, por meio dos estudos a que se tem acesso, infere-se que nas dinâmicas familiares os cuidados são perpassados pelo viés de gênero. Se,

³² Quanto aos homens na família, Goldani (2000) indica que embora sejam poucos os homens que cuidam dos filhos enquanto as mulheres trabalham extralhar, muitos deles decidem sobre o que fazer com o salário delas. De acordo com a sua pesquisa, 63% das mulheres decidem sobre o uso do seu salário, enquanto que 30% afirmam decidir em conjunto com o marido e 7% declaram que é o marido o responsável por decidir sozinho o uso do salário. Para maiores detalhes, ver Goldani (op. cit.).

conforme Lyra et al. (2003), a personalidade da mulher é estimulada desde cedo à ligação e ao cuidado, os homens são instruídos a defenderem e a atacarem.

A polarização entre eles, e, assim, seus respectivos espaços de atuação, constituíram uma relação de subordinação/dominação que resultou em uma normatização de comportamentos. Desta forma, as masculinidades dissonantes, como assinalado por Medrado et al. (2010), são alvos permanentes de suspeitas, regulações e violências.

Constata-se, assim, que a sociedade ainda caminha no sentido de construir uma cultura da igualdade e da paridade (SILVA, 2000), uma vez que essa normatização de comportamentos atinge todos os níveis da vida social, e encontra, possivelmente, na infância a sua primeira e principal imposição. Aos meninos, em geral, é determinado que não podem ter brinquedos relacionados ao “mundo feminino”, como bonecas, itens de cozinha ou de limpeza. Logo se argumenta: “Isso é coisa de mulher!”.

Porém, como alertado por Saffioti (1987), não se trata de ensinar os homens a ajudar a mulher no cuidado com a casa, com os filhos e com os idosos, uma vez que toda vez que uma atividade se caracterizar como auxílio, a responsabilidade é do outro. Relaciona-se, portanto, à partilha da vida doméstica, assim como das atividades garantidoras do sustento da família e do lazer.

De acordo com a autora, o mesmo pode-se pensar quando se considera o trabalho extraluar da mulher como um auxílio ao marido. Na posição de mera ajudante, à mulher se presta a um salário inferior, ainda que ela exerça as mesmas funções que o homem. A própria mulher, assumindo seu trabalho não mais que uma ajuda, concorda como natural um salário menor (SAFFIOTI, 1987).

Para mais, atribuir à mulher, como no dito popular, *lugar de mulher é em casa*, lhe está, automaticamente, restringindo as possibilidades de desenvolvimento de outras habilidades de que é portadora e que em nada se referente ao âmbito doméstico, como sinalizado por Saffioti (1987) e Araújo e Scalón (2005)³³. Ou seja, devido aos papéis sociais que são determinados a elas,

³³ Portanto, como indicado pelas autoras, as relações de cuidado e as expectativas de que os familiares, sobretudo, as mulheres, devam se ocupar do apoio à pessoa idosa não deriva apenas dos sentidos subjetivos conferidos por seus membros ou pela dinâmica interna da família. Mas, elas são também mediadas por fatores exógenos resultantes dos modos de organização da vida pública e dos lugares em que os sujeitos ocupam e disputam nesses âmbitos.

ao longo da vida o acesso a certos tipos de recursos e diversas oportunidades é negado às mulheres, influenciando, assim, sobre a vida familiar.

Desta forma, essas abordagens permitem compreender que o cuidado ainda hoje permanece sendo associado ao feminino, e o homem continua sendo excluído – e se excluindo – dos cuidados, como demonstrado por Araújo e Scalón (2005) e Camarano (2010). Estas pesquisas, ao demonstrarem que na prática as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com as crianças e com os idosos, ressaltam um outro importante aspecto ao estudo em tela: como os homens se percebem nessas dinâmicas.

Os dados apresentados pelas autoras revelam que diferentemente de como os homens se percebem, para as mulheres, as atividades exercidas pelo companheiro estão muito aquém da divisão igualitária. Ademais, Moser e Prá (2016) sinalizam que ainda hoje há uma franca reprodução dessa assimetria de gênero no interior das famílias, uma vez que demonstram que quando se analisa as ações desenvolvidas pelos filhos nas atividades domésticas, as filhas expressam cuidar muito mais dos afazeres domésticos do que os filhos. Desta forma, essas pesquisas corroboram que a maior inserção da mulher na vida pública não foi correspondida por maior participação dos homens na vida privada.

Estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA acerca das responsabilidades familiares de homens e mulheres no ano de 2010 corrobora a persistente assimetria de gênero nos afazeres domésticos. De acordo com a pesquisa, o tempo que as mulheres empenham nessas atividades é significativamente maior que aquele dedicado pelos homens, independentemente da escolaridade, da renda ou condição na família (chefe ou cônjuge).

Confirmando as análises de Wainerman (2002) acerca dos cuidados com os filhos, a pesquisa realizada pelo IPEA (2010) revelou que tanto os homens quanto as mulheres despendem mais tempo com os afazeres domésticos quando as famílias possuem filhos menores, entretanto, as assimetrias continuam significativas.

Fato interessante que entre os anos de 2001 a 2008 percebeu-se uma tendência de diminuição no tempo dedicado aos afazeres domésticos por ambos os sexos nas diferentes faixas etárias e nos diferentes tipos de família (IPEA, 2010). Nesse período foi maior a queda do tempo para as mulheres, o que se pode pensar que houve uma maior paridade. Porém, essa hipótese é descartada quando

se compreende que o tempo para eles também reduziu. Na realidade, presume-se que essa redução generalizada se sucedeu devido a um maior acesso da população a bens e serviços (como eletrodomésticos e água), além de poder ser relacionada a uma redução do número de filhos.

Outra análise relevante se refere à geração dos casais. É possível presumir que a assimetria nas responsabilidades pelo trabalho doméstico tenderia a reduzir entre os casais mais jovens, que cresceram em uma conjuntura diferenciada no que diz respeito à maior presença das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, os dados apontados pelo IPEA (2010) indicam uma permanência das convenções de gênero.

No ano de 2008, as mulheres de 18 a 24 anos chefes ou cônjuges em famílias de casais com crianças de até 14 anos empenhavam 29,9 horas por semana com os afazeres domésticos, enquanto que homens nessas famílias, na mesma faixa etária, dedicavam 9,2 horas semanais.

Quando analisados os casais constituídos por pessoas idosas, percebe-se que embora dediquem mais tempo aos afazeres domésticos do que os jovens, essa disparidade tende a diminuir quando analisada a diferença entre os sexos. No ano de 2008 as mulheres com idade igual ou superior a 60 anos gastavam 33,4 horas semanais com os afazeres domésticos, enquanto que os homens idosos, 12,1 horas.

Assim, esses dados do IPEA (2010) contrariam Norris e Inglehart (2003 apud ARAÚJO e SCALON, 2005) em que defendem que a modernização das sociedades acarretaria o enfraquecimento dos tradicionais papéis baseados no gênero. Para eles, as mulheres tenderiam a ser mais abertas à igualdade de gênero do que os homens.

De qualquer modo, Araújo e Scalon (op. cit.) fundamentadas nesses autores revelam que a cultura se manifesta como um importante fator para pensar as mudanças e recorrências nas dinâmicas que envolvem as relações de gênero. Segundo as autoras, a desigualdade/igualdade de gênero diversifica sistematicamente de acordo com o estágio de desenvolvimento político e socioeconômico e padrões religiosos e culturais de uma dada sociedade.

Desta forma, foi possível compreender que no Brasil a legislação quanto à garantia de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, assim como, o respeito aos seus direitos é bastante evoluída. Entretanto, como sinalizado por

Goldani (2000), isto não é suficiente em matéria de representações sociais e práticas que permanecem acerca das atribuições de homens e mulheres. Ou seja, de acordo com a autora, a igualdade de oportunidades é algo mais complexo e envolve aspectos culturais, raciais e de classe social.

Apreende-se, por meio de Cardoso (2018), que a mulher é duplamente explorada, seja no âmbito privado, como já demonstrado, como no âmbito público, uma vez que a trabalhadora assalariada, em geral, é obrigada a aceitar menores salários. Infere-se que a mulher é ainda mais discriminada, explorada e desrespeitada quando negra e pobre, pois se encontra excluída de vários setores, entre eles, o mercado de trabalho, e não acessa – incluindo seus dependentes – diversos serviços públicos referentes à saúde, moradia e lazer, por exemplo.

Dessa forma, constata-se que a opressão não é somente classista, mas também de gênero. Demonstrando, assim, que a posição da mulher, tanto na sociedade como na família, desde a colonização até a atualidade, revela que a família patriarcal foi uma das principais marcas da organização social brasileira e se reatualiza em novas roupagens, que acabam por perpassar as relações familiares na contemporaneidade (CARDOSO, op. cit.).

Assim, compreende-se que a maioria das mulheres continua sendo reconhecida apenas como mães e esposas, e, por isso, permanecem sendo naturalizados os seus cuidados aos familiares e encargos domésticos, ao passo que grande parte dos homens permanecem a ser vistos como não responsáveis pelas mesmas tarefas. Assim, por elas estarem mais tempo desempenhando trabalhos – remunerados ou não – têm menos tempo para si, mas, acima de tudo, possuem menos tempo para a formação e participação política, que como demonstrado por Lisboa e Manfrini (2005), é a primeira iniciativa para a conquista da cidadania.

De acordo com esses autores, as mulheres por muito tempo foram excluídas da cidadania não apenas devido aos interesses familiares, mas também pela sua diferença em relação aos “iguais”, os homens. A imagem simbólica de mulheres como mães e esposas altruístas foi construída como não-cidadã, pois sua função estava designada a ser principalmente familiar, fazendo com que elas tenham uma condição de cidadania fragilizada.

Como indicado por Carloto e Mariano (2008) e Cardoso (2018), a concepção de acesso aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, por exemplo, não se dá pela condição de cidadania, de ser cidadã que não

possui condições mínimas de sobrevivência. Nos processos de gestão, operacionalização dos serviços, programas e projetos, a centralidade não está na família, mas sim na mulher-mãe.

Está subentendida a contrapartida de tarefas, o reforço que os cuidados devem ser desempenhados por elas, o que alude à família nuclear burguesa e à tradicional divisão sexual do trabalho, expresso na responsabilidade pelo cumprimento de condicionalidades relativas à saúde e à educação da prole. Sendo assim, não atenuando as expectativas das políticas sociais em relação à idealização das famílias, quando o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) define que “família é o núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão” (MDS, 2006, p. 27).

Ou seja, essa concepção, como apresentada por Carloto e Mariano (2008), ao representar somente uma das facetas, a da harmonia, oculta situações onde há conflitos, e até mesmo a violência, naturalizando e idealizando, assim, as famílias. Além, de estereotipar os papéis de gênero, sobretudo, referentes à mulher.

Assim sendo, busca-se nesse trabalho corroborar que a igualdade de gênero implica em que as mulheres detenham poder suficiente para que, assim como e juntamente com os homens, afirmem seus valores específicos, modos de vida, concepções de mundo e interesses próprios. Questionando, desta forma, a legitimidade do patriarcalismo ao refletir acerca da sociedade, das normas, das carências e do Estado, como sinalizado por Lisboa e Manfrini (2005) e Goldani (2000).

3.3.

Cuidar do idoso: Afinal, de quem é a responsabilidade?

Como pode-se compreender, nos últimos anos houve uma maior abertura e ampliação da concepção do que é família. Entretanto, as expectativas sociais relacionadas ao seu papel e às suas responsabilidades enquanto um grupo de proteção e cuidados aos indivíduos ainda prevalecem.

Autores, dentre eles Carloto e Mariano (2008) e Cardoso (2018), demonstram que um mesmo padrão de funcionalidade é esperado das famílias,

não considerando o lugar em que estão localizadas na linha de estratificação social, e sobre as mulheres é recaído um papel como principal elemento provocador de mudanças, e, assim, possui uma importante e ativa função na configuração de uma “boa família”.

Desta forma, sinalizando o cunho familista da política social brasileira, no qual defende a concepção de que as famílias devem assumir a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros devido à sua capacidade imanente de cuidado e proteção. Nessa compreensão, haveria dois meios “naturais” para atender às necessidades dos cidadãos – o mercado (via trabalho) e a família. Apenas quando esses canais falham, e a família é vista como incapaz, é que o Estado deve intervir, e de forma temporária (MIOTO, 2003; 2008; MIOTO e PRÁ, 2012).

Quando analisada a realidade de milhares de famílias brasileiras, dados da pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais” realizada pelo IBGE revelam que 54,8 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza, isto é, 1/4 da população nacional tem renda domiciliar por pessoa inferior a R\$ 406 por mês (NEVES, 2019).

Dessa forma, se compreende que essa concepção na qual reafirma o compromisso do Estado de intervir de modo temporário e paliativo, e o reconhecimento das famílias como desajustadas, desestruturadas, capazes ou incapazes, não admitindo as suas próprias necessidades de cuidados e proteção como pré-requisito para que possam assistir seus idosos expressa total descontextualização e moralização da abordagem. Assim, pode-se pensar: como idealizar os cuidados oferecidos pelas famílias quando grande parte delas não tem acesso aos suportes oferecidos pelo Estado?

De acordo com Miotto (2008), os deslocamentos das demarcações entre o público e o privado têm se posto permanentemente. De acordo com a autora, o surgimento do Estado é contemporâneo ao nascimento da família moderna, compreendida como espaço privado e lugar dos afetos. Entretanto, isso não significou somente uma separação de esferas. Relacionou-se também a um estabelecimento de uma relação entre eles, até hoje contraditória e conflituosa.

Pode-se compreender que desde o princípio essa relação se instaurou conflituosa. Caráter este por estar menos relacionado aos indivíduos e mais à disputa do controle sobre o comportamento dos sujeitos. Assim, essa relação pode ser tomada por dois ângulos. Um que se firma como uma questão de controle do

Estado sobre a vida familiar e individual, e o outro que se estabelece possibilitando a progressiva emancipação dos indivíduos, pois ao passo que o Estado intervém enquanto protetor, assegura direitos e faz frente a outras instituições de poderes tradicionais, como a própria família (MIOTO, 2008; 2018).

Apesar de, de um modo geral, ao longo da história as famílias brasileiras serem encarregadas do sustento material, afetivo e/ou econômico dos seus membros mais velhos, por meio de autores, como Pereira-Pereira (2008) e Gutierrez e Minayo (2010), é possível apreender que a relação entre cuidados e famílias se constituiu como um fenômeno complexo e que não se manteve linear durante os anos.

Mas ao contrário, essas autoras apontam que essa relação tem variado ao longo do tempo, e se pode pensar em dois momentos historicamente marcados que demonstram uma “flutuação” na relação entre essas duas categorias: no decorrer do Estado de Bem-Estar Social e durante o período vigente de Estado Mínimo.

Constatou-se que com a instauração do modelo de Estado de Bem-Estar Social há um explícito reconhecimento da responsabilidade coletiva no enfrentamento das necessidades familiares e individuais. Ou seja, como demonstra Mioto (2008), neste momento é compreendido que nenhum indivíduo é totalmente autossuficiente e o bem-estar depende da segurança em relação ao futuro e das situações críticas da vida e da possibilidade de dispor de uma rede que assegure a sua reprodução social, biológica e cotidiana.

Portanto, durante esse momento, parte das funções familiares relacionadas ao cuidado deveriam ser exercidas por outras instituições sociais, salientando o ‘dever do Estado’. Contudo, sabe-se, por meio de Pereira-Pereira (2008), que comparando o suposto modelo consistente e coerente de bem-estar implementado em países desenvolvidos³⁴, constata-se que na América Latina,

³⁴ De acordo com Esping-Andersen (1999 apud CARDOSO, 2018), apenas a Suécia e a Dinamarca se configuraram como os países de bem-estar social com maior grau de “desfamiliarização”, no fim dos anos 1960, e no começo dos anos 1970, a Noruega, a Finlândia, a Bélgica e a França. Esses países foram pioneiros em ampliar os serviços para a família ao oferecem serviços para tornar seus membros independentes, sobretudo as mulheres, à medida que propiciaram sua independência econômica e a redução do tempo empenhado exclusivamente aos cuidados da família.

mais especificamente, no Brasil, nunca se concretizou de fato um Estado de Bem-Estar.

Inferese que o modelo de Bem-Estar Social no país foi caracterizado pela não universalidade plena e programas e políticas sociais de caráter assistencialistas. Isto posto, como as políticas de famílias se firmam impregnadas de particularidades culturais, pode-se considerar uma “política de família à brasileira”, e reconhecer seus principais traços, até porque, como sinaliza a autora, “a não-ação governamental não deixa de ser uma atitude política” (PEREIRA-PEREIRA, 2008, p.28).

Desta forma, compreende-se que no país a instituição familiar sempre integrou os arranjos de proteção social. Porém, como alertado por Saraceno (1995 apud PEREIRA-PEREIRA, op. cit.), não é próprio conceituar esta questão como uma característica nacional, uma vez que todos os Estados de Bem-Estar se fundamentaram em um modelo familiar em que as formas de proteção eram garantidas por dois meios, sendo eles, a participação, sobretudo masculina, no mercado de trabalho, e a outra participação, principalmente feminina, nas atividades de apoio aos necessitados e nas tarefas domésticas não remuneradas.

Ou seja, a família, por meio das divisões de responsabilidades entre gênero e gerações, se instituiu como uma das importantes sustentações do Estado de Bem-Estar. Não sem motivo, como revelado por Mito (2008), que o modelo de solidariedade familiar não é apenas executado de fato, mas instaura-se como uma solidariedade familiar obrigada por lei, como percebe em diversos artigos, a citar, o artigo 226 da Constituição de 1988 e o artigo 3º do Estatuto do Idoso que firmam o dever da família em assistir seus idosos.

Inferindo, desta forma, que os governos sempre se favoreceram da participação da família no provimento de bem-estar de seus idosos. Assim, confere-se que as políticas públicas brasileiras foram influenciadas por uma relação tradicional entre Estado e sociedade, que requer desta autoproteção. Confirmando, portanto, a dificuldade de defender a materialização de uma política de família no Brasil (PEREIRA-PEREIRA, 2008).

Com o advento do colapso da econômica mundial, e, assim, com a crise do Estado de Bem-Estar, nos fins dos anos 1970, tal paradoxo referente às famílias se intensifica, uma vez que ao passo que a confirma como meio fundamental para a construção da sociabilidade e preservação do tecido social,

simultaneamente passa a ser requerida como um indispensável agente privado de proteção social e assume papel crescentemente substitutivo do sistema de direitos sociais.

Assim, embora não estando evidente nesse momento “quem” na sociedade deveria se incumbir dessas responsabilidades, meios de comprometer a família foram instituídos. Desta forma, em oposição ao conceito de Estado Social, haveria hoje uma sociedade providência, e o pluralismo de bem-estar contemporâneo não diz respeito a quem poderia fazer melhor, mas, acima de tudo, é uma estratégia de esvaziamento da política social como direito de cidadania (PEREIRA-PEREIRA, 2008).

Pereira-Pereira (2008) distingue duas concepções de pluralismo. De acordo com a autora, o pluralismo liberal consiste na transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil por meio, principalmente, da privatização. Nessa perspectiva, há a restrição ou destituição dos direitos sociais conquistados e prevê a aplicação do modelo residual de políticas públicas.

Já o pluralismo coletivista pressupõe a participação da sociedade, mas não necessariamente sem a presença do Estado na provisão social. Essa concepção fundamenta-se no modelo institucional de políticas públicas baseadas no princípio da universalidade, além de visar à manutenção e extensão dos direitos. Assim, teoricamente não sobrecarrega as famílias, já que as políticas sociais ofereceriam suportes a elas.

Infelizmente, infere-se, desta forma, que apesar de o número de idosos brasileiros, sobretudo, os mais idosos, crescer exponencialmente nos últimos anos, e estes requererem maiores cuidados, as famílias são cada vez mais delegadas para os sustentarem, mesmo que não possuam condições físicas, emocionais e econômicas de oferecer apoio a eles. Ao passo que o Estado tem se eximido de sua função de garantidor de direitos, e reduzido suas atividades de proteção social, principalmente no momento neoliberal em que a reforma do Estado se fundamenta gradativamente na sua contabilidade como elemento primordial.

Desta forma, no que consiste de fato o neoliberalismo, quais são as suas premissas, objetivos e compromissos? Em que medida influencia nas dinâmicas e relações familiares, assim como, na possibilidade e nos desafios da responsabilização das famílias no cuidado à pessoa idosa?

3.3.1.

Os desafios de cuidar de um idoso no atual contexto neoliberal

Na busca de uma definição unívoca do que seja o neoliberalismo, se pode apreender que muitos são os limites que se revelam para essa fixação, a começar por considerar que são muitos e diversos os modos de neoliberalismo. De todo modo, a partir de Draibe (1993), se pode entender que o neoliberalismo não constitui de fato um corpo teórico específico que se pode diferenciá-lo de outras correntes.

De acordo com a autora, é uma ideologia dominante que, sobretudo, é formada por propostas práticas e, no plano conceitual, reproduz concepções “emprestadas” do liberalismo, porém incluindo proposições próximas de um darwinismo social e do conservadorismo político.

Além disso, se constata que há outras duas razões que dificultam a sua definição, sendo elas: I) principalmente no que se refere às responsabilidades públicas e estatais, se observa que as proposições neoliberais se modificam ao longo do tempo; II) há uma apropriação de ideários democratas por parte dos neoliberais. Ou seja, algumas das concepções referendadas a estes não são, realmente, características inatas a essa tendência.

Isto posto, o neoliberalismo possui como principais características a defesa do Mercado sobre o Estado; do indivíduo sobre o coletivo. Para essa corrente ideológica, o Estado deve ser mínimo, isto é, compreendido como aquele que não deve intervir no livre jogo dos agentes econômicos. Assim sendo, a essência desse pensamento fundamenta-se na defesa do livre curso do mercado e o Estado mínimo como pressuposto para a democracia (RIZZOTTO, 2009).

De acordo com Théret (1990 apud DRAIBE, 1993), o neoliberalismo se constitui como um sistema de recomendações práticas para a gestão pública. Assim, pode se inferir, primordialmente, que é um discurso direcionado a governos e reformas do Estado que tem como premissa regras práticas de ação, e cujas palavras de ordem se centram, essencialmente, em: modernidade, eficiência e flexibilidade.

Ao buscar respostas rápidas, as ideias neoliberais integram uma “cultura de solução de problemas”, segundo Schneider (1989), e como sinalizada por

Draibe (1993), a ideologia neoliberal propõe uma cultura política despolitizada. Entretanto, despolitizada apenas na aparência, como pode se observar abaixo:

[...] É bom ter prioridades. É ruim exigir programas. Precisamos de parcerias, não de governo forte. Falem de necessidades nacionais, não de interesses especiais. Exijam crescimento, não distribuição. Acima de tudo, tratem do futuro. Repudiem o passado. Ao cabo de pouco tempo as ideias neoliberais começam a soar como combinações aleatórias de palavras mágicas. (SCHNEIDER, 1989 apud DRAIBE, 1993, p.89)

Assim sendo, quando o Estado mínimo é defendido ao máximo, quando essa ideologia tem por proposta o ataque a universalidade do acesso aos direitos sociais, ao propor reformas de programas sociais e ao se eximir da sua responsabilidade social, é insustentável o ideal de “despolitização”, já que são claros os compromissos do Estado não com a classe trabalhadora, mas sim em atender a classe dominante.

No Brasil, esse processo se iniciou no governo de Fernando Collor de Mello, em 1989, e se aprofundou nas décadas de 1990 e 2000. Foi introduzido ao ser relacionado ao discurso da urgência de modernização do país, que teve como objetivo a privatização das empresas estatais e políticas sociais focalizadas.

Desta forma, a partir desse período, a privatização dos serviços públicos passa a se manifestar de múltiplas formas, sendo dentre elas, a redução de serviços públicos encaminhando a demanda para o setor privado, o financiamento público de serviços privados, como tickets e vales, e a transferência para a propriedade privada de estabelecimentos públicos. Ações que são justificadas pela crise econômica que aflige o Estado.

Para os liberais, os gastos públicos com programas sociais ocasionam diversos males, como por exemplo, a inflação, o desestímulo ao estudo e ao trabalho, a criminalização, a ampliação do déficit público e até mesmo a destruição da família. Segundo eles, já que o sistema de políticas sociais é a razão da crise econômica, deve-se priorizar os cortes de financiamentos e a desativação de programas sociais públicos. Portanto, como assinalado por Rizzotto (2009), seria preciso que as sociedades consentissem uma redefinição das responsabilidades do Estado.

A ação do Estado, assim sendo, deve limitar-se, apenas quando necessário, a programas assistenciais de forma a complementar o que os indivíduos não puderam solucionar via recursos familiares ou mercado. De acordo

com Draibe (1993), esse ideário ao criticar os modelos tuteladores sugerem que haveria uma maior ampliação da liberdade tanto dos sujeitos quanto das famílias em buscarem alternativas de serviços sociais que melhor lhes atendam, principalmente, no que tange aos “serviços sociais pessoais”.

Para o pensamento neoliberal, as políticas sociais não são compreendidas como direitos, mas como modo de assistir aos mais necessitados. Além disso, por meio de Rizzotto (2009), permite-se apreender que apesar das ofensivas às políticas sociais terem sido lineares ao atingir países tanto que conseguem construir um Estado de Bem-Estar-Social quanto aos países periféricos, é certo que para estes que alcançaram apenas um esboço de proteção social, houve um maior desmonte nos sistemas de proteção social.

Desse modo, é nesse tocante que as premissas do neoliberalismo esbarram diretamente no cuidado e proteção à pessoa idosa, uma vez que o argumento de que os indivíduos e famílias estariam livres para optarem pela forma, tipo e prioridades “comprando-os de quem melhor vender” (DRAIBE, 1993, p. 95) vem encontrando maior terreno. Reafirmando, desta maneira, o cunho familista da política social brasileira.

Assim, nessa última década, com o avanço da agenda de reformas de premissas neoliberais, o que observa é a defesa de um projeto de privatização que vai incidir na seguridade social, e, conseqüentemente, nas políticas referentes às pessoas idosas e às famílias. Na assistência, de acordo com Pereira-Pereira (2008), se sucede a ampliação de programas focalizados, o assistencialismo e a ênfase em parcerias, sendo devolvidos à sociedade civil e à família a responsabilização pela saúde, educação e segurança antes de responsabilidade do Estado.

Problemática que atravancará o acesso universal a direitos básicos por esses sujeitos. Desta forma, o que se observa na atualidade é que essa responsabilização sob as famílias é ainda mais agravante quando se pensa que a maioria delas não pode custear esses serviços, sobretudo, os de saúde relacionados ao segmento idoso, sendo vistas, desse modo, muitas vezes como negligentes.

Desta forma, o neoliberalismo impõe limites para a efetivação da Seguridade Social, que representou, com a Constituição de 1988, um dos maiores avanços no que tange à proteção social. A Seguridade Social é composta pelo tripé Saúde, Assistência Social e Previdência Social, e no atual contexto brasileiro, parece-nos que os seus princípios de universalização, direito social e

dever do Estado, assim como, o estatuto de política pública à assistência social é cada vez mais ameaçado.

Os direitos previstos no artigo 6º da Constituição, como, saúde, educação, trabalho, previdência, moradia, segurança, lazer e assistência social – direitos que constituem o conceito de seguridade social – são resultados de disputas políticas, e as políticas sociais decorrente das lutas e conquistas das classes trabalhadoras, que embora assumam caráter contraditório³⁵, são fundamentais para garantir condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores.

Posto isto, embora compreenda-se que houve, a partir da Constituição de 1988, significativos avanços, sobretudo, no que se refere à saúde³⁶, com as derrotas sofridas pelo projeto de Democracia de Massas³⁷, durante a década de 1990, consolida-se uma concepção política relacionada aos interesses das classes dominantes no processo de enfrentamento da crise brasileira, a partir de proposições de contrarreformas de cunho neoliberal, cujas estratégias se manifestaram, principalmente, na crítica das conquistas sociais da Constituição.

Desta forma, revela-se cada vez mais um processo de privatização, com a constante mercantilização da previdência através da Reforma da Previdência posta no bojo da Reforma do Estado, da saúde por meio da defesa do SUS apenas para os mais pobres e ampliação de um assistencialismo com a forte ampliação da atuação do setor privado no âmbito das políticas sociais, além da centralidade da

³⁵ Confere-se um caráter contraditório às políticas sociais, uma vez que incorporam as demandas do trabalho simultaneamente que impõem limites, mesmo que parciais, à economia política do capital. Nessa concepção, ao assegurar direitos sociais, as políticas sociais podem possibilitar melhores condições de vida e trabalho à classe trabalhadora, ainda que não consigam modificar estruturalmente o capitalismo. Assim sendo, a perspectiva de seguridade social pautada no projeto ético-político do Serviço Social é gerada como constituinte de uma agenda estratégica da luta pela democracia no país, e objetiva a construção de uma sociedade igualitária. Portanto, deve ser compreendida não como um fim, mas como uma transição a um padrão de civilidade, que inicia pela garantia de direitos no capitalismo, porém que não se encerra nele. Para maiores detalhes, ver CFESS (2010).

³⁶ Avanços, principalmente, no que tange a instauração do Sistema Único de Saúde (SUS), integrante da Seguridade Social e uma das proposições do Projeto de Reforma Sanitária. Tem por premissa fundamental a defesa da saúde como direitos de todos e dever do Estado, garantindo, assim, dentre outras proposições, a universalização e a interdisciplinaridade das ações, a democratização do acesso e das informações e o controle social.

³⁷ De acordo com Netto (1990), nas eleições presidenciais de 1988 há uma disputa entre dois projetos societários, sendo eles, a Democracia de Massas e a Democracia Restrita. Aquele pretende articular a democracia representativa com a democracia direta e atribui ao Estado a responsabilidade de construir respostas às expressões da questão social, enquanto que este, sob a concepção de Estado Mínimo, restringe os direitos sociais e políticos, tendo por meta o enxugamento do Estado e a substituição das lutas coletivas por lutas corporativistas. Para melhor compreender, ver CFESS (2010).

família, especialmente na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que tem como princípio a matricialidade sociofamiliar (CFESS, 2010).

Essa centralidade abarca desde a concepção da família como sujeito da proteção social, como usuárias dos serviços, benefícios, projetos e programas, como também a considera como sujeito a oferecer proteção social, com ações de educação, capacitação e potencialização para funções protetivas (CARDOSO, 2018).

Nessa lógica, de acordo com CFESS (2010), são dadas ênfases aos programas focalizados que fortalecem a consolidação do projeto voltado para o mercado, como, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e o Programa de Saúde da Família (PSF). Além dos programas que objetivam a utilização de cuidadores informais domiciliares com o objetivo de minimizar os custos das ações básicas repassando às famílias a responsabilidade do cuidado ao idoso.

3.3.2.

O Programa Melhor em Casa

De acordo com Miotto (2018), pode-se compreender que a responsabilização das famílias se constitui como um longo processo que se instaura em uma determinada sociedade quando ela analisa e promove certas configurações familiares, autoriza a sua função e confere responsabilidades. Assim, por meio dessas atribuições passa a ser admissível as culpabilizar, penalizar e desautorizar pelos seus fracassos, podendo resultar na judicialização das relações sociais.

Processos de judicialização que se fundamentam em uma leitura criminalizadora, e que não compreendem os conflitos interpessoais e as complexidades que permeiam essas dinâmicas, como a obrigação dispendiosa de cuidar do outro sem ao menos o apoio apropriado e continuado.

Desta forma, constata-se que no atual contexto neoliberal há uma naturalizada desresponsabilização do Estado quanto a proteção e cuidado ao idoso, traduzida por Debert (2002 apud SANTOS e RIFIOTIS, 2006), como “reprivatização do cuidado”, na qual essa tarefa é desinstitucionalizada e retornada ao contexto domiciliar.

De acordo com a autora, “tudo se passa como se houvesse uma redescoberta da dimensão afetiva, uma revalorização das relações domésticas (...)” (SANTOS e RIFIOTIS, op. cit., p.106). Assim, ao converter a velhice em uma questão individual, corre-se o risco de ocultá-la como uma preocupação social.

Infere-se que as políticas públicas específicas a este grupo populacional se fixam a partir da concepção de que estes não possuem renda – por não participarem do processo produtivo – e apresentariam incapacidades mentais e/ou físicas devido à idade. Fundamentando-se na imagem equivocada de uma velhice homogênea, incapacitada e doente que necessita ser cuidada por um Estado “potente” e por uma família “cheia de gratidão” (GIACOMIN e COUTO, 2013).

Como alertado por Santos e Rifiotis (2006), é necessário considerar que o cuidado como caráter público nunca de fato chegou a ser realidade no Brasil. Assim sendo, enquanto que se estabelecem normativas jurídicas que favorecem a desfamiliarização do sustento do idoso³⁸, em contrapartida, reafirmam-se leis referentes à obrigatoriedade da solidariedade familiar, que, como analisada por Mioto (2018), se contrapõe tanto à lógica de direitos de cidadania como às características que as relações familiares assumem na atualidade.

De acordo com Mioto (op. cit.), os serviços modulam diferentes níveis de exigências para as famílias. De acordo com a autora, é justamente isso que demonstra o caráter contraditório dessa relação, pois simultaneamente são organizados para aliviar tarefas da família e demandam trabalho e obrigações. Considera-se essa questão ainda mais problemática quando se pensa na questão da desigualdade social, uma vez que as famílias ao não possuírem as mesmas condições, o seu acesso aos serviços também se dá de maneira desigual.

Desta forma, se a Constituição no artigo 230 afirma que o amparo aos idosos é dever da família, da sociedade e do Estado, parece-nos que há uma preferência para que esses programas de cuidado sejam realizados em seus lares, como o Programa Melhor em Casa lançado em outubro de 2011, mesmo transcorridos 23 anos de promulgação da Constituição de 1988.

Esse Programa tem como proposta a assistência multiprofissional gratuita em domicílio com cuidados mais próximos da família, no atendimento de idosos,

³⁸ Embora, como previsto pela LOAS no seu artigo 2º que “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao adulto maior que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”, reafirma que o benefício só deve ser concedido mediante a incapacidade da família, e não como um direito ao idoso.

peças com necessidades de reabilitação motora, situação pós-cirúrgica ou pacientes crônicos sem agravamento. Segundo o Ministério da Saúde, o Programa apresenta como principal benefício o atendimento humanizado em casa aliado ao “carinho e a atenção familiar”, no qual re(coloca) “o usuário no lugar mais de *sujeito* do processo e menos de *objeto* de intervenção” (MS, 2012, s/p).

Além disso, o Programa assegura a diminuição dos riscos de contaminação e infecções hospitalares e redução na ocupação de leitos hospitalares. De acordo com o Ministério da Saúde, haveria uma economia de até 80% nos custos de um paciente se o tratamento for realizado em sua própria residência.

Como fixado pela Portaria n. 2.527 de 2011, o foco central desse projeto são os cuidadores, e das nove atribuições previstas, seis delas se referem ao seu preparo, como, por exemplo, receber treinamento pela equipe multiprofissional ao serem envolvidos na realização dos cuidados, abordar o cuidador como sujeito do processo e executor das ações, promover treinamento pré e pós-desospitalização para os familiares e elaborar reuniões para os cuidadores.

Isto posto, como demarcado por Miotto e Prá (2012), programas como esse evidenciam a intensificação da responsabilidade familiar na provisão do bem-estar e indicam, assim, um atual desmonte da lógica dos direitos sociais. De acordo com as autoras, tal orientação pode ser ilustrada ainda nos anos 1990 com um comentário do então Ministro José Serra ao encerrar as atividades de uma clínica de velhos: “[...] quem eram os idosos que estavam lá? Doentes? A maioria não. A maioria era de rejeitados pelas famílias, que crescentemente jogam para cima do Governo o que no passado era seu encargo, sua responsabilidade”.

No cenário dos serviços de saúde, sob o preceito da humanização do Ministério da Saúde, a família passa a ser cada vez mais requerida tanto como sujeito fundamental no processo de cuidado quanto a ser objeto de cuidado – sendo esta uma assertiva. Assim, de acordo com as autoras, são articuladas diferentes estratégias de transferência ou imposição dos custos, seja de ordem emocional ou financeira, do cuidado às famílias. Para mais, esses programas reforçam a focalização e a seletividade num movimento de crescente mercantilização no atendimento às necessidades humanas.

Desta forma, compreende-se que o Estado adquire lugar central não apenas por ser regulador da vida familiar, mas também por delegar

responsabilidades entre as diferentes instâncias de provisão de bem-estar ao idoso, o que passa a ocasionar, como indicado por Prá e Schmidt (2018), a banalização da relação entre os sujeitos e a perda da perspectiva dos direitos dos usuários.

Principalmente quando se pensa que apesar de a política de assistência social assegurar a oferta de suporte para que as famílias desempenhem suas funções de proteção social, na realidade o que se constata é que o suporte direcionado a elas, por parte do Estado, ainda se constitui como uma rede de serviços muito frágil, uma vez que, segundo Carvalho (2018), o orçamento da assistência social para os serviços não alcança nem 10% do seu total.

Para mais, Mito (2018) afirma que na atualidade há uma cultura dos serviços na qual é defendido que os recursos destinados às famílias, através de serviços assistenciais, podem ser perigosos para a sua integridade, pois ao passo que os serviços assumem o cuidado dos idosos, eles podem contribuir para a desresponsabilização da família em relação a seus membros.

Não considerando, portanto, a hipótese de que a desfamiliarização dos diversos encargos delegados às famílias, sobretudo à mulher, pode ser fundamental para a preservação da convivência e do bem-estar entre os membros familiares.

Assim sendo, tendo em vista que quase ausentes são as modificações que as instituições fazem para atender às demandas familiares, e sobre elas ainda recaem as obrigações, sem o apoio e o preparo adequado, para cuidar e proteger os seus idosos, cabe pensar quais são os sentidos atribuídos por esses cuidadores nessas dinâmicas e relações familiares.

4.

Sentidos atribuídos às práticas de cuidado ao idoso em dinâmicas familiares de profissionais do CREAS Maria Lina de Castro Lima

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo³⁹, que tem por objetivo analisar os sentidos atribuídos por profissionais do CREAS Maria Lina de Castro Lima acerca das suas dinâmicas familiares nos cuidados cotidianos ao familiar idoso. Para analisarmos esses resultados, nos fundamentaremos nas referências teóricas discutidas nos capítulos anteriores, e o texto a seguir será disposto, primeiramente, indicando o caminho metodológico adotado para a construção e desenvolvimento da pesquisa, para assim, analisarmos e expormos os resultados.

Contudo, cabe antes fixar, a partir de Araújo (2019) baseada em Valladares (2005), que as produções acadêmicas são historicamente datadas, pois sempre são elaboradas em um contexto específico e a partir de um ponto de vista. Dessa forma, devemos reforçar, fundamentados em Minayo (1992), que o resultado final da análise da pesquisa não deve ser compreendido como finalizado, mas de modo aproximativo, uma vez que de acordo com Gomes (1994), as afirmações podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras.

4.1.

Percurso metodológico

De acordo com Minayo (1994), a metodologia é o rumo do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Desse modo, pode compreendê-la como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. Desta forma, se considera que a teoria e a metodologia não se excluem, mas ao contrário, se complementam.

³⁹ Minayo (1992) indica que o campo de pesquisa pode ser compreendido como um recorte que o pesquisador realiza em termos de espaço, representando uma realidade empírica ao ser investigada a partir das fundamentações teóricas que embasam o objeto da investigação.

Para mais, em conformidade com a autora (op. cit.), ainda que a pesquisa seja uma prática teórica, revela-se intimamente relacionada à realidade, já que as questões abordadas neste estudo apenas concretizam-se intelectualmente como problemáticas, uma vez que se constituíram primeiramente como questões do fenômeno do vivido. Isto é, as razões e objetivos da pesquisa se manifestam na vida cotidiana.

Assim sendo, é preciso estabelecer que esta pesquisa desenvolver-se-á por moldes qualitativos. Isto é, de acordo com Gomes et al. (2007), esse método de pesquisa pode ser compreendido por práticas interpretativas que consideram os sentidos que os sujeitos conferem aos fenômenos e ao conjunto das relações em que eles estão inseridos.

Por meio de Flick (2009) se concebe que a decisão por este molde deve ser pautada, sobretudo, na pergunta que conduzirá a reflexão acerca do objeto de estudo. Pergunta essa que foi: “Para você como é cuidar de uma pessoa idosa?”.

Em Araújo (2019), apoiada em Minayo (2013), encontra-se que o objeto das pesquisas desse tipo é o universo das relações, das representações e da intencionalidade. Os estudos adentram de tal modo no mundo dos significados, em um nível de realidade e subjetividade, que não pode ser mensurado por números.

Portanto, não buscamos analisar a quantificação, mas, principalmente, as particularidades dessas realidades, já que, de acordo com Flick (2009), nos estudos das relações sociais a pesquisa qualitativa é de especial relevância devido à pluralização das esferas da vida.

Assim, de acordo com Minayo (1994), os principais objetos de investigação devem ser as informações diretamente construídas no diálogo com o entrevistado e as próprias reflexões do sujeito acerca da realidade que vivencia. Segundo a autora, as maneiras de pensar, as crenças, os sentimentos, as condutas, as projeções para o futuro e comportamentos, por exemplo, constituem algumas das representações da realidade.

A análise ao considerar os sentidos que os sujeitos atribuem às relações nas quais estão inseridos, terá como referência princípios hermenêuticos-dialéticos que podem ser compreendidos, como apresentado a seguir, por Gomes et al. (2007, p. 566):

Tal abordagem se ancora na hermenêutica-dialética, que articula uma atitude hermenêutica (voltada para o sentido do que é consensual, da mediação e do acordo) e um posicionamento dialético (orientado para a diferença, o contraste, o dissenso, a ruptura de sentido). (GOMES et al., 2007, p. 566).

Por meio da conjunção da hermenêutica com a dialética, é possível compreender as falas dos sujeitos como decorrência de um processo social (trabalho e dominação) e de conhecimento (expresso em linguagem), sendo eles produtos de múltiplas determinações, porém com sentidos específicos (MINAYO, 1994).

Destarte, essa pesquisa ao buscar analisar de modo aprofundado a fala dos sujeitos da pesquisa, e, desse modo, interpretar de forma aproximada a realidade, deve-se considerar com atenção o contexto, e, assim, os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais nos quais esses indivíduos estão inseridos.

Tendo em vista as complexidades que atravessam as dinâmicas familiares, e que em distintos contextos sociais assumem diferentes perspectivas a partir dos atores envolvidos, como já assinalado, a pesquisa se fundamentará a partir do método de interpretação de sentidos, no qual as falas dos sujeitos sociais adquirem centralidade na análise à medida que devem ser compreendidas em seu contexto.

Cabe ressaltar que a decisão por esse método de pesquisa guarda bastante relação com minha inserção e participação no Grupo de Pesquisa do CNPq “Famílias, Violência e Políticas Públicas”⁴⁰, em que os demais pesquisadores com interesses teóricos-metodológicos complementares contribuem ativamente com a pesquisa em tela ao promoverem leituras e discussões que facilitam o aprofundamento do estudo acerca dos cuidados de longa duração em família ao abordarem temas abrangentes, porém imbricados.

Além disso, julga-se necessário indicar as relevantes contribuições de publicações, teses e dissertações produzidas no âmbito desse grupo de pesquisa, uma vez que por meio delas foi possível problematizar as dimensões conceituais e práticas do cuidado a partir de abordagem crítica das famílias como instâncias naturais de cuidados (OLIVEIRA, 2017), tentativas de conceituação de cuidado

⁴⁰ Grupo de pesquisa constituído por pesquisadores que possuem como áreas de interesses temas como famílias, cuidados, violências e políticas públicas, cujos encontros são realizados mensalmente no Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob liderança do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira.

como categoria de análise no âmbito das ciências sociais e humanas (KEHDI, 2017) e diversidades de concepções e práticas de cuidados em família (RIBEIRO, 2016).

Metodologicamente, a discussão coletiva no Grupo de Pesquisa ensejou possibilidades de agregar outras reflexões aos processos vivenciados pelos sujeitos a partir da fala espontânea (ARAÚJO, 2015) e as viabilidades e limitações da utilização de determinado método (OLIVEIRA, 2011).

Desta maneira, analisando a pertinência e o potencial de como cada método melhor poderia contribuir para alcançarmos nosso objetivo, julgamos que a utilização de entrevistas narrativas⁴¹ seria o método mais adequado para a produção de conhecimentos acerca dos significados e sentidos atribuídos às relações e práticas cotidianas.

Assim, o foco desse estudo se concentrou nos sentidos que profissionais do CREAS Maria Lina de Castro Lima atribuem às suas dinâmicas familiares nos cuidados cotidianos de seus idosos, visto que, como pôde-se apreender nos capítulos anteriores, as relações familiares são permeadas por acordos, concessões, conflitos, disputas e desigualdades.

Isto posto, considerando o objetivo do nosso estudo, acredita-se que dentre outros benefícios, a reflexão crítica dessa pesquisa pode contribuir para romper com a construção sócio-histórica da família como necessariamente protetora e provedora de cuidados. Concepção, como vimos, que permanece implicando sobre processos de elaboração e implementação de políticas públicas no Brasil, e que revelam a desresponsabilização do Estado e desproteção e penalização a essas famílias.

Ao buscarmos questionar a imagem idealizada que ainda se tem acerca das famílias e compreendê-las como um espaço de disputa de poder entre gêneros e gerações, ocasionando, assim, importantes impactos nos indivíduos e nas relações familiares, além de percebermos como os estudos direcionados à velhice

⁴¹ De acordo com Flick (2009), as entrevistas narrativas possibilitam ao pesquisador abordar o mundo empírico até então estruturado do entrevistado de uma forma abrangente. Para o autor, as narrativas são compreendidas como modelo de conhecimento e de exposição de experiências, e a sua tarefa enquanto entrevistador é fazer com o que o entrevistado conte a história da área de interesse de modo consistente e de todos os eventos relevantes. Um dos principais elementos da entrevista narrativa é a utilização de uma pergunta gerativa, e para a qualidade dos dados, a fala não deve ser interrompida. Ao contrário, o pesquisador deve ser um ouvinte ativo, demonstrando empatia. Neste método, o entrevistado é tido como teórico e especialista de si mesmo. Para maiores detalhes, ver Flick (2009).

no Brasil ainda são recentes, julgamos que a pesquisa em questão possui relevância.

Contudo, se por um lado há benefícios na realização desse estudo, o mesmo também pode-se pensar no que se refere aos riscos. Entendemos que por se tratar de situações relacionadas à vida pessoal dos sujeitos envolvidos na pesquisa, compreendemos que a pergunta gerativa “Para você, como é cuidar de uma pessoa idosa?” poderia ocasionar sentimentos de constrangimento, culpa ou remorso.

Assim sendo, tendo em vista os benefícios e riscos que envolvem a realização da pesquisa, e, desta forma, responder às garantias éticas previstas referentes a pesquisa com seres humanos, em conformidade com as normas das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e melhor compreender o procedimento de mapeamento, produção e análise de dados para esse estudo, o projeto de pesquisa⁴² foi encaminhado, primeiramente, ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC/RIO (CEPq/PUC-Rio), para apreciação e análise.

Entretanto, antes de prosseguirmos em demonstrar os procedimentos nos quais validaram a realização da nossa pesquisa, devemos indicar que durante o curso da elaboração desse trabalho foi preciso, como assinalado por Minayo (1994), utilizar a criatividade como ingrediente para produzir conhecimento.

Isto se deu, pois, como será explicitado a seguir, reconhecemos a necessidade de modificarmos nosso campo de pesquisa inicialmente pretendido. Além disso, quando adentramos neste outro campo que julgamos ser melhor adequado para o nosso objetivo, foi-nos revelado outro desafio: o acesso aos possíveis entrevistados.

⁴² De acordo com Deslandes (1994), o projeto de pesquisa é realizado a fim de que se mapeie um caminho a ser seguido durante a investigação. Pretende-se, desta forma, evitar imprevistos ao longo do desenvolvimento do trabalho que poderia até mesmo impossibilitar sua realização, além de também ser relevante no sentido de esclarecer para o próprio investigador os rumos da pesquisa.

4.1.1.

Mudança de campo e dos sujeitos da pesquisa: a criatividade como um ingrediente que produz conhecimento

Durante o desenvolvimento do projeto de qualificação, dado o momento de refletirmos sobre o nosso campo de pesquisa pretendido, naquele momento, acreditamos que seriam diversas as vantagens – que serão brevemente mencionadas – de realizarmos o nosso estudo no Programa UFF - Espaço Avançado.

Este Programa é realizado no Departamento de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense – UFF, e é um espaço aberto às pessoas idosas moradoras de localidades próximas a Universidade. As atividades, neste espaço, são pautadas na possibilidade de efetivar processos reflexivos e participativos quanto às questões sociais e do dia a dia referentes ao processo de envelhecimento humano, seja em âmbito individual quanto coletivo, por meio de oficinas socioeducativas, visitas culturais e outras atividades⁴³.

Nossa decisão pela realização da pesquisa de campo nesse Espaço foi pautada, sobretudo, por tais razões: I) percebeu-se, durante o período de iniciação científica durante o ano de 2014 (momento no qual houve a primeira aproximação da presente pesquisadora com o Programa), que apesar da temática da velhice e as questões que a permeiam serem tão expressivas na atualidade, a discussão dentro das Universidades, em geral, estão aquém de propiciarem meios que possibilitem o reconhecimento das pessoas idosas como sujeitos de direitos; II) esse Espaço ao ser majoritariamente constituído por participantes idosos, pretendíamos incentivar o interesse e a aproximação dos familiares a estes espaços, o que poderia se constituir como uma estratégia para a reflexão de seus direitos, e, desse modo, criarem formas de resistência frente à desresponsabilização do Estado quanto esses cuidados.

Desta maneira, foi com esta proposta de pesquisa que o nosso projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Apêndice 7.1. – foram submetidos ao CEPq/PUC-Rio. Ambos receberam parecer favorável (número 70/2019) no dia 04 de julho de 2019, ao estarem de acordo com os princípios e

⁴³ Detalhes do Programa disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=138566>. Acesso em: 08 de fev. 2020.

valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que diz respeito tanto às responsabilidades docentes quanto discente (ANEXO 8.1.).

Contudo, percebemos, findado esse processo, que a maioria dos idosos participantes do Programa UFF - Espaço Avançado são extremamente ativos e autônomos. Portanto, encontraríamos dificuldades em acessar famílias nos quais os cuidados de longa duração são aspectos fortemente marcantes nas dinâmicas familiares.

Desta forma, foi preciso que pensássemos em outro campo de pesquisa que possibilitasse uma maior aproximação com essas famílias responsáveis pelo apoio de seus idosos. Isto posto, como será melhor explicitado na seção (4.1.3.), concluímos que o CREAS Maria Lina de Castro Lima poderia ser um campo de pesquisa mais apropriado para alcançarmos o objetivo da nossa pesquisa.

Assim, ao optarmos por este campo de pesquisa, nos fundamentamos em Neto (1994) acerca da possibilidade de atingirmos não somente uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer, mas também de criar um conhecimento. A partir dessa perspectiva, foi necessário solicitar um novo pedido de apreciação do CEPq/PUC-Rio –aprovação datada em 23 de agosto de 2019 (ANEXO 8.2.) –, porém, nesta fase, explicitando os motivos que nos levaram a modificar o nosso campo de pesquisa, assim como, o compromisso em manter os aspectos éticos da pesquisa.

Isto posto, como nosso campo de pesquisa agora seria em um CREAS, uma unidade pública da política de Assistência Social, foi preciso, posteriormente, submeter o projeto à Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, cuja autorização para a realização da pesquisa foi emitida no dia 11 de novembro de 2019 (ANEXO 8.3.).

Para além dos desafios de modificar o campo de pesquisa, durante as primeiras aproximações com o CREAS Maria Lina, a partir do empenho dos profissionais que ali atuam em auxiliar na identificação de possíveis entrevistados, consideramos a dificuldade em acessar os familiares, sobretudo, quando muitos dos usuários idosos foram vítimas de violações de direitos e violência intrafamiliares, e, assim, em grande parte dos casos, seus vínculos foram rompidos.

Desta maneira, nos fundamentamos em Minayo (1994, p.7), quando a autora afirma que a “*Teoria, Método e Criatividade* são os três ingredientes ótimos que, combinados, produzem conhecimentos e dão continuidade à tarefa dinâmica de sondar a realidade e desvendar seus segredos.”.

E, tendo em vista que profissionais do CREAS Maria Lina também estão inseridos em dinâmicas familiares nas quais são responsáveis pelo apoio material, afetivo e/ou financeiro de seus pais, tios, irmãos ou companheiros idosos, foi-lhes apresentada a proposta de pesquisa, porém, agora compreendidos como participantes da pesquisa, na qualidade de sujeitos.

4.1.2.

Aspectos metodológicos e éticos da pesquisa

Para estes profissionais que desempenham a tarefa de cuidar de um familiar idoso, e que aceitaram participar como entrevistados, foi solicitado a cada um que preenchesse um questionário – Apêndice 7.2 –, no qual conteria determinadas informações, por exemplo, sexo, idade, relação entre cuidador e idoso e se dispõe de auxílio para desempenhar essa tarefa.

Dados que julgamos ser importantes para estarmos de acordo com os critérios de inclusão/exclusão estabelecidos, como, preferencialmente, cuidadores de ambos os sexos que possuíam idade entre 30 e 65 anos, o vínculo entre eles de filho/a, companheiro/a, sobrinho/a ou irmão/a, dedicação não exclusiva e interesse e disponibilidade de cada profissional na qualidade de cuidador familiar em participar do estudo. Além disso, possibilitaria que pudéssemos traçar um perfil dos entrevistados.

Relevante ressaltar que embora tenhamos delimitado famílias que fossem compostas por laços consanguíneos, nossa pesquisa corrobora estudos, a citar, Miotto (1998) e Oliveira (2011), que reconhecem as famílias por uma concepção mais ampliada. Isto é, apreendida como grupo familiar no qual indivíduos tenham sentimento de pertença a esse contexto, podendo ter ou não laços de parentesco. Segundo Oliveira (op. cit.), de modo ideal, as relações configuram-se, nesse âmbito, por atuação recíproca direta, duradora e intensa, ainda que não obrigatoriamente sejam interações construtivas.

Posto isto, dentre as cinco entrevistas realizadas, quatro delas foram compostas por entrevistadas do sexo feminino, e a idade dos sujeitos variou entre 42 e 56 anos. Dos profissionais entrevistados, quatro deles eram Assistentes Sociais, e havia uma Educadora Social. No que tange à relação entre eles e o familiar idoso, constou-se que três deles eram filhos, uma era sobrinha e a outra entrevista era filha e sobrinha de duas pessoas idosas.

Desta forma, foram realizadas cinco entrevistas narrativas, em datas, locais e horários escolhidos pelos próprios sujeitos. Todos eles optaram por realizar no mesmo dia, seis de dezembro de 2019, em uma sala reservada no próprio local de trabalho e em horários que foram distribuídos entre eles ao longo da manhã e início da tarde.

No primeiro momento, foram detalhadas informações da pesquisa, como por exemplo, título, identificação do orientador e o objetivo da pesquisa. Foi esclarecido como a entrevista ocorreria, isto é, seria constituída por uma pergunta inicial, gerativa: “Para você como é cuidar de uma pessoa idosa?”, e que poderia ocorrer de ser realizada alguma outra pergunta de elucidação de conteúdos mencionados ao longo da narrativa que, porventura, não tivessem sido claramente compreendidos pela pesquisadora.

Percebeu-se que alguns entrevistados ficaram um pouco apreensivos, de início, quando tomaram ciência que haveria uma pergunta, conforme registrado no Diário de Campo⁴⁴. Com isto, foi evidenciado que não haveria motivo para se sentirem preocupados, uma vez que aquele momento era destinado para ouvir acerca da realidade deles, e, por isso, não haveria resposta certa ou errada, e de modo algum o entrevistado seria julgado por alguma fala ou situação relatada.

Além disso, assumiu-se o compromisso em preservar o seu anonimato⁴⁵, e, se assim ele desejasse, determinados trechos da entrevista poderiam ser retirados e que ela também poderia ser interrompida a qualquer momento, se o entrevistado sentisse a necessidade. Em concordância, foi solicitado que o TCLE fosse assinalado em duas vias, uma que ficaria sob a responsabilidade da

⁴⁴ De acordo com Minayo (1994), em uma pesquisa qualitativa o Diário de Campo se revela como um instrumento de trabalho fundamental. Trata-se de informações que devem ser anotadas em um bloco de notas que, embora não constituam o material formal das entrevistas, devem ser utilizadas para a análise.

⁴⁵ Sendo assim, a fim de evitar a sua identificação, foi retirada qualquer citação referente ao local, nomes dos envolvidos nos acontecimentos ou informações que concorram para tal.

pesquisadora, e a outra ficando sob a posse dos sujeitos da pesquisa para que, em caso de dúvidas surgidas posteriormente, pudessem consultá-la.

Desta forma, mediante a autorização dos participantes, as entrevistas foram transcritas para posteriormente serem analisadas. Elas totalizaram aproximadamente 1 hora e 15 minutos de material, tendo a maior entrevista em torno de 30 minutos de duração, enquanto que a menor resultou em apenas 2 minutos.

Situação esta que retrata, como indicado por Flick (2009), uma das limitações do método escolhido, uma vez que embora a capacidade de narrar faça parte de uma competência diária, há graus variados de seu domínio. Isto é, o autor alerta que nem sempre todos os sujeitos da pesquisa conseguem apresentar narrativas acerca de suas vidas, uma vez que podem ser excessivamente reservados, tímidos ou pouco comunicativos, por exemplo.

Contudo, não buscamos descartar essa curta entrevista, pois apesar de poder aparentar em um primeiro momento que não exprime material suficiente para uma análise, em contrapartida pode-se considerar que o silêncio também representa um dado. Isto é, nos permite refletir acerca do quê e do porquê não foi dito.

Desta maneira, a etapa inicial para a análise dos dados se constituiu em ler de forma compreensiva todas as transcrições realizadas, procurando adquirir intimidade com as falas dos entrevistados, para assim, identificar particularidades de cada narrativa, assim como reiteraões que as interligavam.

A partir do diálogo com pesquisas anteriores que utilizaram métodos semelhantes, como Souto (2013) e Araújo (2019), e corroborando Gomes et al. (2005), foi possível compreender que essa forma de trabalhar os dados produzidos facilitaria identificar os núcleos de sentidos, e, com isso, desenvolver uma síntese interpretativa que articulasse com os referenciais teóricos nos quais esse estudo se fundamentou.

Desta forma, as análises serão apresentadas em seções subsequentes deste capítulo. Nessa etapa, incluiremos fragmentos das narrativas dos entrevistados, a fim de que possamos ilustrar e dar sentido às nossas argumentações. Salientamos que esses fragmentos serão transcritos de exato modo como foram narrados.

Além disso, serão acrescentados comentários entre colchetes para que seja possível tornar os trechos de narrativas mais compreensíveis ao leitor. Tais comentários esclarecerão o assunto que está sendo tratado, ou seja, explicarão sobre o que ou quem os entrevistados estão se referindo.

Outros recursos também serão utilizados para facilitar a compreensão das narrativas, como: a utilização de reticências entre parênteses que sinalizam a exclusão de partes dos trechos que não são fundamentais para nossas análises; e, por fim, serão sublinhados os segmentos que se destacam no trecho da narrativa acerca do que objetivamos, mais precisamente, ilustrar.

Para impedir a identificação dos sujeitos da pesquisa, em atendimento aos critérios éticos pertinentes, os nomes dos entrevistados serão substituídos por A, B, C, D e E. Também serão mantidas a confidencialidade de outros aspectos, por exemplo, bairros e nomes de instituições, quando possibilitarem a identificação dos sujeitos da pesquisa. Sendo estes, desta forma, substituídos, quando necessário, pelas suas iniciais.

Isto posto, a fim de melhor compreender o nosso percurso metodológico, a seguir será explicitado, mais detalhadamente, como se sucedeu a escolha pelo CREAS Maria Lina de Castro Lima como nosso campo de pesquisa, assim como, a atuação desse equipamento e a caracterização do território no qual se encontra. Além disso, também será apresentada como foi realizada a seleção dos sujeitos da pesquisa, a aproximação com eles e a sua caracterização.

4.1.3.

A atuação do CREAS e a escolha pelo campo de pesquisa empírica

Antes de adentrarmos na exposição das razões que nos motivaram a escolher o CREAS Maria Lina de Castro Lima como nosso campo de pesquisa empírica, acreditamos ser relevante, primeiramente, elucidar de modo breve⁴⁶, no que se constitui os CREAS, suas competências e objetivos⁴⁷.

⁴⁶ Embora nosso estudo tenha buscado apresentar de forma sucinta para fins informativos, ressaltamos a relevância de diversos estudos, como por exemplo, Grossi et al. (2013), que debatem a complexidade da definição e atuação, assim como os impasses e desafios na materialização dos objetivos propostos para esses equipamentos.

⁴⁷ Pode-se encontrar, mais detalhadamente, informações acerca dos CREAS, como, normativas que os fundamentam, as ações que constituem o trabalho social da equipe, o público que deve ser atendido nesses equipamentos e a rede de articulação essencial ao CREAS no documento

Isto posto, como indicado por Grossi et al. (2013), a Política de Assistência Social tem como um de seus objetivos a garantia da proteção social, a qual, de acordo com Brasil (2005), consiste no conjunto de atenções, ações, cuidados, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS para a prevenção e redução do impacto das vicissitudes sociais e naturais do ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de suporte afetivo, biológico e relacional.

Segundo Grossi et al. (2013), na perspectiva do SUAS, a proteção social tem como preceito assegurar a renda, a sobrevivência de riscos circunstanciais, as seguranças de acolhida, o convívio ou vivência familiar, comunitária e social e o desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.

Essas duas primeiras, renda e sobrevivência de riscos circunstanciais, devem ser garantidas por meio de benefícios e de programas de transferência de renda, os quais são ofertados pelas instituições da proteção social básica. Já as outras seguranças, a acolhida, o convívio ou vivência familiar, comunitária e social, e, a segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social, devem ser garantidas prioritariamente no âmbito da proteção social especial de média complexidade, da qual a principal unidade de referência é o CREAS.

Como fixado na lei nº 12.435/2011, o CREAS pode ser definido por unidade pública estatal de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, que se destina à prestação de serviços a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos, demandando, assim, intervenções especializadas da proteção social especial.

Como citado, essas unidades públicas são instituídas no âmbito do SUAS, possuem interface com outras políticas públicas e articulam, coordenam e oferecem benefícios, serviços, programas e projetos relacionados à assistência social.

De modo geral, as competências dos CREAS compreendem duas perspectivas: uma delas se refere a oferta e referência de serviços especializados de caráter continuado às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e

elaborado pelo Ministério Público do Paraná - MPPR que tem por título “O que é o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social)?”. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/creas_institucional.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

social, por violação de direitos; já a outra diz respeito à gestão dos processos de trabalho na Unidade, incluindo, dentre outras atividades, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, a organização e execução direta do trabalho social no âmbito dos serviços ofertados, o registro de informações e o relacionamento cotidiano com a rede (MPPR, s.d.).

Pode-se mencionar, como serviços ofertados pelos CREAS, a Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, a Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, Serviço Especializado em Abordagem Social e Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Esses serviços, de acordo com MPPR (s.d.), devem propiciar, dentre outros aspectos, ao fortalecimento da função protetiva da família, à interrupção de padrões de relacionamento familiares e comunitários com violação de direitos, à potencialização dos recursos para superação da situação vivenciada e reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários e com o contexto social, ou construção de novas referências, quando necessário e exercício do protagonismo e da participação social.

Desta maneira, dentre as 10 Coordenadorias de Assistência Social e Direitos Humanos – CASDH – na Cidade do Rio de Janeiro, o CREAS Maria Lina de Castro Lima está vinculado à 2ª CASDH. Ele se encontra localizado no bairro de Laranjeiras, e-abrange bairros da Zona Sul da cidade, como Botafogo, Catete, Copacabana, Cosme Velho, Flamengo, Gávea, Glória, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Laranjeiras, Leblon, Leme, Rocinha, São Conrado e Urca.

Desta forma, a decisão por realizarmos nossa pesquisa de campo neste CREAS se deu justamente ao considerarmos esses bairros, uma vez que de acordo com Dezan (2011), fundamentado no estudo “Malha Municipal e de Setores Censitários do Censo 2010” divulgado pelo IBGE, o topo da lista dos bairros que concentram o maior número de pessoas idosas na cidade estão localizados na Zona Sul.

Segundo Dezan (op. cit.), a pesquisa revelou que em Copacabana 23,2% de seus moradores possuem idade superior a 65 anos, se apresentando, desta forma, como o bairro que possui a população mais envelhecida da capital

fluminense, seguido por Flamengo, cujo 22,7% da população residente é idosa, e em terceiro e quarto lugar seguem, respectivamente, Ipanema (21,7%) e Leblon (21,3%).

Relevante destacar que na mesma pesquisa, contraditoriamente, é possível verificar que ao passo que estes bairros da Zona Sul constituem o topo da lista, no outro extremo como o bairro que concentra o menor número de idosos, apenas 5% do número total de residentes, também está um outro bairro de abrangência do referido CREAS, a Rocinha.

Julgamos que esta questão se deve ao fato desses moradores, ao longo da vida, vivenciarem diversas problemáticas que incidirão sobre a velhice, como por exemplo, o não acesso a diversos serviços públicos, como, saneamento básico (BETIM, 2015), além de conviverem cotidianamente com a violência extrema (MARTÍN, 2018).

Para mais, por meio dos referenciais teóricos que fundamentaram esse trabalho, a citar, Santos e Rifiotis (2006), Mioto e Prá (2012) e Prá e Schmidt (2018), pudemos inferir que o cuidado à pessoa idosa, hoje no país, se dá mediante a lógica do mercado e a culpabilização do indivíduo, diante de um quadro cada vez maior de desresponsabilização do Estado.

Isto é, os indivíduos tornam-se os responsáveis pela garantia de seu bem-estar e do atendimento de suas necessidades. Assim, direitos – antes considerados assuntos públicos – são transformados em mercadorias que devem ser adquiridas livremente no mercado, vale ressaltar, por aqueles que podem pagar.

Desta forma, como mencionado por Marx e Engels (1999, p.39):

O primeiro pressuposto de toda existência humana, e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas para viver é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material. (MARX e ENGELS, 1999, p.39)

Assim, considerando esses dados, o CREAS Maria Lina se revelou como um espaço adequado para a realização da pesquisa de campo, uma vez que devido à localização desse equipamento, acreditamos que teríamos acesso a muitas famílias que são responsáveis pelo apoio material, financeiro e/ou afetivo de seus idosos.

Além disso, a realização da pesquisa empírica nesse local também poderia contemplar a nossa discussão acerca dos cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar não apenas pela dimensão de gênero, tanto explorada nos capítulos anteriores, mas propiciaria pensarmos a partir do viés de classe.

Ou seja, como seriam as dinâmicas familiares e os sentidos atribuídos por essas famílias pobres nos cuidados cotidianos ao idoso, uma vez que, na maior parte dos casos, não somente não contam com o apoio do Estado, mas também são muitas vezes penalizadas devido a uma concepção de cuidado idealizada⁴⁸.

Concepção esta, como refletimos ao longo dos primeiros capítulos desse estudo, que não considera, muitas vezes, as complexidades que permeiam essas dinâmicas familiares, uma vez que esse cuidado se dá sem o apoio apropriado e continuado. Assim, por se tornar uma tarefa dispendiosa⁴⁹, Goldman e Faleiros (s.d.) sinalizam que a sobrecarga dessa responsabilização pode ocasionar em impactos que conduzam à violência.

Desta forma, é nesse contexto de serviços ofertados pelo CREAS Maria Lina, de atendimento e acompanhamento de pessoas idosas em situação de violência ou violação de direitos, que os profissionais são chamados a intervir.

Como compreendido por Neto (1994), referindo-se à pesquisa social, o autor afirma que além do recorte espacial, o lugar primordial é o ocupado por indivíduos e grupos convivendo em uma dinâmica de interação social.

⁴⁸ Szymanski (2003) ao realizar uma analogia entre família pensada e família vivida, aponta igualmente para a existência de um cuidado pensado e um cuidado vivido. De acordo com o autor, do mesmo modo que há uma idealização de família que se distingue da vivida no cotidiano, o cuidado pensado e idealizado está consoante aos moldes da família nuclear, enquanto que o cuidado vivido se refere ao entendimento das diversas formas de cuidar no cotidiano das dinâmicas familiares. Para maiores detalhes, ver Ribeiro (2016).

⁴⁹ De acordo com Nações Unidas (2002), a violência é caracterizada por um ato isolado, repetido ou omissão que ocorra em uma relação que se fundamenta em confiança que cause danos ou sofrimento a pessoa idosa. Além disso, Wolf e Pillemer (1989), identificam fatores de riscos que podem conduzir às práticas violentas, como, a associação entre dependência química e maus-tratos ao idoso, o cuidador possuir depressão ou outro tipo de sofrimento mental, haver histórico de violência na família, acontecimentos externos, como o desemprego ou o divórcio, isolamento social e as violações se intensificarem à medida que o idoso se torna mais dependente dos familiares.

4.1.4.

Caracterização dos sujeitos da pesquisa e as histórias de cada família

Apresentamos uma breve caracterização dos sujeitos da pesquisa, assim como, de sua relação com o idoso dentro da dinâmica familiar, a fim de que possamos dispor de informações básicas para compreensão das suas histórias e narrativas, para que assim sejam analisadas nas próximas seções. Os dados originaram-se por meio do preenchimento do questionário – Apêndice 7.2 –, bem como do curso das falas deles.

O sujeito da pesquisa A é do sexo feminino, possui 56 anos e é Assistente Social. Em sua família há uma pessoa idosa de 88 anos, sua mãe, e, apesar da idade avançada, ela necessita apenas de apoio instrumental, isto é, auxílio de terceiros para a manutenção da sua autonomia. Sendo, portanto, as atividades desempenhadas pelos cuidadores familiares aquelas que envolvem tarefas leves, como por exemplo, compras e acompanhamento às consultas médicas. A idosa reside sozinha e possui, incluindo a entrevistada, 4 filhos, sendo duas mulheres e dois homens. De acordo com o relato do sujeito da pesquisa, todos os filhos compartilham, de formas distintas, a tarefa de auxiliar no que for necessário.

O sujeito da pesquisa B é do sexo feminino, possui 42 anos e é Assistente Social. Em sua família há 3 idosos, sua mãe (idade não informada), pai (72 anos) e tia (74 anos). Seus pais residem distantes, em outro estado do país, e no que tange aos cuidados cotidianos, os irmãos da entrevistada atuam de modo mais direto. Embora ela também auxilie financeiramente a parte da família que mora longe, sua atenção está mais direcionada para a idosa que reside com ela, sua tia. Apesar de apresentar uma série de doenças, como hipertensão, diabetes e fibromialgia, esta idosa é uma pessoa autônoma. Desse modo, o cuidado familiar refere-se mais ao apoio financeiro e nas atividades da vida diária instrumentais.

O sujeito da pesquisa C é do sexo feminino, possui 57 anos e é Educadora Social. Há duas pessoas idosas em sua família, sua mãe, que possui 84 anos, e seu pai, que tem 90 anos de idade. Não foi informado se estes idosos residem sozinhos, porém de acordo com o que foi revelado pela entrevistada, percebeu-se que seus pais apresentam limitações, sejam elas físicas ou mentais, que representam a perda de sua independência. Dessa forma, necessitam de

suporte funcional, isto é, auxílio para a realização das atividades mais básicas do cotidiano, como tomar banho e alimentar-se. A tarefa de cuidar desses idosos é desempenhada pelas filhas do casal, incluindo a entrevistada, que se revezam em determinados dias da semana para desempenharem essas atividades.

O sujeito da pesquisa D é do sexo masculino, possui 43 anos e é Assistente Social. Em sua família há duas pessoas idosas, uma de 76 anos, sua mãe, e outra na qual a idade não foi informada, seu pai. Por meio da narrativa do entrevistado, percebeu-se que seu pai – que reside em outra cidade do estado do Rio de Janeiro – é independente e está inserido em outra dinâmica familiar de cuidado, sobretudo, no que se refere ao apoio a outros idosos, seu irmão e esposa. No que tange a mãe do entrevistado, apesar de possuir cardiopatia, ela também é independente e ainda está inserida no mercado de trabalho. O sujeito da pesquisa e sua irmã compartilham a tarefa de apoiá-la no sentido de preservar a sua autonomia, à medida que a idosa também exerce importante papel dentro da dinâmica familiar, principalmente no auxílio na criação dos netos.

O sujeito da pesquisa E é do sexo feminino, possui 47 anos e é Assistente Social. Sua família é constituída por ela, uma irmã, um irmão e duas pessoas idosas – sua mãe (72 anos) e sua tia (86 anos). Embora esta tenha determinados problemas de saúde, como artrite e artrose, o apoio direcionado a ela se refere, mais especificamente, de modo financeiro. A entrevistada e sua tia residem na mesma casa. Já a mãe, é hipertensa e sofreu 4 acidentes vasculares cerebrais (AVCs). Além disso, foi constatado por um profissional de saúde que ela se encontra no quadro de uma idosa demenciada, o que ocasionou a entrevistada a dar entrada em um processo de interdição. De acordo com o relato do sujeito da pesquisa, sua mãe é totalmente dependente dela, e o seu cuidado não é compartilhado com outros familiares.

Para mais, além dessa caracterização dos sujeitos e das histórias de cada família, é preciso considerar que todos os entrevistados pertencem a classe trabalhadora e são profissionais da política de assistência social. Ou seja, encontram-se inseridos em uma situação complexa e contraditória, uma vez que sua prática profissional exige de outras famílias um cuidado idealizado, ao passo que, simultaneamente, em suas dinâmicas familiares, são cobrados de igual modo. Assim, possibilitando analisar em que medida suas narrativas naturalizam ou não o papel do Estado neste processo.

Desta forma, ao passo que consideramos essa breve caracterização dos sujeitos da pesquisa e das dinâmicas familiares acerca dos cuidados cotidianos com os seus idosos, com o objetivo de facilitar a compreensão das suas narrativas, partimos, na próxima seção, para as análises dos sentidos atribuídos por estes cuidadores familiares.

4.2.

Sentidos atribuídos por profissionais do CREAS Maria Lina de Castro Lima às suas dinâmicas familiares nos cuidados cotidianos com idosos

Como mencionamos anteriormente, para a realização desta síntese interpretativa primeiramente foi realizada a leitura atenta das entrevistas que foram feitas com os sujeitos da pesquisa. Em seguida, estabelecemos dois eixos de análises: I) Idosos dependentes e II) Idosos autônomos. Isto é, os casos que se tratavam, respectivamente, de cuidadores familiares inseridos em dinâmicas nas quais os idosos necessitavam de apoio para as atividades mais básicas do cotidiano ou aqueles cuidadores que desempenhavam o auxílio para a manutenção da autonomia do familiar.

Posto isto, a partir dos dados expressos nas narrativas dos entrevistados, refletimos acerca dos núcleos de sentidos atribuídos por eles à pergunta: “Para você, como é cuidar de uma pessoa idosa?”. Por fim, identificamos ideias associadas presentes em suas falas que por vezes demonstraram compatibilidades, divergências e particularidades em cada dinâmica familiar.

Além disso, essa organização adotada para a disposição das informações obtidas na pesquisa, como apresentada no quadro abaixo (Quadro 2), facilitou compreender em que medida os resultados da pesquisa corroboraram os referenciais teóricos que fundamentaram esse estudo. Ainda buscamos, como será explicitada ao longo da análise, considerar as falas dos entrevistados que expressavam questões que aprofundavam ainda mais a nossa reflexão e que até dado momento ainda não havia sido pensado.

Quadro 2 - Núcleos de sentido e ideias associadas oriundos das narrativas

Idosos dependentes	
Núcleos de sentido	Esgotamento físico
	Fardo financeiro
	Desgaste emocional
	Obrigação
	Estorvo
	Aprisionamento
	Exaustão
Ideias Associadas	Teimosia
	Difícil convívio familiar
	Orgulho
	Temperamento forte
	Rede de apoio
Idosos autônomos	
Núcleos de sentido	Comprometimento financeiro
	Desgaste emocional
	Retribuição
	Prazeroso
	Trabalhoso
Ideias Associadas	Orgulho
	Infantilização do idoso
	Dualidade na inserção do idoso na família
	Auxílio para a manutenção da autonomia
	Teimosia
	Autocobrança
Cautela em não reproduzir violações de direitos	

Fonte: Autoria própria, a partir dos conteúdos das narrativas dos sujeitos da pesquisa.

Contudo, antes de nos aprofundarmos especificamente nessas análises, cabe reafirmar, como já explicitado no início deste capítulo, que todo estudo é desenvolvido a partir de uma perspectiva e em um determinado contexto. Desta forma, não pretendemos esgotar a discussão acerca do presente tema, vide a sua complexidade, mas sim transformar, como indicado por Velho (1978), o familiar em exótico e o exótico em familiar, ao apresentarmos essa síntese interpretativa.

4.2.1.

Apoio afetivo, financeiro e/ou material que desempenham aos idosos

Como pudemos compreender por meio de diferentes autores que fundamentaram esse trabalho, como por exemplo, Morgado (2001) e Bruschini (1993), apreendemos que a família vem passando por constantes transformações ao longo dos tempos, demonstrando, assim, que ela não pode ser concebida como uma instituição inalterável.

Ao contrário, percebemos que a família é uma criação humana mutável, que se modifica de acordo com as mudanças históricas, e, por isso, assume particularidades em diferentes sociedades. Para além, buscamos demonstrar, a partir das narrativas que aqui serão analisadas, que essas particularidades da família não se referem apenas a diferentes sociedades.

Isto é, se hoje reconhecemos famílias em vez de família (OLIVEIRA, 2011; 2017), como destacamos nas falas a seguir, também podemos pensar que cada uma delas, dentro das suas organizações, relações e dinâmicas criam formas de ser, de fazer, símbolos, sentidos e significados próprios, inclusive, para cada membro que a compõem.

“Meus pais se separaram quando eu tinha 7 anos, então a família do meu pai é ele e mais duas irmãs e meus avós. Quando eles [pais] se separaram, houve um consenso de visitação, essas coisas todas. Meu pai não casou de novo. Ficou morando com as minhas tias e meus avós, e eu ficava com eles fim de semana. Eu ficava com a minha mãe durante a semana. E assim foi até os meus 14 anos, que aí inverteu. Eu ficava durante a semana com o meu pai, e nos finais de semana eu ia para a minha mãe, que já tinha uma outra família. Um outro companheiro e mais três filhos” (Entrevistada E).

“O meu pai e a esposa dele são idosos (...). Ele mora em outro município, na Região dos Lagos, e eu não tenho muito contato. Então é só minha mãe mesmo...” (Entrevistado D).

“Eu resido com essa minha tia que é irmã da minha mãe, mas eu moro com ela há muito tempo. (...) eu fui criada por ela. Eu tenho uma afinidade com a minha tia muito grande, como filha também! Como ela não tem filhos, ela me considera como uma.” (Entrevistada B).

Dessa forma, esses relatos corroboram estudos, a citar, Soares e Cronemberger (2015) e Boarini (2003), que sinalizam que a formatação das famílias adquiriu outros contornos, e hoje pode ser considerada como a união de indivíduos que se apoiam, se respeitam, se confiam e que partilham o mesmo gosto pela vida.

Embora, como também estará evidente em algumas falas de nossos entrevistados, o que reafirmará as concepções de Rocha-Coutinho (1994), que em muitas situações os membros familiares estão ligados não apenas por vínculos afetivos, mas, também, por uma complexa rede de obrigações econômicas, morais e/ou legais.

Principalmente, quando consideramos a tríade: proteção, bem-estar e sobrecarga às famílias nas suas responsabilidades enquanto cuidadora, uma vez que, como expresso por Goldani (2005), hoje convivemos tanto com processos de reinvenção das famílias, como também das políticas públicas.

Dessa forma, no desenvolvimento do trabalho, pudemos compreender que essa responsabilização sobre as famílias, segundo Miotto (2018), se institui como um longo processo que se estabelece em uma determinada sociedade quando analisa, promove, autoriza a sua função como cuidadora inerente e confere responsabilidades.

Assim, ao refletirmos acerca da sociedade, das normas, das carências e do Estado (LISBOA E MANFRINI, 2005; GOLDANI 2000), percebemos o quão ainda vigente é o processo de naturalização das funções sociais da família, sobretudo, a permanência do cuidado como uma atribuição feminina (SAFFIOTI, 1987).

Para além, por meio de diversos referenciais teóricos, como Carloto e Mariano (2008) e Cardoso (2018), compreendemos que ao passo que é naturalizado esse papel social das famílias, sobre elas recaem, quando não exercem um cuidado idealizado (SZYMANSKI, 2003 apud RIBEIRO, 2016), a penalização e a culpabilização.

Questões essas, como demonstradas nos capítulos anteriores, que refletem a complexidade de discutir famílias. Assim se hoje vivemos uma reinvenção das famílias e das políticas públicas, apreendemos que essas reinvenções recaem também sobre os diferentes segmentos da sociedade, uma vez que Miotto (2003) sinaliza que as transformações das famílias estão intrinsecamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas.

Assim, observamos que as diversas mudanças nas famílias, seja nos arranjos familiares, como a maior inserção da mulher no mercado de trabalho e a diminuição nas taxas de fecundidade, influenciam diretamente nas dinâmicas familiares, principalmente, quando população brasileira já é envelhecida (SBGG, 2019; Miranda et al., 2016).

Desta forma, dentre outras reflexões que realizamos nos primeiros capítulos teóricos desse trabalho, quando abordamos a velhice, e, mais especificamente os cuidados de longa duração de idosos, precisamos retomar uma

questão: a relevância de considerarmos a homogeneidade quando discutimos o envelhecimento.

Referenciais teóricos que basearam nosso estudo, a citar, Faleiros (2014) e Camarano e Pasinato (2004), demonstraram que ser idoso está além de apenas um marco cronológico na vida de um indivíduo. Corroborando esses autores, cada idoso, como pudemos apreender por meio das narrativas de todos os nossos entrevistados, demandam atenções diversas, seja pelas diferentes faixas etárias ou pela diversidade social, cultural, biológica e psicológica.

“Então assim, eu tenho uma mãe idosa de 88 anos. Ela é uma pessoa extremamente ativa, lúcida, orientada...” (Entrevistada A).

“Ela [mãe] tem 76 anos, mora próximo de mim e a gente se vê praticamente quase todos os dias. Mas ela é independente, trabalha... ela faz tudo como uma pessoa mais nova, digamos assim... com as limitações de saúde que agora ela tem.” (Entrevistado D).

“Minha tia é uma pessoa autônoma ainda, graças, né?” (Entrevistada B).

“Ela [mãe] é hipertensa e já teve 4 AVCs. Eu levei ela no neurologista e ele pediu uma ressonância, mas de imediato quando pedi um laudo para entregar ao advogado, ele na mesma hora fez. Ainda disse que a fisionomia da minha mãe já diz o que ela tem, porque ela é outra pessoa. Ela está com uma fisionomia realmente de uma pessoa demenciada. Ela esquece as coisas, não lembra onde colocou o cartão...” (Entrevistada E).

“Tem meu pai e minha mãe. Minha mãe tem 84 [anos]. Ela já é mais... entendeu? Mais ativa. Ele não.” (Entrevistada C).

Como inferi por meio desses relatos, e como se tornará evidente ao longo das entrevistas, à medida que formos analisando as falas dos cuidadores familiares, percebemos que cada entrevistado está inserido em uma diferente dinâmica familiar, a começar por desempenharem diferentes tipos de cuidados aos seus membros mais idosos.

Corroborando, desta forma, Waldow (2008) no que tange à compreensão do cuidado como um fenômeno contextual. Isto é, segundo o autor, de acordo com o meio e o período onde ocorre, o cuidado assume distintas expressões. Assim, possibilitando que pensemos em formas singulares que cada família desenvolve ao cuidar e para cuidar de seus idosos.

Além disso, acreditamos ser preciso brevemente resgatar, fundamentados em Santos e Rifiotis (2006), a nossa compreensão acerca do cuidador familiar de

longa duração de idosos. Por meio dos autores, apreendemos, no capítulo anterior, que dentre o grupo familiar há, geralmente, um indivíduo que se responsabiliza, na maior parte do tempo, pelos cuidados ao idoso, sendo, portanto, reconhecido como o cuidador principal.

Normalmente, esse cuidador principal é escolhido a partir de diversos aspectos históricos ou circunstâncias que marcam a trajetória familiar, por exemplo, expectativas relativas ao gênero, idade e estado civil do cuidador, disputas de poder dentro da própria família, o modo como se sucedeu a construção das relações familiares e o significado dos vínculos afetivos na família.

A partir dos relatos de nossos entrevistados, não foi manifestado, pelo menos de modo direto, o gênero, a idade ou o estado civil como um fator que influenciou para que se tornassem o cuidador principal de seus pais ou tias idosas.

Em contrapartida, se evidenciou, como será possível inferir nos relatos que serão apresentados no decorrer das análises, os vínculos afetivos (como a entrevistada B), a construção das relações familiares (como os entrevistados A, C e D) e as disputas de poder dentro da família (como a entrevistada E) como razões para que se tornassem cuidadores de longa duração⁵⁰.

Isto posto, durante a narrativa dos entrevistados A, B e D, como pode-se compreender a seguir, foi-nos sinalizado, diversas vezes, que eles – filhos e sobrinha – não cuidavam cotidiana e ostensivamente de uma pessoa idosa. Eles “apenas” se responsabilizavam no acompanhamento às consultas médicas, checar se algo grave não havia ocorrido durante o dia e verificar o uso de medicamentos.

“(…) É claro que quando ela [mãe] vai ao médico, só vai acompanhada por um de nós. A gente faz um registro e uma troca de informações também com o médico sobre esse quadro de saúde. Às vezes nem a gente quando vai ao médico lembra de dizer tudo né?! Hoje eu estava pensando que para ir ao dermatologista eu tenho que anotar as quatro coisas para falar com ele. Se eu não anotar, eu vou esquecer! Então imagina, uma pessoa idosa também tem que ter esse cuidado. Inclusive foi um pedido dela, pois é muito natural esquecer alguma coisa.” (Entrevistada A).

“Então, assim, tem essas preocupações: ‘Tomou remédio?’. Ela tem N’s problemas de saúde: pressão, hipertensão, diabetes, fibromialgia... São N’s

⁵⁰ Importante ressaltar que essa vinculação de um fator a um entrevistado foi apenas a nível de exemplo do que será explicitado. Assim, não buscando reduzir a complexidade das dinâmicas e relações familiares nas quais cada entrevistado está inserido. Por exemplo, ainda que dentro da família da entrevistada E tenhamos observado disputas de poder, isso não elimina a relevância dos vínculos afetivos para que ela se constitua como cuidadora principal.

medicamentos. ‘Tomou remédio no horário certo? Está sentindo dor aonde? Tem que fazer consulta tal, tem que agendar...’ (Entrevistada B)

“Efetivamente eu não cuido de uma pessoa idosa. (...). Ela [mãe] tem cardiopatia e volta e meia tem que fazer as consultas, e enfim... (...). Então assim, o cuidado que eu tenho é mais de monitoramento porque ela acaba fazendo tudo. (...)” (Entrevistado D).

Desta forma, por meio dessas falas, pôde-se compreender que por essas idosas ainda serem autônomas, os cuidadores familiares não consideram que exercem um cuidado efetivo sobre elas, uma vez que não desempenham tarefas árduas que em primeira vista remetem à essa responsabilidade.

Assim sendo, em especial, este relato do entrevistado D possibilita refletir que ainda que se trate de profissional com formação e qualificação, as produções sócio-históricas demonstram como são capazes de influenciar compreensões, discursos e significações de práticas dos mais diversos sujeitos que integram uma sociedade.

Evidenciando, desta maneira, que ainda há uma ideia prevalente acerca do cuidado idealizado. Isto é, como aquele que é apenas aplicável à dedicação exclusiva, circunscrita a altos níveis de dependência, atenção ostensiva, desqualificadora da pessoa idosa ou quase como um “martírio” por parte de quem cuida.

Concepções essas que corroboram que o cuidado deve ser tomado como um fenômeno complexo (KEHDI, 2017), inclusive considerando o seu sentido existencial e parte fundante da essência do próprio homem. Ou seja, segundo Heidegger (2001) não há como existir o homem sem o cuidado.

Nesse mesmo sentido, como demonstramos no início do segundo capítulo, Boarini (2003) afirma que dentre os animais que existem sobre a face da Terra, nenhum outro é mais dependente ao nascer – e dizemos aqui também, ao envelhecer – do que o homem. Ele necessariamente precisa de outros para manter-se vivo, como, ser higienizado, alimentado, aquecido e afagado.

Desta maneira, embora não sejam dependentes física ou financeiramente de seus filhos e sobrinha, percebeu-se outras interfaces do cuidado nessas relações familiares, como o sentimento de segurança, mesmo que simbólico, no qual a idosa sente ao estar próxima ao filho, como podemos perceber:

“(...) ou quando ela fica assustada e vem dormir na minha casa. (...) e a gente tem que vir pra cá, pra lá... geralmente ela vai lá pra casa.” (Entrevistado D)

Ainda refletindo sobre a categoria cuidado, a partir de Boff (2005) é possível compreender que o ser humano é um ser que dedica preocupação, atenção e interesse para com o próximo. Desta maneira, podemos apreender que o “cuidado implica um modo-de-ser mediante o qual a pessoa sai de si e se centra no outro com desvelo e solicitude” (Boff, 2005, p.29).

Considerando essa reflexão de Boff (op. cit.), pudemos constatar que em diferentes relações familiares a pessoa, no caso, o cuidador familiar de longa duração, sai de si e se centra no outro, seja, por exemplo, no tempo dedicado ao cuidado que poderia ser destinado para o descanso – questão essa recorrente na maioria das entrevistas realizadas.

“De uns 8 anos para cá, por que a situação tem piorado? Essa minha tia foi diagnosticada com um tumor de parótida. Fez a cirurgia, e eu tive que cuidar dela em tempo integral. Tirei uma licença especial aqui de um mês para ficar cuidando dela porque ela não tem ninguém. (...) A gente tem aqui um dia de folga na semana, e esse dia eu vou para Nova Iguaçu cuidar da minha mãe. Os médicos que eu marco eu procuro marcar no dia da minha folga. Então vou para Nova Iguaçu e depois ainda volto para Laranjeiras. Eu saio de manhã às 7h e volto às 21h. Mas, por enquanto é o que eu posso, é o que eu tenho, é o que está funcionando!” (Entrevistada E)

“Eu já estou me organizando nas férias, adiantando as minhas férias do ano que vem para ir lá e dividir esses cuidados com ela [irmã], essas tarefas com ela. Não só ficar na questão financeira.” (Entrevistada B)

Desta forma, ao passo que os relatos de nossos entrevistados estão de acordo com a afirmação de Boff (2005) quanto ao cuidador sair de si mesmo e se centrar no outro, ainda que desempenhem essa tarefa com empenho e atenção, compreendemos que nas famílias nas quais os idosos são dependentes, como nas famílias dos entrevistados C e E, o cuidar se revela ainda mais complexo, como podemos analisar a seguir:

“Tem minhas irmãs, né? Eu sou mais final de semana. Eu trabalho, e minhas irmãs ficam com eles [pais]. Eu sou mais quando eles vão lá em casa e final de

semana. Final de semana é a minha parte. Eu quase não saio porque em vez de ser um, são dois.” (Entrevistada C)

“Depois dos AVCs, ela [mãe] ficou com sequelas no andar e no braço direito que não movimenta. O plano é uma salvação. Mas, fico nessa corda bamba... lá e cá, lá e cá. Eu tirei férias agora em novembro, e as minhas férias toda, toda!, foi para resolver problema com as duas! Médico, levar para dentista... tudo isso!” (Entrevistada E)

Como percebemos neste relato apresentado da Entrevistada C, suas irmãs participam de modo ativo na tarefa de cuidar dos pais idosos dependentes, juntamente com a entrevistada. Além disso, também podemos perceber esse compartilhamento nas famílias nas quais os idosos são autônomos, como dos entrevistados A e D:

“Eu tenho uma irmã. Acontece que eu moro mais perto, e minha irmã mora mais distante, no Rio, mas um pouco mais distante. Minha mãe tem um pouco mais de contato comigo pela proximidade, mas, quando eu viajo, minha irmã assume a guarda. Ou também quando a semana engole a gente, um liga para o outro e pergunta: ‘ligou para a mamãe hoje?’. A gente vai trocando...” (Entrevistado D).

“Não é um cuidado isolado, é um cuidado compartilhado, principalmente, com uma irmã que mora mais perto e que presta assistência mais rápido, mais imediato. Eu tenho outros dois irmãos que cuidam de outros dois idosos de suas referências familiares. Isso é uma coisa que a gente também precisa compactuar, né? Eu tenho um irmão que reside no Recreio, que é absolutamente longe da minha mãe. (...) Esse cuidado com a nossa mãe é um cuidado compartilhado de diferentes formas. Há quem faça um cuidado financeiro, há quem faça um cuidado de pronto atendimento, há quem faça um cuidado de acompanhamento... por exemplo, eu não tenho condições de bancar um plano de saúde para ela. Esse outro irmão faz isso com total empenho, mas isso não o desobriga a outra forma de convivência, como quando nenhuma de nós duas podemos levar ao médico.” (Entrevistada A)

Como grifado acima, na fala da entrevistada A, podemos refletir acerca da reificada divisão sexual do trabalho, em que, predominantemente, nas famílias, os homens continuam a responder mais pelo sustento financeiro dos cuidados, ao passo que as mulheres, em geral, assumem o fazer cotidiano.

Para mais, parece-nos que, em geral, os indivíduos inseridos nessas dinâmicas tendem a naturalizar tal fato ou, quando menos, justificá-lo, como por exemplo, podemos compreender em Araújo e Scalón (2005).

Segundo as autoras, as relações intrafamiliares são derivadas tanto dos sentidos subjetivos conferidos por seus membros, pela dinâmica interna ao âmbito doméstico, como também são decorrentes dos modos de organização na vida pública e dos lugares em que os sujeitos disputam e ocupam nessas esferas.

Desta forma, o acesso a certos tipos de recursos, de acordo com Araújo e Scalón (op. cit.), influencia sobre a vida familiar, demonstrando, assim, que um dos aspectos mais evidentes disso é de que o “doméstico” permanece sendo relacionado a vida das mulheres, enquanto que os homens devem se ocupar do sustento financeiro de sua família.

Ainda se referindo à organização familiar quanto à atenção à mãe idosa da entrevistada A, outra questão que gostaríamos de ressaltar diz respeito à outra dinâmica familiar na qual seu irmão está inserido:

“Ele mora com o sogro dele. Meu irmão tem extremo cuidado e afeto com ele, e é uma relação recíproca. A minha cunhada é a única filha, e ele [idoso] ama meu irmão como filho. Então, todo o cuidado dele é meu irmão que faz. ‘Ah, ele cuida do sogro, mas não cuida da mãe?!’. A minha mãe não precisa de cuidados exclusivos dele. Ela precisa de afeto, convivência... ele é presente, mas se ela precisar ir ao médico, a gente [eu e minha irmã] nos reorganizamos para levá-la.” (Entrevistada A)

De acordo com Saad (2004) e Camarano et al. (2004), a direção e a intensidade do fluxo de apoio aos familiares idosos estão fortemente associadas a diferentes condicionalidades, a citar, o estado conjugal de ambas as partes. Saad (op. cit.) demonstra, por exemplo, que os idosos viúvos, como no caso do sogro do irmão da entrevistada A, tendem a receber mais ajuda do que os casados.

Assim, se observa que em muitas situações é preciso estabelecer uma co-residência que pode beneficiar tanto as gerações mais velhas como as mais novas. Embora, como indicado por Camarano et al. (2004), não se possa afirmar se esses arranjos familiares estão refletindo as preferências dos familiares envolvidos ou se são resultado de uma “solidariedade imposta”, seja devido a pressões econômicas, sociais e/ou de saúde⁵¹.

De qualquer modo, como pudemos inferir no desenvolvimento do estudo, historicamente a tarefa do cuidado foi, e permanece, sendo relacionada como uma

⁵¹ De acordo com as autoras, a “solidariedade imposta” é um relevante ponto a ser considerado em determinadas situações, uma vez que pode ser um elemento desencadeador de violências domésticas, por exemplo. Para maiores detalhes, ver Camarano et al. (2004).

função feminina (IPEA, 2010; MOSER e PRÁ, 2016). Em geral, os cuidados aos idosos, crianças e doentes são realizados pelas esposas, filhas, noras e irmãs, demonstrando, dessa forma, que nas dinâmicas familiares os cuidados são perpassados pelo viés de gênero (LYRA et al., 2003; ARAÚJO e SCALON, 2005).

Contudo, Santos e Rifiotis (2006) demonstram que determinadas famílias desenvolvem estratégias específicas de cuidados, inclusive, evidenciando casos que devido à cumplicidade desenvolvida ao longo do convívio, proximidade física ou por não disporem de ajuda profissional ou de familiares e amigos próximos, homens idosos atuam no cuidado de suas esposas, como ocorre na família do entrevistado D:

“O meu pai é idoso, mas ele mora com uma outra pessoa, então acabam se cuidando. Ele mora em outro município, na Região dos Lagos, e eu não tenho muito contato. (...) Na verdade, meu pai que acaba cuidando do irmão dele. Mas, felizmente a saúde... é aposentado, tem renda, então ele consegue. O ruim é que ele está longe, mas tem uma pessoa que aciona a gente numa emergência, seja quilômetros de distância.” (Entrevistado D)

Isto posto, esses relatos nos remetem às reflexões de Lyra et al. (2003) e Saffioti (1987), uma vez que, ao passo que podemos considerar práticas cotidianas, instituições sociais e ideologia que impõem determinadas condutas às mulheres, o mesmo também pode-se pensar em relação aos homens.

Nessa sociedade, ser macho é afastar-se de tudo que se correlaciona à habilidade feminina, como expressões de sentimentos como a sensibilidade, a preocupação e o cuidado. Segundo Saraiva (1998), dentre os homens há um receio quanto à feminização, e, por isso, buscam se distanciar do que culturalmente refere-se ao feminino, sendo obrigados, inclusive, a castrarem até mesmo qualidades e aptidões.

Isto posto, não nos foi relatado se o irmão e o pai dos entrevistados, respectivamente, A e D, sentem um estranhamento dos demais ou deles próprios sobre os cuidados que exercem, mas acreditamos na importância de refletirmos sobre a dimensão de gênero quando se discute famílias e cuidados.

Retomando as falas dos entrevistados A e D, não foram expressos maiores impasses de convivência familiar, seja entre o entrevistado e a sua mãe,

assim como o entrevistado e seus irmãos. Acreditamos que isso se deve, principalmente, por poderem partilhar a responsabilidade do cuidado.

Além disso, ainda que cuide de idosos dependentes, observamos essa mesma perspectiva de compartilhamento na família da entrevistada C. Contudo, se essas famílias partilham essas tarefas, o mesmo não pode se constatar, de acordo com o seu relato, com a Entrevistada E, como se pode apreender:

“E as pessoas perguntam: ‘Poxa, mas sua irmã mora lá do lado! Ela não vai?’ Não, ela não vai. Minha mãe não é prioridade para ela. Ela [irmã] está trabalhando, ela faz [graduação] direito em uma faculdade lá em Nova Iguaçu, está estagiando... ela faz o estágio de manhã e vai à universidade à tarde, e ainda alega que não tem tempo. Então assim, eu não vou falar, não vou ficar pedindo porque eu acho que ela está vendo a situação... E eu fico assim: ‘Bom, se pelo menos ela passa lá e vê como está a situação, é o que ela pode fazer... Mas que minha mãe não é prioridade para ela, não é. A prioridade dela hoje é cuidar da vida dela! E eu respeito! Não posso fazer nada!’” (Entrevistada E)

Isto posto, por meio de Santos e Rifiotis (2006), apreendemos que a pessoa que assume a responsabilidade de cuidar do idoso espera que os demais familiares se solidarizem, e, assim, auxiliem nessa tarefa. Entretanto, se não se concretiza como o esperado, o cuidador pode se sentir em desvantagem em comparação aos outros familiares, e, portanto, concebe o cuidado como oneroso, além de se sentir tolhida em suas necessidades:

“Mas, eu que tenho que administrar, levar ao médico... porque minha irmã não leva! Vê se acabou ou não remédio... eu que tenho que comprar quando acaba e enviar pelo correio porque minha irmã não compra... então, fica tudo em cima de mim... [pausa]. (...). Eu sou do signo de peixes, e uma coisa que eu prezo muito é pela liberdade. E hoje eu não sou livre.” (Entrevistada E)

Dessa forma, apreendeu-se por meio da narrativa da entrevistada E que por ela não sentir que pode partilhar a responsabilidade de cuidar de sua mãe com os outros irmãos, ser a única familiar próxima que apoia sua tia e, como podemos compreender no relato a seguir, estar inserida em um complexo conflito familiar, e, possivelmente, interno, é gerado nela uma sobrecarga tanto física quanto emocional.

“Em fevereiro desse ano (...) eu decidi entrar com um processo de interdição dela [mãe]. Eu vi que ela já estava se colocando em risco. Mas ela não aceita vir morar comigo. Como moro com a minha tia, são cunhadas, por conta da separação lá no passado ficou muita mágoa, muito rancor...” (Entrevistada E)

Além disso, também se tornou evidente que para essa entrevistada soma-se ainda o ônus da responsabilidade financeira a qual deve dispensar à sua mãe idosa, o que acreditamos que também pode contribuir no sentido atribuído por ela a essa tarefa:

“E com a minha mãe, em fevereiro desse ano, ela me liga chorando dizendo que precisava de R\$900 emprestado. Com muito custo, ela me falou que era para pagar agiota. (...) Quando a gente a visitava, eu já vinha percebendo umas coisas estranhas... (...) Ela não me disse porque pegou o dinheiro. Só disse que estava precisando, precisando, precisando... (...) A gente descobriu que ela tinha perdido toda, toda!, a aposentadoria dela! Toda! Toda! Não sobrava um centavo. A gente tirou um extrato [bancário], e o que a gente descobriu? (...) Ela fez 9 empréstimos... 9! Ao todo soma quase R\$40.000, e ela não sabe onde ela colocou esse dinheiro. [Pausa e respiração profunda]. E eu tirei ela de São Gonçalo e coloquei ela nessa casa de Nova Iguaçu. (...) Então, eu aluguei no meu nome, a conta de luz está no meu nome, quem está mantendo o aluguel sou eu e eu não tenho ajuda de ninguém. Nem dessa minha irmã e nem do meu irmão.” (Entrevistada E)

Percebemos, dessa forma, devido à ênfase dada em diversos momentos pela entrevistada, como por exemplo, repetição de palavras, pausas e expressões o quanto ela pode estar se sentindo frustrada, preocupada e onerada nessa situação em que ela e sua família se encontram.

Corroborando, assim, as análises de Rocha-Coutinho (1994), uma vez que, de acordo com a autora, embora essas relações familiares também possam ser perpassadas por afeto, os membros familiares também podem estar ligados por diferentes obrigações como, nesse caso, econômicas.

Assim sendo, como indicado por Moser e Prá (2016), compreendemos que podem ser muitos os motivos pelos quais os/as cuidadores/as informais domiciliares se dedicam a esta tarefa de cuidar de um idoso. Por exemplo, o sentimento de reciprocidade, a obrigação, a culpa ou até mesmo evitar o julgamento de conhecidos.

Além disso, constatamos, especificamente nas nossas entrevistas, que à medida que o idoso se torna mais dependente, sobretudo, física e financeiramente, mais o cuidador familiar atribui como dispendiosa essa responsabilidade, demonstrando, dessa forma, a dificuldade, seja ela emocional, material ou econômica de cuidar de um idoso sem muitas vezes a maior preparação de seus familiares (ALCÂNTARA, 2004).

Assim, ao realizarmos a pergunta gerativa “Para você, como é cuidar de uma pessoa idosa?” obtivemos diferentes respostas, algumas, por sua vez, que em

dado momento se reafirmavam e se contradiziam, demonstrando, dessa forma, o quão complexo é cuidar do outro, como podemos analisar a seguir:

“[Cuidar da minha tia] é prazeroso, mas dá trabalho. (...) É prazeroso porque é uma forma de retribuição, né? Por tudo que já fez por mim porque eu fui criada por ela. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem uma sobrecarga, assim, financeiramente, porque eu não deixo ela sem o plano de saúde. Então, me onera no meu pagamento, mas eu não reclamo! Quando eu reclamei de pagar: ‘Ah, está puxado!’, foi quando ela passou mal e ficou internada 5 dias no CTI. Aí eu falei: ‘Caraca! Imagina se eu não tivesse esse plano? Seria desesperador estar atendendo ela!’. Depois desse evento eu falei: ‘Não, eu pago! Eu deixo de pagar qualquer outra coisa, mas eu pago!’. Quando precisa que a gente dá valor pelo plano [de saúde]”. (Entrevistada B)

Assim sendo, como foi possível apreender, o sentimento de reciprocidade é a principal razão que motiva a entrevistada B cuidar de sua tia idosa, principalmente por haver um dever de retribuir o que lhe foi dado durante toda a vida. Desta forma, aludindo o que Sarti (1994) sinaliza quanto ao universo moral que ao longo dos anos foi estabelecido e que é constituído por relações sociais, em que há um sistema formado por três obrigações: o dar, o receber e o retribuir.

Além disso, outra questão que destacamos nessa fala da entrevistada B é quanto ao reflexo do avanço das propostas governamentais no que tange os processos de privatização e comercialização da saúde, no qual o direito à gratuidade e qualidade desse serviço público é constantemente colocado em xeque (CFESS, 2010), o que faz com que diversos sujeitos, como o caso de nossa entrevistada, tenham que destinar parte de seu salário para pagar um direito que lhe é garantido em lei, assim como a entrevistada E:

“A minha tia não tem plano de saúde, e quando a gente precisa recorrer é ao SUS. A minha mãe eu já consegui colocar como minha dependente na Prefeitura, então ela tem o plano (...) e que é um adianto. Depois dos AVCs, ela [mãe] ficou com sequelas no andar e no braço direito que não movimenta. O plano é uma salvação.” (Entrevistada E)

Dessa forma, comprovando, assim, as afirmações de Debert (2002 apud SANTOS e RIFIOTIS, 2006) em que hoje vivemos a “reprivatização do cuidado”. Isto é, no atual avanço neoliberal a desresponsabilização do Estado no cuidado e proteção ao idoso, assim como à família, é cada vez mais naturalizada.

Podemos perceber, quando analisado os sentidos atribuídos por outras entrevistadas às suas dinâmicas, relações e funções familiares referentes ao

cuidado de longa duração de idosos que exercem que outros elementos podem adquirir maior relevância:

“Bom, é difícil, né? Difícil porque eles são complicados... são teimosos... é muito complicado.” (Entrevistada C)

“É... está sendo bem exaustivo. Eu acho que essa é a palavra para que eu venho refletindo de uns 8 anos para cá. Eu vou resumir até chegar onde eu estou. (...) E eu fico nesse meio... preciso cuidar da tia com quem eu moro de 86 anos e da minha mãe de 72 anos, que dependem totalmente de mim. Por isso que eu falo, a minha palavra é exaustão. Eu fico pensando: como seria se eu não pudesse cuidar delas? (...) Como eu vou lidar com essa exaustão? Às vezes eu fico me perguntando: ‘Como, meu Deus?!’” (Entrevistada E)

A partir dos relatos dos nossos entrevistados, tanto daqueles que cuidam de idosos autônomos como dependentes, foi possível captar a interferência da personalidade do idoso, sobretudo, a teimosia e o temperamento difícil, no sentido atribuído pelo cuidador, como apreendemos nas falas a seguir:

“Então, assim, é... Tem esse cuidado todo, esse trabalho todo. Às vezes tem a teimosia por ter essa autonomia ainda, e a gente que é mais novo acha que eles às vezes não podem decidir mais nada. (...) Então, assim, é um cuidado que a gente fica cansado, entendeu?” (Entrevistada B)

“O meu pai tem 90 [anos]. Então, quer dizer, quanto mais velho mais teimoso fica. É muito difícil. Complicado. Acaba virando criança. Um já é complicado, imagine dois! Um dando mais trabalho do que o outro. Ele [pai] é teimoso demais! Fica fazendo um bando de estripulia! Não pode nem ficar sozinho, porque quando chegar em casa não encontra mais ninguém. Vivo né? [Risos]” (Entrevistada C)

“Minha tia não é uma idosa fácil de convivência. Ela é portuguesa e acha que tudo o que ela fala é o certo. Tem o temperamento difícil... Então assim, não tem escuta, não aceita o que a gente fala... e eu tenho procurado ir nesse embalo. Como eu trabalho aqui, a gente lida com essas situações de violência de idoso, de teimosia... a gente acaba aprendendo um pouco, e eu deixo da forma que ela quer. Também não forço, a hora que ela quer ir, a gente vai. (...) Mas é muito exaustivo! Não é um cuidado simples não! Não é simples porque não são pessoas simples de lidar, são pessoas que não têm escuta. (...) A minha mãe acaba acatando o que eu falo porque ela também não tem outra saída, mas a minha tia não. Ela está com a mente boa, apesar de ser mais velha. E ela faz o que ela quer.” (Entrevistada E)

Desse modo, esses relatos reafirmam que tornar-se cuidador familiar de um idoso não é uma tarefa simples, pois, além das preocupações, inseguranças e medos que acreditamos acompanhar, em geral, esse processo, justamente por a questão do idoso permanecer sendo, universalmente, problema de responsabilidade das famílias (MINAYO, 2003), ao passo que o indivíduo envelhece, determinadas qualidades e defeitos nos parecem ser potencializados. Assim, reafirmando que a família é constituída por constantes processos de desigualdades, acordos, conflitos, concessões e negociações.

Referindo-nos, especificamente, à fala da entrevistada C, Waldow (2008) indica que diante de uma situação de alta dependência do idoso, os filhos, normalmente, se responsabilizam pelo cuidado de seus idosos, representando, desta maneira, uma inversão dos papéis. Isto posto, para o autor, a vulnerabilidade é uma condição que solicita o cuidado, podendo ser uma necessidade expressa ou deduzida, e que sempre o ato de cuidar é uma troca transformativa, tanto para o cuidador como para aquele que é cuidado.

Assim sendo, quanto à inversão de papéis que Waldow (2008) sinaliza que ocorre nas relações familiares nas quais os idosos têm alta dependência, também observamos essa mesma tendência, por vezes, de infantilização do idoso, nas falas de nossos entrevistados cuidadores de idosos autônomos, conforme exemplos:

“O que eu acho que é difícil? A minha mãe é uma pessoa extremamente afetiva e muito autônoma (...) Ela não procura um médico em um bairro que ela não possa ir sozinha (...) e essa autonomia dela às vezes nos causa um pânico! Ela diz, por exemplo: ‘hoje eu quero ir sozinha!’. Mas, ao mesmo tempo, eu entendo que é o momento que ela sabe o tempo de vida que ela teve, que ela tem e que ela terá. (...) Então, tudo aquilo que a gente presencia [no trabalho], a gente procura sempre fazer o oposto para que o nosso idoso seja de alguma forma mais protegido. Às vezes excessivamente protegido.” (Entrevistada A)

“A gente que quer mandar, quer dizer. Ela faz acompanhamento com geriatra, e às vezes é rebelde na medicação. Aí eu falo: ‘Não vai não!’. Eu faço chantagem: ‘Vou falar com a Dra. Nancir, sua médica!’. Então, por ter essa autonomia e esse poder de decisão, às vezes a gente infantiliza um pouco.” (Entrevistada B)

Desta maneira, em conformidade com Bosi (1994), em muitos casos, há dentro da própria família um consenso para cuidar do idoso “para o seu próprio bem”, e, como consequência disso, em geral, eles são estimulados a ficarem dependentes, e, cada vez mais tendo sua liberdade de escolha privada.

Contudo, a entrevistada B ao refletir enquanto cuidadora de sua tia autônoma e no sentindo de infantilizá-la, compreendeu que há uma determinada autocobrança para que consiga retribuir na mesma medida o que ela lhe ofereceu ao longo da vida:

“E às vezes eu acho que esse cuidado que eu exerço, sou eu até que me cobro mais tentando dar essa devolutiva, né, dos cuidados que já recebi dela também. Porque às vezes eu acho que eu exagero! Apesar dela não ser dependente, às vezes eu acho que eu exagero, eu me cobro. Então eu acho que assim, o peso sou eu mesma. Não é nem porque ela exija... exige um pouco! Mas sou eu mais!” (Entrevistada B)

No entanto, se as famílias das entrevistadas A, B e E têm por vezes a propensão de infantilizar suas idosas, observamos que o mesmo não ocorre na família do entrevistado D. Segundo seu relato, sua mãe, que tem 76 anos e ainda trabalha extralhar, assume relevante papel na organização da família, principalmente no auxílio aos cuidados com o neto, como explicitado:

“Inclusive, ela me ajuda no cotidiano dela. Agora menos, mas já ficou com o meu filho quando saía da escola. Ainda tem essa coisa de quando eu saio para algum lugar, ela que fica com ele. Então, ela ainda assume esse papel de suporte da gente.” (Entrevistado D)

Movimento esse de significativa presença das avós na vida familiar que, como apreendemos, de acordo com Vitale (2003), vem se manifestando desde o século XX, uma vez que, nessa época, essa dinâmica familiar representava benefícios tanto para os pais – por poderem partilhar os cuidados das crianças – como para as avós, já que esse compartilhamento se traduzia em maiores chances de receberem ajuda.

Assim, ao percebermos que essas relações e padrões são construídos socialmente (VITALE, op. cit.), podemos pensar que não é natural as mulheres serem mais engajadas nas relações de troca do que os homens, conforme inferido por Saad (2004), assim como a “domesticação” do envelhecimento que Faleiros (2014) aponta que é cada vez mais recorrente na atualidade, pois sobre ambos os sexos – e sobre ambas as gerações – ainda recaem os tradicionais papéis de gênero.

Desta maneira, a partir das análises dos sentidos atribuídos por nossos entrevistados enquanto cuidadores de seus pais e tias idosas, percebemos que para

os familiares de idosos autônomos, destacamos, sobretudo, o sentimento de retribuição e a autocobrança presentes em suas falas.

Além disso, percebemos que mesmo que alguns deles se sintam sobrecarregados, como a entrevistada B, eles próprios, quando refletem sobre as relações e dinâmicas familiares dos demais colegas de trabalho, não se permitem queixar, conforme o relato apresentado a seguir:

“Mas às vezes eu fico olhando as meninas [outras profissionais do CREAS] e eu falo: ‘não, eu não tenho que reclamar muito não!’. Tem situações muito mais pesadas! Até os casos que eu recebo aqui no CREAS! Eu penso assim: ‘não, você não tem que reclamar de nada não!’. Tem situações muito mais pesadas por aí... Apesar de eu me sentir sobrecarregada em alguns momentos, ‘tem que receber essas ligações [da tia], e eu estou na rua. Aí larga trabalho, vai lá...’, ainda tem situações muito mais difíceis por aí.” (Entrevistada B)

Já no que tange aos sentidos atribuídos pelas entrevistadas cuidadoras de idosos dependentes, foi-nos ressaltado o quão dispendioso para elas é assumir essa responsabilidade, seja pelo alto grau de dependência do idoso, pela personalidade dele ou por próprios conflitos intrafamiliares. Dessa forma, para essas entrevistadas cuidar de suas idosas é uma tarefa, especialmente, difícil e exaustiva.

“Então, no fundo no fundo o que eu penso da minha mãe e da minha tia é que são pessoas que não construíram vínculos de amizade, né? Foram pessoas que acharam que sempre iriam fazer as coisas muito só. Que achavam que se bastavam. Venho trabalhar, tenho os amigos que a gente divide muito aqui no CREAS... somos muito amigos aqui! Não somos colegas, somos amigos! Além de termos estudado na universidade juntos, a gente se conhece mais de 20 anos. Então, isso é uma benção! O fato da gente ter essa união aqui é um suspiro, respiro! E a gente divide muito! Isso ajuda! Fora as outras amizades também que me ligam convidando para tomar um café e conversar, dividir opinião...” (Entrevistada E)

Assim sendo, ainda que cuidar de uma pessoa idosa seja, por vezes, uma tarefa complexa e uma árdua responsabilidade, como compreendemos na fala acima, por meio de nossos entrevistados foi possível apreender a relevância de criarmos e fortalecermos vínculos e redes de apoio, além de envidar os melhores esforços na responsabilização do Estado tanto no cuidado direto a idosos como na garantia de suporte a cuidadores familiares.

5.

Considerações Finais

Esta dissertação teve como proposta realizar uma análise acerca dos sentidos atribuídos por cuidadores principais em âmbito familiar que são responsáveis pelo apoio material, afetivo e/ou financeiro de seus idosos. Para tanto, procurou-se apreender as percepções dos participantes da pesquisa, técnicos do CREAS Maria Lina de Castro Lima, acerca dessas dinâmicas familiares nas quais estão inseridos, seja na condição de filho/a, companheiro/a, irmão/ã ou genro/nora dos idosos.

Assim, para o aprofundamento do estudo, tendo em vista as particularidades dessas realidades, optamos que a pesquisa se desenvolveria por moldes qualitativos e teríamos como referência princípios hermenêuticos-dialéticos. Além disso, utilizamos como instrumento de produção de dados a entrevista do tipo narrativa e o tratamento dos dados deu-se por meio do Método de Interpretação de Sentidos.

Entretanto, antes de adentrarmos nos resultados da pesquisa – apresentados e analisados no capítulo 4 –, acreditamos que discussões realizadas ao longo do trabalho, nos fundamentando em diversos autores, sendo alguns deles citados a seguir, possibilitaram a melhor compreensão acerca da complexidade do objeto de estudo.

Desta forma, através de Rocha-Coutinho (1994) e Oliveira (2011; 2017), compreendeu-se que as famílias brasileiras ao longo dos anos foram se modificando. Para além, constatou-se, nesse estudo, que esse aspecto permanece na atualidade. Ou seja, utilizando a expressão de Goldani (2005), se convive com famílias reinventadas.

Contudo, como demonstrado, se houve, nos últimos anos, um maior reconhecimento dos seus possíveis diversos arranjos, percebeu-se, de igual modo, que a tradicional família nuclear ainda hoje serve de referência para os formuladores de políticas sociais, como indicado por Teixeira (2018).

Problemática analisada, por exemplo, por Carloto e Mariano (2008) e Cardoso (2018) acerca da concepção de acesso aos programas de transferência de

renda, como o Bolsa Família. Por meio desses autores compreendeu-se que a centralidade desses serviços, programas e projetos não está na família, mas sim na mulher-mãe.

Desta forma, apesar de termos assistido nas últimas décadas uma significativa mudança no papel social da mulher, como uma maior igualdade jurídica entre os sexos, nas sociedades ocidentais modernas, que propiciou uma ampliação da sua liberdade e autonomia, não se pode pensar que as desigualdades de gênero tenham sido superadas.

Fato que se justifica por termos compreendido no presente estudo que os discursos e práticas permanecem sendo atravessados pelas mesmas por expectativas que guardam bastantes similaridades ao longo dos tempos, que naturalizam os papéis sociais determinados para cada membro familiar, seja reafirmando o lugar da mulher na esfera do cuidado ou propiciando que o homem se afaste e seja afastado dessa tarefa.

Discussão realizada e que podemos destacar também é a relação entre família-cuidado-Estado. Constatou-se que na atualidade há cada vez mais a defesa do projeto de privatização, que faz parte do avanço da agenda de reformas de cunho neoliberal. Com isso, observa-se uma maior mercantilização da saúde e da previdência, o que faz com o que haja, de acordo com Miotto (2018), uma imposição de dependência e a negação do direito de cidadania, uma vez que é dificultado aos idosos e à família o acesso universal a seus direitos, além de serem transferidas para a sociedade civil e família ações de responsabilidade estatal.

Questão essa que se revelou evidente, sobretudo, quando analisado na referida dissertação diferentes marcos legais, programas e projetos referentes à família e ao segmento idoso, a citar, o segundo artigo da LOAS, determinados artigos, como o 230 e o 3º, respectivamente, da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto do Idoso, além das propostas do Programa Melhor em Casa.

Por meio deles, em suma, foi possível verificar que ainda há um reconhecimento da família como uma instituição idealizada, na qual a proteção, o cuidado, o amor e o sentimento de reciprocidade são tidos como características inerentes a ela. Portanto, não a considerando tão somente por características positivas, mas igualmente como contraditória, permeada por conflitos, acordos, desigualdades e concessões. E, assim, um espaço, como afirmado por Oliveira

(2011; 2017), de disputa de poder entre gêneros e gerações, em que ocorre reprodução de desigualdade.

Ao contrário, pôde-se constatar a reafirmação da obrigatoriedade do cuidado familiar, principalmente, quando se pensa que não houve avanços na normatização de uma política de cuidados de longa duração, mas sim processos de desproteção e penalização às famílias.

Inferiu-se que no âmbito dos programas e serviços assistenciais, em grande parte dos casos, o elemento decisório não é o direito do indivíduo, mas sim as possibilidades familiares de sustentar ou não determinadas situações. Assim sendo, percebeu-se no desenvolvimento da pesquisa que são insuficientes os programas que têm se direcionado para as famílias no sentido de auxiliá-las a enfrentar as dificuldades cotidianas que se revelam no processo de cuidar de um idoso, o que ocasionam importantes impactos nos indivíduos e nas relações familiares.

Problemática esta que se revelou quando analisamos os resultados da pesquisa quanto aos sentidos atribuídos por cuidadores familiares de idosos. Dentre 5 entrevistas realizadas, 3 delas demonstraram se tratar de situações em que o idoso era independente, e o apoio do cuidador – sendo 2 casos de filho/a e 1 caso de sobrinha – era instrumental, isto é, ofereciam suporte para a manutenção da autonomia do idoso.

Nesses casos, relevantes questões foram tocadas, como por exemplo, a tendência do familiar em infantilizar a pessoa idosa e as diferentes inserções do idoso na família, uma vez que recebe apoio familiar, mas também exerce importante papel junto à sua família, sobretudo, auxiliando no cuidado com as crianças menores.

Quanto aos sentidos atribuídos por estes cuidadores, pôde-se perceber que o sentimento de reciprocidade era a principal motivação para auxiliarem os idosos. Para mais, ainda que tenha sido expressa uma afeição que os conectava, constatou-se que essas relações harmoniosas não deixam de ser passíveis dos familiares sentirem simultaneamente um certo fardo.

Já nas outras 2 entrevistas, o cuidador familiar era responsável pelo apoio funcional, ou seja, era preciso que auxiliasse o idoso para a realização das atividades mais básicas do cotidiano. Nessas situações, pôde-se perceber que as

cuidadoras – um caso sendo filha e no outro filha e sobrinha – acumulam diversas responsabilidades simultaneamente.

Para além do trabalho extraluar, essas cuidadoras familiares também afirmaram terem que dividir seu tempo na tarefa de cuidar não tão somente de um idoso, mas de dois idosos. Nas situações em questão, diferentes problemáticas foram apresentadas pelas entrevistadas, sobretudo, no que se refere ao necessitarem utilizar seu tempo de descanso, como finais de semana, folga e férias, para cuidarem de seus pais dependentes.

Além disso, indicaram o quão dispendioso financeiramente é cuidar desses idosos, uma vez que são altos os custos com plano de saúde, moradia e medicamento, por exemplo. Outro fator também mencionado foi a dificuldade em lidar com os pais, uma vez que suas personalidades foram atreladas à teimosia e ao orgulho.

Desta forma, quanto aos sentidos atribuídos por essas cuidadoras, dentre outros motivos, compreendeu-se que a obrigação moral se revelou como uma das principais razões do porquê se dedicam à tarefa de cuidar de um idoso.

No que se refere às dificuldades da pesquisa, podemos elencar três delas. A primeira guarda relação com a pesquisa empírica. Apesar de termos primeiramente estabelecido como possíveis entrevistados os cuidadores familiares participantes das atividades desenvolvidas pelo CREAS Maria Lina de Castro Lima, foi preciso, mediante a recomendação da equipe técnica do equipamento, modificar nossa estratégia para alcançar o objetivo da pesquisa.

Dessa forma, nos fundamentamos em Minayo (1994), quando a autora afirma que, quando combinados a teoria, o método e a criatividade, eles se apresentam como ótimos ingredientes que produzem conhecimento e dão prosseguimento à tarefa dinâmica de investigar a realidade e desvendar seus segredos.

Além disso, percebeu-se outro desafio para o aprofundamento da pesquisa. No Brasil, especificamente, a produção científica acerca da velhice e as questões que a permeiam ainda são recentes, como confirmado por Miranda et al. (2016). Desse modo, ainda que a década de 1960 tenha sido marcada pelo início do envelhecimento da população brasileira, esses estudos só avançaram a partir dos anos de 1980.

Assim, por diversas vezes, foi preciso recorrer a autores em que suas discussões não se centravam, estritamente, ao segmento idoso, mas que ao analisarem um processo semelhante de responsabilização das famílias por seus membros vulnerabilizados, como as crianças e os doentes, por exemplo, pudéssemos estabelecer um contraponto.

Já o terceiro obstáculo que pudemos constatar refere-se que a maioria dos estudos que versam sobre os cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar se direcionam para as assimetrias de gênero, porém o mesmo não se observou quanto ao recorte de classe.

Quanto a esta dimensão, depreendemos que ainda são escassos os estudos que a consideram como principal categoria de análise quando se pesquisa o cuidado familiar com idosos. Assim, embora não tenhamos acesso a muitos estudos que poderiam corroborar nossa discussão, ressaltamos que buscamos, sempre que possível, considerar a importância dessa dimensão para a discussão.

Desse modo, são diversas as questões suscitadas quando refletimos acerca do cuidado familiar de idosos. Tendo em vista que não objetivamos apresentar respostas conclusivas, mas sim aprofundarmos nossa reflexão acerca de um assunto complexo e multidimensional – que tanto nos parece familiar, embora tenhamos buscado transformá-lo em exótico (VELHO, 1978) – que esse estudo se realizou.

Além disso, almejamos que essas análises incentivem outras indagações para futuros trabalhos, tanto da presente pesquisadora como de demais entusiastas pelo tema. Possibilidade esta de contribuição para novas pesquisas que se apresenta relevante, especialmente quando se considera que a discussão acerca dos cuidados de longa duração de idosos em âmbito familiar, principalmente no campo de investigação do Serviço Social brasileiro, ainda é pouco frequente.

Isto posto, como modo de socialização dos resultados da presente pesquisa, buscaremos publicizar o estudo por meio de participação em eventos científicos e publicação de artigos referentes ao trabalho.

Por fim, como identificamos a necessidade de estudos que versem sobre o cuidado familiar de idosos que tenham não apenas o gênero, mas também a classe como dimensão de análise, pretendemos desenvolver futuras pesquisas que avancem nesse sentido.

6.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, A. de O. **Velhos institucionalizados e família:** entre abafos e desabafos. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

ALMEIDA, A. V. et al. **A Feminização da Velhice:** em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 1, p. 115 - 131, jan./jun. 2015.

ARAÚJO, L. M. de. **Relações de gênero e violência:** estratégias de resistência por parte de um grupo de mulheres da Favela da Mangueirinha na Baixada Fluminense. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2015.

ARAÚJO, L. M. C. **Violência e Saúde:** limites e desafios para atendimento a casos de violência doméstica na Maré por profissionais da Atenção Básica à Saúde. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2019.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.) **Gênero, famílias e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksmann. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986.

BANDEIRA, L. M.; OLIVEIRA, E. M. de. Trajetória da Produção Acadêmica sobre as Relações de Gênero nas Ciências Sociais. In: **GT 11 - A transversalidade do gênero nas ciências sociais**. XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro de 1990.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo:** experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BETIM, F. **Tuberculose na Rocinha**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/03/politica/1441270863_849228.html>. Acesso em: 09 de fev. 2020.

BEZERRA, F. C.; ALMEIDA, M. I. de; THERRIEN, S. M. N. **Estudos sobre Envelhecimento no Brasil: Revisão Bibliográfica**. Ver. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, 2012.

BOARINI, M. L. **Refletindo sobre a nova e a velha família**. Psicologia em Estudo, Maringá, n. esp., p. 1-2, 2003.

BÔAS, B. V. **No Brasil, mais de 15 milhões vivem com até R\$ 140 por mês**. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/12/05/no-brasil-mais-de-15-milhoes-vivem-com-ate-r-140-por-mes.ghtml>>. Acesso em: 29 set. 2019.

BOSI, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOFF, L. **O cuidado essencial: princípio de um novo ethos**. Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, 2005.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de**

Assistência Social PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-socialsnas/cadernos/politica-nacional-de-assistencia-social2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nobsuas>>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – Disque 100. **Geral de Denúncias.** Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>> Acesso em: 18 mar. 2019.

BRUM, E. **A suave subversão da velhice.** Revista Época, (188). Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI136844-15228,00-A+SUAVE+SUBVERSAO+DA+VELHICE.html>>. Acesso em: 14 abr. 2019

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. (Orgs.). **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M.T. O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. IN: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros:** muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA; 2004.

CAMARANO, A. A. et al. Famílias: Espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. IN: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os Novos Idosos Brasileiros:** muito além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA; 2004.

CAMARANO, A. A. **Cuidados de Longa Duração para a População Idosa:** um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. e; Cuidados de longa duração no Brasil: o arcabouço legal e as ações governamentais. IN: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa.** Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

CARDOSO, J. N. O Trabalho Social com Famílias na Proteção Social Básica e suas Repercussões nas Relações de Gênero. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.). **Trabalho com família no âmbito das políticas públicas.** Campinas: Papel Social, 2018.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. **A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 14(2): 153-168, jul.-dez./2008.

CARNEIRO, L. **O Brasil e o IBGE através dos censos**. Caminhão de recenseamento do IBGE. 2016 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/o-brasil-o-ibge-atraves-dos-censos-19367495>>. Acesso em: 29 set. 2019.

CASTEL, R. A Metamorfose da Questão Social: uma crônica do salário, Petrópolis, Vozes, 1998. CARVALHO, P. de O. Trabalho com Famílias na Assistência Social: Possibilidades e Limites do Trabalho Socioeducativo com Grupos. In: TEIXEIRA, S. M (Org.). **Trabalho com família no âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais (2). Brasília: CFESS, 2010.

COSTA, R. G. **Reprodução e gênero**: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n.2, p. 339-355, 2002.

DEBERT, G. G. **Envelhecimento e o curso da vida**. Revista Estudos Feministas, v. 5, n. 1, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12564/11720>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

DEBERT, G. G. "Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a Velhice". In: DEBERT, G.G. **Antropologia e Velhice**, Textos Didáticos, n.19, IFCH, 1998.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEZAN, A. **Copacabana é o bairro que mais concentra idosos no Rio**. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/copacabana-e-o-bairro-que-mais-concentra-idosos-no-rio/n1597058058571.html>>. Acesso em: 27 jan. 2019.

DIAS, I. **Envelhecimento e violência contra idosos**. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. XXV, 2005, pp. 249-273. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3731.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

DRAIBE, S. M. **Políticas sociais e o neoliberalismo**. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. Revista da USP, nº 17. São Paulo: USP, mar/abr/mai, 1993.

FACO, V. M. G.; MELCHIORI, L. E. Conceito de família: adolescentes de zonas rural e urbana. In: VALLE, T. G. M. (Org.). **Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FALEIROS, V. de P. **Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios**. Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 6-21, jan./jun. 2014.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **L'impossible prison, recherches sur le système pénitentiaire au XIX siècle**. Paris, Éd. du Seuil, 1980.

FREITAS, R. C. S.; BRAGA, C. D.; BARROS, N. V. Famílias e Serviço Social – Algumas Reflexões para o Debate. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M. T. (Org.). **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. Lumem Juris, 2011.

GABRILLI, M. **Um idoso é agredido a cada dez minutos no Brasil**. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/um-idoso-e-agredido-a-cada-dez-minutos-no-brasil/>> Acesso em: 06 mar. 2019.

GIACOMIN, K. C.; COUTO, E. C. **O caráter simbólico dos direitos referentes à velhice na Constituição Federal e no Estatuto do Idoso**. Revista Kairós Gerontologia, 16(3), pp.141-160. São Paulo: PUCSP, 2013.

GOLDANI, A. M. **Famílias e Gêneros: Uma proposta para avaliar (des)igualdades**. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/982/947>>. Acesso em: 19 de ago. 2019.

GOLDANI, A. M. **Reinventar políticas para famílias reinventadas**: entre la “realidad” brasileña y la utopia. Políticas hacia las familias, protección e inclusión social, CEPAL, 2005. Disponível: <https://nisfaps.paginas.ufsc.br/files/2015/09/GOLDANI_familias-reinventadas.pdf>. Acesso em: 09 de mar. 2020.

GOLDMAN, S. N.; FALEIROS, V. de P. **Violência contra a pessoa idosa**: algumas reflexões. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. (s.d.). Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/30148061/idosos-modulo12>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F. do; ARAÚJO, F. C. de. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. In: Cad. **Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 23(3):565-574, mar. 2007.

GROSSI, P. K. et al. **O Trabalho do Assistente Social no CREAS**: impasses e desafios para a garantia de direitos. Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, 2013. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9457/2/O_TRABALHO_DO_ASSISTENTE_SOCIAL_NO_CREAS_impasses_e_desafios_para_a_garantia_dos_direitos.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

GUEDES, M. E. F. **Gênero, o que é isso?**. Psicol. cienc. prof., vol.15, n.1-3, Brasília, 1995.

GUTIERREZ, D. M. D; MINAYO, M. C. S. **Produção de conhecimento sobre cuidados da saúde no âmbito da família**. Ciência Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v.15, p.1497-1508, 2010.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Parte 2. Petrópolis: Vozes, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população por sexo e idade: Brasil 2000-2060**. Unidades da Federação 2000-2030. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000014425608112013563329137649.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perspectivas da política social no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010.

KEHDI, R.G.P. **Estado da arte de cuidar**: apontamentos sobre estudos contemporâneos acerca da relação entre cuidado e família. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2017.

LYRA, J. et al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais/PUCSP, 2003.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. **Cidadania e equidade de gênero**: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. Katálisis, v.8, n.1, jan./jul. 2005.

MARTÍN, M. Violência na Rocinha: **Quando até o cartão postal denuncia o inferno no Rio**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/26/politica/1516922262_587200.html>. Acesso em: 09 de fev. 2020.

MARX, K; ENGELS, E. **A ideologia alemã** (Feuerbach). Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1999.

MEDRADO, B. et al. **Homens e masculinidades:** práticas de intimidade e políticas públicas. Recife: Instituto PAPAI, 2010.

MESQUITA, A. P. de. **A família como centralidade nas políticas públicas:** a Constituição da Agenda Política da Assistência Social no Brasil e as Rotas de Reprodução das Desigualdades de Gênero. Anais do I Círculo de Debates Acadêmicos, 2011.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MINAYO, M.C. de S. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M.C. de S. **Violência sob o Olhar da saúde:** a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. As Múltiplas Mensagens da Violência contra idosos. In: MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. (Orgs.) **Violência sob o Olhar da saúde:** a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

MINUCHIN, S. **Famílias:** Funcionamento e tratamento, Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.

MIOTO, R. C. T. **Família e saúde mental:** contribuições para reflexão sobre processos familiares. Revista Katálysis, Florianópolis, n.2, p. 20-26, mai. 1998.

MIOTO, R. C. T. **A Centralidade da família na política de Assistência Social:** contribuições para o debate. Brasília: Ministério da Assistência Social, 2003.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, R. C. T. Famílias e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos Assistentes Sociais. In: DUARTE, M. J. de O.; ALENCAR, M. M. T. de (Org.). **Famílias e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MIOTO, R. C. T. Família e Proteção social: Intervenções Profissionais Contemporâneas? In: TEIXEIRA, S. M (Org.). **Trabalho com família no âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

MIOTO, R. C. T.; PRÁ, K. R. D. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: **Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Serviço Social**, 12., Juiz de Fora, 2012.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. da C. G.; SILVA, A. L. A. da. **O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras**. Rev. bras. geriatr. gerontol. vol. 19. n. 3. Rio de Janeiro mai./jun. 2016.

MORGADO, R. Família(s) e Relações de Gênero. In: **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Rio de Janeiro, UFRJ, n. 5, p. 190-215, 2º semestre de 2001.

MOSER, L.; PRÁ, K. R. D. **Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 382 - 392, ago./dez. 2016.

MPPR – Ministério Público do Paraná. CREAS – Institucional. **O que é CREAS (Centro de Referência de Assistência Social?)**. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/creas_institucional.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

MS. Ministério da Saúde. **Programa Melhor em Casa**. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2019.

NEVES, V. **Brasil tem 55 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza**. Jornal da USP, 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-tem-55-milhoes-de-pessoasabaixo-da-linha-da-pobreza/>>. Acesso em: 29 set. 2019.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETTO, J. P. **Democracia e Transição Socialista**: escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

OLIVEIRA, A. C. de. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças ruptura do segredo: consequências para as famílias. Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, 2011.

OLIVEIRA, A. C. de. **Famílias, cuidados e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 195-208, jan./jun. 2017.

Organização das Nações Unidas. **Declaração de Madrid**, II Assembleia da ONU sobre o Envelhecimento. Madrid: ONU, 2002.

PASINATO, M. T. de M.; KORNIS, G. E. M. A inserção dos cuidados de longa duração para idosos no âmbito dos sistemas de seguridade social: experiência internacional. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Cuidados de Longa Duração para a População Idosa: um novo risco a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

PAZ, S. F. **Envelhecer com cidadania, quem sabe um dia?**. Rio de Janeiro, CBCISS/ANGRJ, 2000.

PAZ, O. **O labirinto da solidão e post scriptum**. Trad.: Eliane Zagury. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PRÁ, K. R. D.; SCHMIDT, C. Atenção domiciliar em saúde e processo de responsabilização das famílias: uma análise a partir do Programa Melhor em Casa. In: TEIXEIRA, S. M (Org.). **Trabalho com família no âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

RATTI, A.; PEREIRA, M. T. F.; CENTA, M. L. **A relevância da cultura no cuidado às famílias**. Família Saúde Desenvolvimento. Curitiba, v.7, n.1, p. 60-68, Jan/Abr. 2005.

RIBEIRO, T. S. **Cuidar em família**: uma análise sobre os significados atribuídos por famílias atendidas no Centro Cultural A História Que Eu Conto/Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2016.

RIFIOTIS, T. O ciclo vital contemplado: a dinâmica dos sistemas etários em sociedades negro-africanas. P. 27-35. In: LINS E BARROS, M. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RIFIOTIS, T. **O idoso e a sociedade moderna**: desafios da gerontologia. Pro-Posições, v. 18, n. 1 (52) - jan./abr. 2007.

RIZZOTTO, M. L. F. **Neoliberalismo e Saúde**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAAD, P. M. Transferência de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, A. A. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALGADO, C. D. S. **Mulher idosa**: a feminização da velhice. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, v. 4, p. 7-19, 2002.

SANTOS, A. C.; BEZERRA, A. A. C. **O segundo sexo de Simone de Beauvoir**: estudos acerca da construção do conceito mulher. 10 Encontro Internacional de Formação de Professores. 11 Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional. 2017.

SANTOS, S. M. A. dos; RIFIOTIS, T. Cuidadores familiares de idosos dementados: um estudo crítico de práticas quotidianas e políticas sociais de judicialização e reprivatização. In: GROSSI, M. P.; SCHWADE, E.

Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade. Blumenau: Nova letra, 2006.

SAMARA, E. M. **As mulheres, o poder e a família.** São Paulo: Marco Zero/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SARAIVA, E. S. **Paternidade e masculinidade:** tradição, herança e reinvenção Dissertação (Mestrado) – Fiocruz, Porto Alegre, 1998.

SARTI, C. A. A. **Família como espelho:** Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: Unicamp, 1994.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs). **Família:** Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais/PUCSP, 2003.

SAWAIA, B. B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs). **Família:** Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais/PUCSP, 2003.

SCHNEIDER, W. Compreensão do Neoliberalismo. In: **Diálogo**, nº1, vol. 23, 1989.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada.** Rio de Janeiro e São Paulo: Record, Prêmio Nobel de Economia. 2001.

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. **OMS divulga metas para 2019:** desafios impactam a vida de idosos. Disponível em: <<https://sbgg.org.br/oms-divulga-metas-para-2019-desafios-impactam-a-vida-de-idosos/>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SCHÄFFER, C. C. W. **A atuação em rede no município de Rio das Ostras:** percepções dos sujeitos do eixo de defesa do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de Serviço Social, 2017.

SCOTT, J. **Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação e Realidade. 20 (2), p.71-99, 1995.

SCOTT, P. **A família brasileira diante das transformações no cenário histórico global**. Revista Antropológicas, ano 9, volume 16(1): 217-242, 2005.

SILVA, M. **Internalizar a igualdade de gênero nas políticas públicas: um caminho em aberto**. Ex aequo, n. 2/3, 2000.

SILVA, M. V. O Trabalho Social com Famílias na Proteção Especial de Média Complexidade. In: TEIXEIRA, S. M (Org.). **Trabalho com família no âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

SOARES, A. M. L.; CRONEMBERGER, I. H. G. M. **Destituição do poder familiar como expressão da questão social**. VII Jornada Internacional Políticas Públicas. Para além da crise global: Experiências e antecipações concretas. MA: São Luís, 2015.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAUJO, C; SCALON, C. (Orgs.). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**, Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, p. 79-88, 2003.

SOUTO, K. C. **A Constatação da Deficiência do(a) Filho(a) e os Processos de (Re)Organização das Famílias para o Cuidado**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2013.

SZYMANSKY, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO et al. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Record, p. 23-27, 2005.

TEIXEIRA, S. M. **Trabalho com família no âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

UFF Espaço Avançado. **Trabalho social com Idosos: Processos Participativos na Construção da Cidadania**. Disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=138566>. Acesso em: 08 de fev. 2020.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. **Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio**. 2012. Disponível em: <<https://brasil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/UNFPA-Envelhecimento%20no%20S%C3%A9culo%20XX%20-%20Sum%C3%A1rio%20Executivo%20%28final%29.pdf>>. Acesso em: 06 de abr. 2020.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VITALE, M. A. F. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais/PUCSP, 2003.

WAINERMAN, C. Padres y maridos. Los varones en la familia. In: WAINERMAN, C. (org.). **Família, Trabajo y Género**. Un mundo de nuevas relaciones, Buenos Aires, Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2002, p. 199–244.

WALDOW, V. R. **Atualização do cuidado**. Aquichan. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.unisabana.edu.co/revistas/index.php/aquichan/article/viewArticle/1596/3419>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

WOLF, R. S.; PILLEMER, K. A. **Helping Elderly Victims**. The Reality of Elder Abuse. New York: Columbia Press, 1989.

WOORTMANN, K. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.

7.

Apêndices

7.1.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Pesquisa: Gênero e cuidados de longa duração de idosos em família

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “**Gênero e cuidados de longa duração de idosos em família**”.

A pesquisa tem como objetivo conhecer e analisar os sentidos atribuídos por cuidadores de longa duração de idosos às relações de cuidado no âmbito familiar, com ênfase na dimensão de gênero.

Esta pesquisa é de responsabilidade da discente Isabel Silvestre Santos, mestranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), orientada pelo professor Dr. Antonio Carlos de Oliveira, no âmbito do Grupo de Pesquisa do CNPq "Famílias, Violência e Políticas Públicas".

Acredita-se que a realização dessa pesquisa seja de relevância científica, uma vez que são recentes, no Brasil, os estudos direcionados à velhice. Além disso, considerando a omissão do Estado quanto a programas de proteção específicos, como as políticas de longa duração de idosos, e, tendo em vista o compromisso ético-profissional do Serviço Social na defesa da ampliação e consolidação da cidadania, da universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, assim como, do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e aprimoramento intelectual, considera-se a sua relevância social. Assim, é de vital importância para o nosso trabalho conhecer a relação entre o cuidador principal do idoso com os demais membros familiares.

Solicitaremos que você responda um breve questionário (6 perguntas) com o intuito de compreender o perfil dos cuidadores, como, nome, sexo, idade, seu vínculo com o idoso (filho/a, companheiro/a, irmão/ã), se exerce ou não atividade remunerada e se possui auxílio na tarefa de cuidar do idoso. O

preenchimento do questionário poderá ser no início ou no final do encontro. As demais informações serão obtidas por meio da entrevista. A entrevista se constituirá em apenas uma pergunta inicial: “Para você, como é cuidar de uma pessoa idosa?”, e você terá o tempo que você julgar necessário para respondê-la.

É importante ressaltarmos que todas as informações serão utilizadas somente para os fins de pesquisa acadêmica. Seus dados pessoais ou qualquer informação que possa identificá-lo serão resguardados, garantindo o absoluto sigilo quanto a sua identidade.

Suas falas na entrevista serão tratadas de forma anônima, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar quem participou da pesquisa. As pessoas de quem, por acaso, você falar durante a pesquisa também terão suas identidades mantidas em sigilo. As informações que você der serão utilizadas apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e revistas científicas.

A sua participação é voluntária e a qualquer momento você pode se recusar ou desistir de participar. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

As entrevistas serão gravadas, e posteriormente, será realizada a transcrição das mesmas. O conteúdo das gravações ficará guardado em arquivo sob minha responsabilidade e será destruído após 5 anos do término da pesquisa. Sua participação não lhe trará nenhum ganho direto, ou seja, não há pagamento ou qualquer tipo de recompensa (tratamentos, brindes e outros). Você também não será reembolsado por possíveis despesas econômicas (transporte, alimentação e outros) decorrentes da sua participação na pesquisa, mas sua colaboração poderá contribuir para a compreensão das relações que envolvem os cuidados de longa duração de idosos.

Quanto aos possíveis riscos que toda pesquisa possui nas diversas áreas da vida (física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual), a participação na pesquisa pode apresentar uma dimensão de risco mínima (desconforto emocional, incômodos, sensação de privacidade invadida). Assim, eu me comprometo a interromper a pesquisa, caso perceba algum tipo de desconforto neste sentido. Assim como permitir que você fale dos eventuais incômodos com o objetivo de esclarecer e dirimi-los. Ainda, se necessário for, na condição de assistente social me comprometo a viabilizar encaminhamento para suporte psicossocial profissional.

Quando a pesquisa estiver concluída, você terá livre acesso aos seus resultados, que poderão ser obtidos na dissertação de mestrado cujo título será “Gênero e cuidados de longa duração de idosos em família” elaborada pela pesquisadora Isabel Silvestre Santos, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira. Uma via deste documento, devidamente assinada, ficará com você e outra comigo.

Você receberá uma via deste termo onde constam os contatos da pesquisadora, do orientador da pesquisa e do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Comprometo-me em disponibilizar-me, seja por meio de contato

telefônico, virtual ou pessoal, agora ou a qualquer momento, para que você possa esclarecer quaisquer dúvidas sobre o projeto e sua participação.

Eu _____, abaixo assinado, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Informo que li e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela equipe da pesquisa.

(Assinatura do participante)

(local/data)

(Nome da pesquisadora)

(local/data)

Telefone da mestrandia do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Isabel Silvestre Santos (21) 3586-1012. E-mail: beelsilvestre@gmail.com Telefone do orientador Prof. Dr. da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Antonio Carlos de Oliveira: 21/3527-1290 (ramal 2393). E-mail: antoniocarlos@puc-rio.br. Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq): (21)3527-1618; localizado na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – BRASIL.

7.2.**Questionário**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

**Pesquisa: Gênero e cuidados de longa duração de idosos em família****QUESTIONÁRIO**

Solicitaremos que você responda um breve questionário com o intuito de compreender o perfil dos cuidadores familiares de longa duração de idosos. O preenchimento do questionário poderá ser no início ou no final do encontro.

Todas as informações serão utilizadas somente para os fins de pesquisa acadêmica. Seus dados pessoais ou qualquer informação que possa identificá-lo serão resguardados, garantindo o absoluto sigilo quanto a sua identidade.

Os resultados serão apresentados em conjunto, não sendo possível identificar quem participou da pesquisa. As informações que você der serão utilizadas apenas nesta pesquisa. Quando o estudo estiver concluído, você terá livre acesso aos seus resultados, que poderão ser obtidos na dissertação de mestrado cujo título será “Gênero e cuidados de longa duração de idosos em família” elaborada pela pesquisadora Isabel Silvestre Santos, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira.

Nome:			
Sexo:	() Masculino () Feminino	Idade:	
Sua relação com o idoso:	() Filho/a () Companheiro/a () Irmão/a () Genro/Nora () Neto/a () Outros: _____		
Possui alguma atividade remunerada?	() Não () Sim		
Conta com auxílio para cuidar do idoso?	() Não () Sim Poderia informar quem? _____		

(Assinatura do participante)

(local/data)

(Nome da pesquisadora)

(local/data)

8.

Anexos

8.1.

Parecer Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio - (CEPq/PUC-Rio)



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio – CEPq / PUC-Rio
Parecer Nº 70/2019 – (Protocolo 66/2019)

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio denominado, CEPq – PUC-Rio, vinculado à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, é responsável pela avaliação e acompanhamento de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, a ele encaminhadas, observando os fundamentos éticos e científicos pertinentes.

Identificação:

Título: "Gênero e cuidados de longa duração de idosos em família" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio).

Autora: Isabel Silvestre Santos (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio).

Orientador: Antonio Carlos de Oliveira (Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio).

Apresentação: Pesquisa qualitativa que visa analisar sentidos atribuídos por cuidadoras de longa duração de idosos às relações de cuidado no âmbito familiar, com ênfase na dimensão de gênero e classe. Será desenvolvida no Programa UFF-Espaço Avançado no Departamento de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense. Conta como referência princípios hermenêuticos – dialéticos e prevê fazer pelo menos seis entrevistas narrativas, preferencialmente com cuidadores de ambos os sexos que tenham entre 30 a 65 anos, cujo vínculo seja de filho(a), companheiro(a) ou irmão(ã). Além de dedicação não exclusiva, mas que empenha ao menos cinquenta por cento de seu tempo à tarefa de cuidador.

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Aprovação

Ida Lópes Rodrigues da Silva
 Profa. Ida Lópes Rodrigues da Silva
 Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2019

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
 Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
 Rua Marquês de São Vicente, 225 - Glória - 22453-900
 Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
 e-mail: cepq@puc-rio.br

8.2.

Declaração à Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da SMASH

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2019.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Vila dos Direitórios - Gávea
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22451-041
Tels.: 3527-1290 3527-1292

A
Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da SMASDH

Prezados,

Apresentamos através desta, ISABEL SILVESTRE SANTOS, matrícula 1812528, aluna regularmente matriculada no curso de Mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Informamos que a aluna deverá realizar pesquisa de campo objetivando concluir seu Projeto de Pesquisa.

Tema da Pesquisa: "Gênero e cuidados de longa duração de idosos em família"

Orientador: Profº Drº Antonio Carlos de Oliveira

Linha de Pesquisa vinculado: Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais

Desde já agradecemos pela atenção.

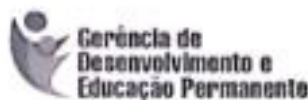
Atenciosamente,

Valéria Pereira Bastos
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da PUC-Rio



8.3.

Parecer aprovado pela Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

A Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente autoriza a realização do projeto de pesquisa: "Gênero e Cuidado de Longa Duração de Idosos em Família" pela pesquisadora Isabel Silvestre Santos, sob orientação do professor Antônio Carlos de Oliveira para obtenção de título de mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC RIO.

A metodologia da pesquisa prevê entrevistas narrativas com usuários do CREAS Maria Lina que sejam cuidadores de idosos de suas famílias. Os usuários serão acessados através do CREAS e no espaço do mesmo.

Cabe-nos esclarecer que o projeto conta com parecer favorável de Comitê de Ética em Pesquisa, que nos foi apresentada minuta com especificação da metodologia, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que se constitui em campo de estudo de interesse desta Secretaria. A pesquisa segue os procedimentos éticos necessários e o responsável deverá fazer a devolução do produto final em formato digital para a Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente para acervo da SMASDH.

Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 2019

Aline Souto Maior - Mat. 11/191283-1

Gerente de Desenvolvimento e Educação Permanente